



JORGE TELES

GUIA DE  
POLÍTICAS  
PÚBLICAS DE  
PROMOÇÃO DA  
**LEITURA**  
NO RIO DE JANEIRO  
CONTEMPORÂNEO



BIBLIOTECA NACIONAL



FAPERJ

**GUIA DE POLÍTICAS  
PÚBLICAS DE  
PROMOÇÃO DA  
LEITURA NO  
RIO DE JANEIRO  
CONTEMPORÂNEO**

JORGE TELES

GUIA DE POLÍTICAS  
PÚBLICAS DE  
PROMOÇÃO DA  
LEITURA NO  
RIO DE JANEIRO  
CONTEMPORÂNEO

Rio de Janeiro  
maio de 2025

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva  
Ministra da Cultura Margareth Menezes da Purificação Costa

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL  
Presidente Marco Lucchesi  
Diretora Executiva Suely Dias  
Centro de Pesquisa e Editoração Naira Silveira  
Coordenação de Editoração Claudio Cesar Ramalho Giolito

Revisão Érica Ignácio da Costa  
Projeto Gráfico e Diagramação Varnei Rodrigues

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

T274g

Teles, Jorge

Guia de políticas públicas de promoção da leitura no Rio de Janeiro contemporâneo / Jorge Teles. – Rio de Janeiro : Fundação Biblioteca Nacional, 2025.

215 p. : il. color.

Bibliografia: p. 182-196.

ISBN 978-65-5940-034-8 (PDF)

1. Incentivo a leitura – Política governamental – Rio de Janeiro (Estado). 2. Livros e leitura – Política governamental – Rio de Janeiro (Estado). I. Biblioteca Nacional (Brasil).

CDD- 353.7098153

Ficha catalográfica elaborada pela equipe de Coordenação de Serviços Bibliográficos, do Centro de Processamento e Preservação da Fundação Biblioteca Nacional. Bibliotecários Adriana Cervelli CRB7 n°5359, Roberta Costa CRB7 n° 5587 e Luis Paulo Pinho de Araujo CRB7 n° 3181. Recomendamos que esta ficha catalográfica seja reproduzida nos padrões acima. Assim o editor terá certeza da correta catalogação de seu livro nas bibliotecas e fichas de referências usadas nos diversos setores associados a veiculação de livros.

## AGRADECIMENTOS

Este livro é fruto de pesquisa apoiada com recursos oriundos da FAPERJ, por meio do Programa de Bolsas APQ1.

Agradecemos também ao apoio recebido da Fundação Biblioteca Nacional – FBN, e, em especial, à equipe da Casa da Leitura.

Todas as opiniões aqui expressas são de inteira responsabilidade do autor. A FAPERJ, a FBN e a Casa da Leitura não têm nenhuma responsabilidade frente ao conteúdo aqui exposto.

# SUMÁRIO

<b>1. Apresentação.....</b>	<b>10</b>
<b>2. A situação das práticas de leitura no Brasil e no Rio de Janeiro. ....</b>	<b>13</b>
2.1. Perfil dos leitores de livros.....	16
2.2. Indicadores de leitura e livros lidos.....	19
2.3. Motivações e práticas de leitura .....	21
2.4. Barreiras para a leitura .....	29
2.5. Formação leitora e percepções sobre leitura .....	33
2.6. Práticas atuais de leitura .....	35
2.7. Percepção e uso de bibliotecas.....	36
<b>3. Sobre política nacional de promoção de leitura .....</b>	<b>41</b>
3.1. Leitura no Brasil e em Portugal: navegar é preciso; e ler, é preciso?.....	42
3.2. Deste lado do Atlântico: plano de leitura do Brasil .....	46
3.3. Do lado de lá do Atlântico: plano de leitura de Portugal .....	50
3.4. Singrando os mares das políticas comparadas .....	53
3.5. Ainda não se avista porto seguro .....	57
<b>4. Sobre iniciativas públicas de promoção da leitura no Rio de Janeiro.....</b>	<b>59</b>
4.1. O PROLER .....	59
4.2. O PNLD (Literário).....	65
4.3. O PNBE .....	68
4.4. O Programa Arca das Letras.....	72
4.5. A Coleção Literatura para Todos .....	75
4.6. O Projeto “Uma biblioteca em cada município”.....	77
4.7. O PELLRRJ.....	79
4.8. O Programa “Rio Leitor” .....	82

<b>5. Os programas e ações de promoção da leitura no planejamento do Governo do Estado do Rio de Janeiro .....</b>	<b>91</b>
<b>6. Sobre leituras e planos na contemporaneidade .....</b>	<b>113</b>
6.1. Contexto das políticas de leitura contemporâneas .....	119
6.2. Neoleitores e sociedade letrada .....	124
6.3. Universalização da leitura: desafios e possibilidades para políticas públicas .....	131
6.4. Caminhos para a promoção universal da leitura.....	135
6.4.1. Sentidos da leitura .....	136
6.4.2. Leitura e escrita.....	137
6.4.3. Papel da oralidade .....	138
6.4.4. Leitura individual e leitura coletiva .....	139
6.4.5. Os equipamentos e o público-alvo .....	139
6.4.6. Articulação com expressões culturais da comunidade.....	140
6.4.7. Reconhecimento e articulação com sujeitos leitores da comunidade e lideranças locais.....	141
6.4.8. Lendo além .....	143
<b>7. O que contam os sujeitos que atuam com políticas de leitura? ..</b>	<b>147</b>
7.1. Enfrentar os principais problemas identificados no Rio de Janeiro .....	147
7.2. Conhecer as diferentes realidades locais.....	150
7.3. Práticas de leitura e novas tecnologias .....	152
7.4. Projetos de leitura preexistentes.....	155
7.5. Comunicar para promover a leitura .....	159
7.6. Garantir a completude da política .....	163
7.7. Escolas pela leitura.....	166
7.8. Lendo para além da escola .....	169
7.9. Acompanhando e sustentando a leitura .....	173
7.10. Conselhos de quem conhece o campo da leitura .....	176
<b>8. Lendo o futuro: por políticas públicas de leitura.....</b>	<b>179</b>

<b>9. Onde saber mais?.....</b>	<b>182</b>
<b>BOX I</b>	
Listagem de documentos legais nacionais do Brasil e estaduais do Rio de Janeiro relativos à política de livro e leitura entre 1990 e 2024.....	197
<b>BOX II</b>	
Sistematização do Levantamento de programas e ações de promoção do livro e da leitura do Governo do Estado do Rio de Janeiro conforme relatórios de execução anuais e prestação de contas anuais – 1996 a 2023.....	200
<b>BOX III</b>	
Como a pesquisa foi feita.....	201
<b>BOX IV</b>	
Casa da Leitura 32 Anos: 1993 - 2025.....	209
<b>BOX V</b>	
Coleção Cursos da Casa da Leitura.....	214

## LISTA DE ABREVIATURAS

<b>CERLALC</b>	Centro Regional para o Fomento do Livro na América Latina e no Caribe
<b>CLpT</b>	Coleção Literatura para Todos
<b>EJA</b>	Educação de Jovens e Adultos
<b>FBN</b>	Fundação Biblioteca Nacional
<b>FNLIJ</b>	Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>IFLA</b>	Federação Internacional de Associações e Instituições de Bibliotecas
<b>INAF</b>	Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional
<b>INEP</b>	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
<b>IPL</b>	Instituto Pró-Livro
<b>LOA</b>	Lei Orçamentária Anual
<b>LDO</b>	Lei de Diretrizes Orçamentárias
<b>MEC</b>	Ministério da Educação
<b>MinC</b>	Ministério da Cultura
<b>OECD</b>	Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico
<b>OEI</b>	Organização de Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura
<b>PISA</b>	Programa Internacional de Avaliação de Alunos
<b>PNAD</b>	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
<b>PNBE</b>	Programa Nacional Biblioteca na Escola
<b>PNLD</b>	Programa Nacional do Livro Didático

<b>PNLE</b>	Política Nacional de Leitura e Escrita
<b>PNLL</b>	Plano Nacional do Livro e Leitura
<b>PPA</b>	Plano Plurianual
<b>PROLER</b>	Programa Nacional de Incentivo à Leitura
<b>SIEC</b>	Sistema Estadual de Cultura do Rio de Janeiro
<b>UNESCO</b>	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## 1. APRESENTAÇÃO

Os desafios quanto às práticas de leitura são conhecidos tanto para o Brasil quanto para o estado do Rio de Janeiro. Os níveis de analfabetismos absoluto e funcional não condizem com o desenvolvimento nacional em outros setores, principalmente no que diz respeito à ciência, tecnologia e inovação. Para propiciar uma virada na produção de conhecimento no país serão necessárias novas abordagens para a questão do letramento, inclusive científico, e também da leitura.

Nos últimos trinta e três anos, os governos Federal e Estadual do Rio de Janeiro vêm tentando enfrentar a situação dos níveis de leitura por meio de programas e projetos que oscilam em escopo, investimento e vigor ao longo deste período. Ora intensas, ora inexistentes, essas iniciativas carecem de maior organicidade e longevidade. O intuito deste Guia é o de resgatar uma parte da memória dessas experiências e disponibilizá-las aos novos atores do mundo das políticas públicas, tanto governamentais quanto da sociedade civil. Ao buscar pistas nas experiências registradas e nos relatos daqueles que as vivenciaram para a construção de políticas públicas de leitura, pretende-se disponibilizar mais um material para que esses novos atores tenham em mãos subsídios suficientes que contribuam para que eles aprendam com o passado e “subam nos ombros dos gigantes” que lutaram para tentar fazer do Brasil e do Rio de Janeiro um lugar de leitores.

Este Guia apresenta os resultados do mapeamento das políticas públicas de fomento à leitura realizadas pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro entre 1990 e 2023, em que foram identificadas e catalogadas informações sobre ações, programas e projetos desenvolvidos neste Estado, que compõem o planejamento desse Governo, consubstanciado em seus diversos planos plurianuais. Em um trabalho de arqueologia do conhecimento sobre políticas de incentivo à leitura, foi traçado o perfil destas políticas, explicitando seus escopos e analisando os contextos nos quais foram formuladas, implementadas e avaliadas, objetivando, com isto, contribuir para o aperfeiçoamento das políticas públicas de fomento à leitura e, conseqüentemente, à promoção do letramento e da produção e difusão de tecnologias e inovação no país.

Este Guia, igualmente, disponibiliza informações adicionais sobre legislação nacional e estadual referente à leitura no mesmo período, com o intuito de subsidiar futuras pesquisas. Também foram elencadas políticas nacionais de promoção da leitura que ocorreram no Estado nesses mesmos anos, visando completar o quadro de informações e contexto das políticas públicas de leitura no Estado durante os últimos trinta e três anos, potencializando as contribuições oriundas deste Guia para a sociedade.

O Guia está estruturado da seguinte forma: o primeiro capítulo expõe como está a situação das práticas leitoras no Brasil e na capital do Estado do Rio de Janeiro depois de três décadas de projetos e programas de livro e de leitura, para entender o que mudou e o que ainda permanece como desafio na agenda pública. O segundo capítulo compara políticas nacionais de leitura no Brasil e em Portugal para entender as aproximações e os distanciamentos, as potências e as fragilidades, e o que se pode aprender dessas iniciativas. O terceiro capítulo traz o que ocorreu nacionalmente e no Estado do Rio em termos de programas e projetos de livro e de leitura no

período considerado. O quarto capítulo apresenta a experiência do Governo Estadual do Rio de Janeiro com programas e ações de livro e de leitura nos anos aqui abarcados. O quinto capítulo traz uma análise dos desafios contemporâneos para a promoção da leitura, tendo como base o histórico para a área. O sexto capítulo traz recomendações para os promotores de políticas públicas de leitura, a partir das experiências daqueles que atuaram nas iniciativas analisadas anteriormente e à luz dos aprendizados do passado recente, tanto nacional quanto internacional. O último capítulo traz uma síntese das principais considerações.

Por fim, o Guia também traz sugestões de bibliografias e “boxes” com mais subsídios para a promoção da leitura. O primeiro box apresenta uma listagem de documentos legais nacionais do Brasil e estaduais do Rio de Janeiro relativos à política do livro e de leitura entre 1990 e 2024. O segundo box apresenta uma base de dados com a sistematização do levantamento de programas e de ações de promoção do livro e da leitura pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro entre 1996 e 2023, para facilitar consultas e futuras pesquisas. O último box apresenta como a pesquisa que deu origem a esta Guia foi feita.

O objetivo maior deste Guia é contribuir para políticas que tornem o Rio de Janeiro um estado leitor.

Boa leitura!

## 2. A SITUAÇÃO DAS PRÁTICAS DE LEITURA NO BRASIL E NO RIO DE JANEIRO

O objetivo deste capítulo é avaliar como as recentes políticas de promoção da leitura estão afetando as práticas de leitura da população brasileira – e da população da cidade do Rio de Janeiro, sempre que houver dados disponíveis. Para tal, foram levantados e analisados os dados de várias edições da Pesquisa Retratos da Leitura no Brasil (PRLB), realizada quadrienalmente pelo Instituto Pró-Livro.

A PRLB foi realizada pela primeira vez em 2000, sete anos antes do lançamento do Plano Nacional de Livro e Leitura (PNLL) pelos Ministérios da Cultura e da Educação. Essa pesquisa foi lançada para avaliar o comportamento leitor da população brasileira, objetivando “conhecer o perfil do leitor e do não leitor e o comportamento leitor, medindo intensidade, forma, limitações, motivação, representações e condições de leitura e de acesso ao livro – impresso e digital – pela população brasileira” (Failla, 2021, p. 158). Pesquisa de âmbito nacional, ela está embasada em metodologia internacional, difundida pelo Cerlalc/Unesco. O intuito é poder comparar com outros países da Iberoamérica.

A pesquisa passou por mudanças em 2007, mantendo-se com a mesma metodologia, escopo e periodicidade desde então. A partir da 5ª edição, de 2019, houve ampliações nessa pesquisa, a qual

passou a informar resultados também por capitais do país. Isto possibilita conhecer o perfil nacional, mas igualmente a situação em cada uma das capitais e como as políticas públicas de promoção da leitura estão produzindo efeitos nacionalmente e nos diferentes territórios. A análise dos resultados e da dinâmica temporal dessa pesquisa contribuirá para gerar subsídios a fim de que as políticas de promoção da leitura reconheçam e valorizem cada vez mais a diversidade cultural desses territórios.

O público-alvo da pesquisa é constituído pela população com 5 anos e mais de idade, independentemente de seu grau de escolaridade, alfabetizadas ou não, em todas as Unidades da Federação. As entrevistas foram realizadas face a face nos domicílios. Em 2015 foram ampliadas as investigações para saber sobre bibliotecas, usos da internet e leitura digital, bem como de livros digitais. Em 2019 houve outra ampliação, para pesquisar mais especificamente sobre literatura, livros e outras plataformas.

Segundo Failla (2021), na pesquisa de 2019 52% do público entrevistado era feminino. A maioria das pessoas entrevistadas estava no Sudeste (42%), enquanto os menores percentuais estavam no Norte e no Centro-Oeste (ambos com 8%). No Nordeste e no Sul contamos com 28% e 14% dos entrevistados, respectivamente. Do total de entrevistados, 20% estava em idade escolar (entre 5 e 17 anos), 20% era de jovens (de 18 a 29 anos). A maior proporção estava entre aqueles com idade entre 30 e 49 anos (32%), seguida por aqueles com 50 anos ou mais (28%). A maioria absoluta não estava estudando (73%). Em termos de escolaridade, 16% tinha ensino superior, enquanto 7% não era alfabetizado (taxa similar à da população brasileira segundo o IBGE). 32% dos entrevistados tinha terminado a Educação Básica, enquanto 22% só tinha o Ensino Fundamental completo, mas 22% não tinha ultrapassado os anos iniciais do Ensino Fundamental.

O perfil populacional dos entrevistados se assemelha ao da população apresentado pelas pesquisas do IBGE, reforçando a acurácia da amostra. Cabe destacar, aqui, o problema histórico do analfabetismo e do analfabetismo funcional que também aparecem nesta pesquisa. Para que se alcance o objetivo de se tornar um país de leitores, a política pública terá que primeiro universalizar o alfabetismo. Daí a necessidade de articulação entre políticas culturais de promoção da leitura e de políticas de acesso, permanência e sucesso escolar. Não para submeter àquela a esta, mas para que ambas dialoguem e consigam alcançar os cidadãos brasileiros de forma plena.

A pesquisa define livro, leitor e não leitor da seguinte forma:

- Livros: Consideram-se livros em papel, livros digitais ou eletrônicos e audiolivros digitais, livros em braile e apostilas escolares, excluindo-se manuais, catálogos, folhetos, revistas, gibis e jornais. Esse conceito é o mesmo adotado desde a edição de 2011 da pesquisa.
- Livros lidos em parte: Consideram-se livros lidos em parte aqueles dos quais os entrevistados leram apenas algumas partes, trechos ou capítulos. Esse conceito foi alterado em 2015.
- Leitor: Considera-se leitor aquele que leu, por inteiro ou em partes, pelo menos um livro nos três meses anteriores à pesquisa. A definição é a mesma utilizada nas edições anteriores da pesquisa.
- Não leitor: Assim como nas edições anteriores da pesquisa, não leitor é aquele que declarou não ter lido nenhum livro nos três meses anteriores à

pesquisa, mesmo que tenha lido nos 12 meses anteriores à pesquisa. (Failla, 2021, p. 162).

## 2.1. PERFIL DOS LEITORES DE LIVROS

O percentual de leitores na população brasileira caiu entre 2007 e 2019, passando de 55% para 52%. Isto significou uma perda de quase cinco milhões de leitores no país. Somando-se a isto, apenas cerca de metade da população brasileira é leitora. Este dado já é preocupante por si só e demonstra cabalmente a necessidade e a urgência de políticas de Estado para a promoção da leitura. 30 anos de políticas educacionais e culturais e 17 anos de PNLL não conseguiram mover esse percentual para cima, rumo a tornar o Brasil um país de leitores. Tal resultado reforça a importância de os estados e municípios entrarem com força no campo das políticas públicas para promover a leitura.

Em termos de gênero, o maior retrocesso se deu entre as mulheres. Enquanto os homens passaram de 52% de leitores em 2015 para 50% em 2019, as mulheres foram de 59% a 54% no mesmo período. No que se refere à raça, os brancos têm maior percentual de leitores do que os negros (55% contra 48%) – refletindo as desigualdades sociais presentes no país. Em termos de faixa etária, as maiores quedas se deram entre as faixas de adolescentes (14 a 17 anos), indo de 75% para 67% e de jovens (18 a 24 anos), que reduziram de 67% para 59%. Dado que a maioria desses adolescentes e jovens estão na escola, urge repensar como esses estabelecimentos de ensino estão lidando com a leitura em seu cotidiano.

Quando se observa a situação educacional dos entrevistados, o percentual de leitores caiu tanto entre os que estudam quanto entre os que não estudam. Porém, o percentual de leitores entre os que não estudam é cerca de metade do valor para os que estudam. Isto aponta

para a importância da escola para promover a leitura, ao mesmo tempo em que demonstra que a escola não está conseguindo incentivar a leitura a tal ponto que ela continue nos mesmos patamares após o período escolar. Isto se torna ainda mais grave quando se percebe que os níveis de leitura caíram mais entre os mais escolarizados: dentre aqueles com ensino superior, o percentual de leitores caiu de 82% para 68%. Ou seja, estão chegando mais brasileiros ao pico da escolarização, porém, em termos de leitura, com que qualidade estão se formando?

Outro ponto que chama a atenção é que o percentual de leitores caiu mais entre os mais ricos e na classe A. Tal característica coloca como desafio para as políticas de leitura tanto atuar para que os mais pobres e as classes C, D e E elevem seu percentual de leitores para diminuir as desigualdades entre rendas e classes, quanto para incentivar o aumento e a manutenção dos perfis leitores entre os mais favorecidos. Isto em prol de uma sociedade leitora, independentemente da situação econômica e social.

Em termos geográficos, as maiores quedas no percentual de leitores se deram nas capitais e nas cidades grandes, com mais de 100 mil habitantes. Isto fez com que seus níveis de leitores se aproximassem muito daqueles dos municípios pequenos e do interior. Tal fato configura uma maior equidade no sentido negativo, pois estão se nivelando por baixo. O ideal é que tanto pequenos quanto grandes municípios, capitais ou interior, todos elevem seus níveis de leitura, fazendo de cada cidadão um leitor.

Os maiores percentuais de leitores se encontram nas regiões Norte (63%) e Sul (58%), o que surpreende os analistas. Isto se deveu tanto à retração desse percentual nas regiões Sudeste e Centro-Oeste, quanto pelo crescimento na região Norte. A região Sudeste perdeu quase 7 milhões de leitores, enquanto a região Centro-Oeste perdeu 1,2 milhões – as maiores perdas do país. A região Norte, por sua

vez, ganhou 2 milhões de novos leitores. Contudo, as variações de posição de cada região oscilam entre as pesquisas, necessitando de atenção e cuidado de qualquer análise que tente entender as causas desses fenômenos.

A edição da pesquisa realizada no Rio de Janeiro foi a 5ª, realizada em 2019. Nessa pesquisa, 47% dos cariocas figuram como leitores. Este percentual é inferior à média nacional, revelando a premência de promoção da leitura na cidade (e no Estado) do Rio de Janeiro para reverter esse quadro. Desses leitores, 55% era do sexo feminino – peso similar ao nacional. Em termos de idade, 45% dos leitores cariocas tinha 40 anos ou mais. Em relação à escolaridade, o peso daqueles com ensino superior era de 40%. Desses leitores, 75% não está mais estudando. Entre os leitores, 45% era da classe C – peso menor do que esta classe apresenta para o total de habitantes do Rio de Janeiro. As classes D e E aparecem juntas, com 9%, o que configura uma subparticipação significativa de leitores.

Isto aponta para a necessidade de se promover a leitura entre os mais jovens, principalmente entre os moradores das classes D e E, para que as novas gerações cariocas também sejam de leitores. Apesar de não haver pesquisa anterior para o Rio de Janeiro, fica o alerta do que está acontecendo no nacional: o recuo do percentual de leitores. Com um quadro de concentração da leitura em determinados grupos sociais, o Rio de Janeiro precisa urgentemente de políticas de universalização do alfabetismo, para crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos, e de promoção da leitura. Isto se torna um desafio ainda maior pois a situação nacional se reproduz no Estado: os maiores níveis de leitura estão nas capitais e regiões metropolitanas, caindo quando se trata de municípios do interior e de pequenas cidades. Será necessária uma articulação entre as pastas de Educação e Cultura, para fazer frente a tal desafio.

## 2.2. INDICADORES DE LEITURA E LIVROS LIDOS

Quando se observam aqueles que leram um livro inteiro ou em partes nos últimos 3 meses anteriores à pesquisa, percebe-se que apenas cerca da metade dos entrevistados havia lido nesse período, principalmente livros em parte. No tocante à motivação, a escola está em segundo plano em relação à leitura de livros por vontade própria: 13% frente a 47%, respectivamente. Uma atenção especial é dada à Bíblia, que aparece com peso de 24%, superando também a escolha e a motivação pela leitura. Isto aponta para a importância do fenômeno religioso para a promoção da leitura.

A média de livros lidos inteiros nos últimos 3 meses pelos entrevistados foi de 1,05, ou seja, apenas um livro. Quando se somam as leituras de livros em parte, esse número sobe para 2,60. Ambos não variaram significativamente entre 2015 e 2019. Esses valores são muito baixos e reiteram a importância de políticas de acesso ao livro e de estímulo da leitura.

Em relação às faixas etárias, a média de livros lidos é menor entre os adolescentes (14 a 17 anos de idade) e entre aqueles que têm 40 ou mais anos de idade – 1,29 e 1,98 respectivamente. Entretanto, a média de livros lidos decresceu entre os mais jovens (de 5 a 24 anos) e aumentou entre os adultos e idosos (25 ou mais anos de idade). Daí depreende-se a necessidade de promoção da literatura juvenil e da literatura para adultos e idosos com baixa escolaridade. Só assim será possível melhorar este quadro.

Dentre os leitores, eles leram nos últimos três meses mais livros em partes (3) do que livros inteiros (2). Mesmo assim, a leitura de livros por vontade própria (3) foi maior do que aqueles indicados pela escola (1). Dentre os livros lidos por vontade própria, destacam-se os religiosos, com primazia da Bíblia, e os livros de literatura – com destaque para os livros de literatura lidos por inteiro. Tais fatos

atestam a importância de políticas que promovam o acesso ao livro de literatura e estimulem sua leitura.

Em termos anuais, os brasileiros leram em média 5 livros em 2019 – 2,5 inteiros e 2,4 em partes. Isto não representou variação em relação aos valores de 2015, mostrando que o que ocorreu de políticas públicas neste período não teve forças para alterar essa realidade. Logo, os mecanismos públicos de promoção da leitura precisam ser reforçados.

O percentual de leitores diminuiu de 2015 para 2019 em todas as categorias de análise, isto é, tanto de leitura de livros por inteiro quanto em partes, tanto indicados pela escola quanto por vontade própria, incluindo de literatura. A queda de leitores no Sudeste também se refletiu na queda do número de livros lidos no ano.

Em termos de livros lidos, os cariocas leram 2,43 livros nos três meses que antecederam a pesquisa em 2019. Quando perguntados se a leitura foi do livro inteiro, esta média caía para 0,89, ou seja, não chegava a um livro inteiro. Esses percentuais se aproximam das médias nacionais (2,60 e 1,05 respectivamente), mas ainda são inferiores. Aqueles que leram livros inteiros eram 30% no Rio frente a 31% nacional, enquanto aqueles que leram apenas partes eram 39% frente a 45% no âmbito nacional. Se forem considerados os livros lidos por indicação da escola, o percentual para os cariocas era de 9% frente a 13% do nacional. Mesmo os livros lidos por vontade própria apresentam um percentual menor de leitores no Rio (44%) do que no nacional (47%).

Se for considerado o período de um ano, os leitores cariocas leram nos últimos 12 meses anteriores à pesquisa 3,93 livros, destes 1,92 foram lidos inteiros e 2,01 lidos apenas em parte. Estas médias estão abaixo das nacionais (4,95 livros lidos, com 2,55 inteiros e 2,41 em partes em 2019). Se o cenário nacional já era preocupante, mais grave está se apresentando o da capital do Estado. Pode-se

projetar a situação mais crítica ainda para as cidades do interior do Estado, principalmente as com menor população.

Estes dados refletem a realidade de uma cidade que já foi capital do país e que tem a maior concentração de universidades públicas do Brasil – isto sem contar as universidades e faculdades privadas. Tal cenário favorável do ponto de vista educacional não se traduz em situação similar do ponto de vista da leitura, evidenciando um problema estrutural na escolarização do município.

### 2.3. MOTIVAÇÕES E PRÁTICAS DE LEITURA

Quando perguntados sobre a principal motivação para ler um livro, os motivos mais citados eram, em ordem decrescente de peso: “gosto” (26), “crescimento pessoal” (17), “distração” (14) e “atualização cultural ou conhecimento geral” (13). Todos caíram em relação a 2015, com exceção da “distração”. Cabe destacar que as crianças têm maior proporção de resposta “gosto”, mas que este peso vai diminuindo quando vão ficando adolescentes. Também merece destaque o peso das motivações “crescimento pessoal” e “atualização cultural”, dentre aqueles que possuem ensino superior. Portanto, as políticas de compra de acervos têm que atentar para essas motivações e para suas mudanças de acordo com a faixa etária considerada.

“Motivos religiosos” (9), “exigência escolar ou da faculdade” (4) ou “atualização profissional ou exigência do trabalho” (4) estão entre os menores pesos de motivação. Isto evidencia que as escolas e faculdades precisam repensar suas estratégias de promoção da leitura. Não deveria ser possível um indivíduo estudar durante mais de 16 anos no ensino formal e não sair desse processo um leitor. Por outro lado, a motivação religiosa permanece sendo um grande propulsor da leitura nas faixas etárias de cinquenta anos ou mais,

principalmente entre os menos escolarizados, o que aponta para uma característica da religião, que consegue superar a falta ou a baixa escolaridade e criar/estimular essa prática de leitura nestes sujeitos. Isto deve ser considerado, quando da confecção de políticas de promoção da leitura.

A Pesquisa também investigou quais seriam os fatores que influenciam na escolha de um livro. Dentre os fatores elencados, o que mais influencia é o tema ou assunto (33%). Os outros fatores pesam menos do que a metade deste primeiro, demonstrando a força do interesse no conteúdo mais do que propaganda ou outros elementos, tais como título ou capa. Um ponto interessante se refere ao peso das indicações de outros, juntas somam um percentual significativo, demonstrando que as relações sociais importam quando se trata das práticas de leitura.

Entre as indicações, a mais proeminente é a que se refere a “dicas de outras pessoas” (12%), apontando para o fato de que os círculos sociais mais próximos influenciam as práticas de leitura. Daí a importância de se criar ambientes leitores nas comunidades. Estratégias como bibliotecas comunitárias, círculos de leitura, clubes de leitura, dentre outras, são fundamentais e podem ser o marco de passagem de um não leitor para o mundo da leitura. Isto é testificado pelas respostas a uma opção introduzida na pesquisa em 2019, “indicação de clubes de leitura”. Apesar de figurar apenas com 1%, diante do baixíssimo número de clubes de leitura em funcionamento no país, ter um número de respondentes que apareça dentre as respostas aponta para a força dessa experiência para influenciar as práticas de leitura onde ela acontece.

A resposta “dica de professores” (10%) aparece com peso menor do que o esperado, considerando o percentual de respondentes que está estudando. Isto acende um alerta para o papel das escolas, cursos e universidades para a promoção da leitura. A formação de

professores enquanto mediadores de leitura não pode ser pensada apenas como formação continuada. Ela tem que começar durante sua escolarização básica. Depois, tem que ser reforçada e qualificada em sua formação inicial. Deveria ser obrigatória a disciplina de mediação de leitura em todos os cursos de pedagogia e de licenciaturas. Só assim a realidade das escolas mudaria e haveria instituições de ensino que formassem leitores para a vida.

Outra novidade de 2019 é a introdução da resposta “indicação de um influenciador digital, em blogs, redes sociais ou pelo YouTube”. Ela também obteve percentual baixíssimo de respondentes (2%) – o que surpreende, diante da força das redes sociais para influenciar comportamentos. Isto ressalta a baixa presença relativa de incentivos à leitura nas redes sociais e a necessidade de promoção da leitura no mundo virtual. Os sites, blogs e produções virtuais normalmente estão direcionados para o público já leitor – e, mesmo assim, para um determinado subgrupo mais “seleto” dentre esses leitores. Urge desenvolver estratégias digitais para influenciar não leitores e incidir sobre suas práticas.

Neste sentido, o poder público pode atuar de modo significativo para contribuir e afetar decisivamente no debate sobre o valor da leitura. Disponibilizar livros é uma ação importante, mas é meio. Faz-se mister incidir sobre a opinião das pessoas, a fim de afetar suas práticas. Não basta dar comandos para ler. A comunicação tem que ser estratégica. Ou seja, todo programa de promoção da leitura tem que apresentar um eixo de comunicação robusto o suficiente para disputar na arena social o valor da leitura. Não basta fazer anúncio do evento ou da programação previstos. E esta disputa também significa concorrer pelo tempo livre das pessoas – que já é tão limitado para a maioria. Como fazer o enfrentamento da imensa concorrência das redes sociais, com materiais tão atrativos, mas que se baseiam

apenas na oralidade e na performance corporal? Este é um desafio para uma política de comunicação para promoção da leitura.

Em termos de frequência de leitura por tipo de material, independentemente do suporte, os materiais diretamente relacionados à escola e ao trabalho imperam. Quando se observam outros tipos de material, o mais lido são os “livros em geral” – ou seja, aqueles que não são nem escolares tampouco de trabalho. Os jornais estão pareados com os livros em geral na frequência de leitura – considerando que a circulação de jornais tem se reduzido ao longo dos últimos anos, este dado é surpreendente e acende um alerta para o interesse das pessoas em se manter atualizadas, a partir de outros meios que não sejam somente as redes sociais. A transformação e a expansão de jornais digitais podem também estar contribuindo decisivamente para isto.

Logo em seguida vêm os livros de literatura (contos, crônicas, romances ou poesias) lidos por vontade própria. Estes estão pareados com os gibis e histórias em quadrinhos. Apesar do grande avanço nas últimas décadas, ainda existem nichos de resistência ao trabalho com gibis quando se trata de promoção da leitura. Todavia, a realidade demonstra cabalmente que este tipo de material pode sim ajudar, e muito, na promoção de práticas de leitura para além do período escolar.

De um modo geral, houve redução da frequência de leitura, fato que afetou quase todos os formatos, principalmente os livros de literatura lidos por vontade própria e os livros didáticos indicados pela escola. Isto corrobora a necessidade de reforçar o acesso ao livro em outros espaços que não escolares e a premência de atividades regulares de promoção da leitura – tais como saraus, rodas de leitura, círculos de leitura etc. –, nos espaços escolares e não escolares.

Por outro lado, há uma boa notícia: as crianças e adolescentes estão entre as faixas etárias que mais leem livros de literatura por

vontade própria com regularidade (todos os dias, quase todos os dias ou pelo menos uma vez por semana). Isto aponta para a importância das atividades de promoção da leitura no reforço a este comportamento, a fim de que ele perdure para além das faixas etárias relacionadas à “idade escolar”.

Dentre os gêneros que costumam ler, os entrevistados demonstraram uma diversidade em suas leituras. A primazia da Bíblia aparece em todas as edições, principalmente entre aqueles que não estão estudando, mas se reduziu em 2019, refletindo o fenômeno maior de redução da leitura. Isto é um sinal de que as motivações para não ler têm solapado inclusive as inclinações religiosas – fato comprovado pela redução também da leitura de livros religiosos e de autoajuda – também mais lidos por aqueles que não estão estudando.

Depois da Bíblia, e emparelhados com os livros religiosos, estão os livros de contos e romances. O peso da leitura de contos está mais relacionado àqueles que estão estudando. Os livros de romance estão presentes nas leituras tanto de estudantes quanto de não estudantes. Apesar das dificuldades do mercado editorial em publicar novos livros de poesia, este gênero ganhou fôlego entre 2015 e 2019, aumentando sua participação (principalmente entre estudantes) e pareando com os livros didáticos. Este é mais um sinal para que as atividades de promoção da leitura se valham deste gênero literário e para que as bibliotecas, principalmente as comunitárias e aquelas mais próximas dos sujeitos na ponta, atualizem e mantenham uma parte de seu acervo composta por livros de poesia. Os saraus literários que ocorrem nas periferias também atestam o poder da poesia para alimentar as práticas de leitura.

Quando se analisam os gêneros literários mais lidos por níveis de escolaridade dos leitores, percebe-se que a Bíblia é o livro mais lido em todos os níveis considerados, desde baixa escolaridade até

o nível superior completo. Dentre aqueles que têm nível superior, a Bíblia só perde para romances – ainda assim, fica em segundo lugar, junto com os demais livros religiosos. Isto aponta para a força da espiritualidade no país e confirma o que se tem visto nas últimas décadas: o fortalecimento e a expansão do mercado editorial de livros religiosos.

Os contos estão presentes em todos os níveis escolares com peso próximo, com maior participação dentre aqueles menos escolarizados, enquanto os romances estão mais presentes nos níveis mais altos de escolaridade, onde apresentam maior peso.

Um fato interessante é que livros de autoajuda são mais característicos daqueles que têm escolaridade mais elevada. Ou seja, o grande público leitor de livros de autoajuda são aqueles com nível superior ou nível médio de escolaridade.

A média de gêneros lidos por entrevistado aumentou de 2,8 em 2015 para 4,1 em 2019, variando de 5,7 para quem tinha ensino superior em 2019 até 3,2 para aqueles que tinham apenas o fundamental nesse mesmo ano. Em relação à faixa etária, essa média varia de 4,6 para os jovens de 18 a 24 anos até 3,1 para aqueles leitores com 70 anos ou mais, confirmando a variedade de gênero mesmo frente a diferentes fases da vida. Estes dados sinalizam para a importância da diversidade de gênero na composição dos acervos das bibliotecas. Também deixam patente que qualquer política de compra de livros deve primar pela diversidade dos gêneros nos títulos a serem comprados e distribuídos.

Em termos de lugares onde costumam ler, o maior percentual está em “casa” (82%). Em um país onde imperam as desigualdades sociais e relativamente poucas famílias têm condições financeiras de comprar livros, esta informação é muito importante. Principalmente quando se observa o fenômeno contemporâneo cada vez maior de redução das dimensões das moradias – o que dificulta a liberação

de espaço para manter acervos em casa. O livro digital pode ser uma alternativa para estas questões, mas a principal resposta ainda continua sendo a biblioteca local.

Em relação às bibliotecas, o peso das mesmas tem aumentado, chegando a 20% de respostas dos leitores sobre o lugar do exercício de suas leituras. Dentre os leitores, 15% respondeu bibliotecas da escola ou da faculdade, 7% bibliotecas públicas e 3% bibliotecas comunitárias, mantidas por moradores ou estabelecimentos. Isto revela o grau de importância desses espaços. Mesmo em um país onde a biblioteca pública ainda não está universalizada em toda sua plenitude, este equipamento público onde existe (e funciona) é reconhecido pela população e deve ter seu potencial de promoção da leitura explorado ao máximo.

Um fato negativo constatado pela pesquisa foi a redução do peso das leituras em sala de aula. De 35% de respostas em 2007, elas passaram para 23%, em uma queda regular. Junto com os demais dados da pesquisa, acendem um alerta para a urgência da revisão dos programas escolares, para recolocar a leitura em um lugar de centralidade no processo de ensino-aprendizagem, o qual realmente colabore para desenvolver práticas de leitura que perdurem para além do período escolar.

O peso das livrarias é mínimo, de apenas 4%. Isto é fruto de uma questão cultural, mas também de um processo de destruição das livrarias de bairro causado principalmente pela centralização dos negócios de livros em sites que concentram os editores e escoam as produções direto para os compradores. Perdem-se espaços locais de promoção da leitura, pois o livreiro muitas vezes atua como facilitador e indicador de leitura, além de estimular a continuidade da prática, ao se colocar como um interlocutor junto aos compradores de livros. Neste sentido, as políticas públicas poderiam incentivar os pequenos negócios de livrarias, assim como fazem com outros

tipos de negócios de porte pequeno, favorecendo a economia do livro e desenvolvendo a economia local – gerando renda e empregos na localidade.

No que se refere à cidade do Rio de Janeiro, as principais razões para ler apresentadas por quem leu algum livro nos três meses anteriores à pesquisa foram: gosto (24%), crescimento pessoal (19%) e atualização cultural ou conhecimento geral (19%). O peso dos que responderam “gosto” foi inferior ao nacional (que era de 24% em 2019), enquanto as razões ligadas à crescimento, à atualização e ao conhecimento foram mais presentes entre os cariocas – no Brasil estas duas razões foram apontadas por 17% e 13% dos leitores, respectivamente. Estes dados podem estar apontando para um maior pragmatismo dos cariocas quando se trata de objetivos com a leitura, ou simplesmente estarem refletindo um público mais escolarizado, com maior idade e melhor nível de vida, em termos de classe social, que figura como leitor na cidade do Rio em relação ao padrão nacional.

Em termos dos fatores que influenciam a leitura de um livro, 45% dos leitores cariocas apontou “tema ou assunto” como principal fator – contra 33% no âmbito nacional. Os dois fatores que figuram em segundo e terceiro lugar, de acordo com os leitores cariocas, foram: “dicas de outras pessoas” (14%) e “autor” (12%). O fator “dicas de outras pessoas” também figura em segundo lugar no país, com peso menor (12%), enquanto o fator “autor” está na sexta posição dos mais citados (9%). Estes dados reforçam as hipóteses de pragmatismo ou de perfil mais elitizado do leitor carioca – sendo que uma não exclui a outra.

## 2.4. BARREIRAS PARA A LEITURA

Incentivos externos são importantes, principalmente quando a pesquisa mostra que 82% dos respondentes gostaria de ter lido mais em 2019. O fator que mais atrapalhou o nível de leitura foi a falta de tempo – 47% dos respondentes afirmou não ter o tempo que precisariam para ler mais. Todas as outras justificativas para não ter lido mais não chegaram a 10% dos respondentes, apontando para a agenda acelerada da vida moderna e a sobrecarga relativa à jornada de trabalho – e a dupla jornada, principalmente no caso das mulheres.

Mesmo assim, vale uma ressalva: aqueles que responderam que não havia bibliotecas por perto (7%) e que não têm um lugar apropriado para ler (4%) poderiam ser diretamente beneficiados por políticas de instalação de bibliotecas públicas e de apoio a bibliotecas comunitárias. Sem contar aqueles que alegaram que não leram mais pois acham o preço do livro caro (5%) ou porque não têm dinheiro para comprar (4%). Mais uma vez, uma política de leitura que tenha ações de modo completo, ou seja, envolvendo equipamentos, espaços, acervos, práticas, mediações, formação e comunicação poderia efetivamente fazer a diferença para os não leitores e na vida daqueles que leem pouco por falta de bibliotecas e espaços apropriados próximos de seu local de moradia, onde possam acessar livros de forma gratuita e praticar a leitura em suas dependências.

Por outro lado, quando se observa que a falta de tempo tem maior peso dentre aqueles com maior escolaridade (ensino superior) ou que pertencem à classe A (mais abastada), pode-se perceber que a disputa se dá em termos de outras categorias. Os usos sociais do tempo são escolhas mais flexíveis para esses grupos sociais, então, o que estaria realmente emperrando o uso desejável do tempo

para a leitura? Nesses casos, o mais produtivo seria desenvolver uma política de comunicação sobre o valor da leitura de forma mais intencional, buscando disputar socialmente o tempo livre e resgatando e reforçando práticas de leitura e seu valor enquanto elementos constituintes da cidadania plena.

Entre os não leitores, as razões por não terem lido são várias, com destaque para a “falta de tempo” (38%) e “não gosta de ler” (28%). O terceiro motivo citado tem relação direta com o segundo: “não tem paciência para ler” (14%). Ambos podem estar mascarando um processo de alfabetização mal feito, onde dificuldades com a leitura permanecem e são sublimadas com estratégias de sobrevivência em uma sociedade do conhecimento escrito. Soma-se a eles a resposta “tem dificuldades para ler” (5%). Os avanços tecnológicos ajudaram bastante nesse ocultamento – por exemplo, podem-se usar aplicativos de troca de mensagens somente enviando arquivos de áudio. Outro aspecto facilitador são os softwares que escrevem o que a pessoa está falando e que leem a mensagem recebida por escrito. Inicialmente pensados para facilitar processos de inclusão, hoje são largamente utilizados pelos analfabetos funcionais para participarem desse mundo da escrita e leitura.

Quando perguntados sobre o que gostam de fazer em seu tempo livre, a maioria das respostas do que sempre faziam estava relacionada a assistir televisão (67%), mexer na internet (66%), ouvir música (60%), usar o WhatsApp (62%) e assistir vídeos ou filmes em casa (51%). Todas essas práticas são mais frequentes entre os leitores, com exceção da TV. A leitura de livros em papel ou digital está bem abaixo, com 24%. Todavia, entre os leitores, esse percentual sobe para 40% – porém ainda inferior às outras práticas citadas. Mais uma vez, os dados confirmam a urgência de uma política de comunicação que recoloca a leitura em seu devido lugar no imaginário social.

Por outro lado, esse estímulo à valorização social da leitura realmente precisa ser complementado com políticas de universalização de educação de qualidade, bem como de políticas de garantia do direito à saúde. Isto é corroborado pelas respostas à pergunta “se havia alguma dificuldade em ler”. Somente 33% disse não ter dificuldade nenhuma para ler. Dentre as dificuldades elencadas, 26% não tinha paciência para ler, 19% informou que leem muito devagar e 9% disse que não compreendia a maior parte do que liam. Estes dados apontam para problemas de aprendizado da leitura e lacunas ou deficiências no processo de escolarização.

Somando-se a isto, 13% não tinha concentração suficiente para ler e 20% tinha problemas de visão ou outras limitações físicas que dificultavam a leitura. Estes dados desvelam a carência de ações de saúde integral que atinem para desafios como o TDAH e os problemas de visão, com provisão de consultas oftalmológicas e de fornecimento de óculos para a população que necessite. Portanto, as políticas de leitura deverão envolver parcerias entre as áreas de cultura, de educação e de saúde – podendo também abarcar a área da assistência social, para facilitar a focalização das ações complementares.

Na cidade do Rio de Janeiro, ao serem perguntados sobre os motivos de não terem lido mais, metade dos leitores respondeu por falta de tempo. Este percentual é maior que o nacional (47%) e pode estar refletindo os problemas históricos da cidade como trânsito, deslocamento, jornadas de trabalho prolongadas (principalmente no setor informal), etc. Isto pode ser corroborado pelas motivações que aparecem em segundo e terceiro lugar: porque se sentiam muito cansados para ler (10%) e porque não tinham dinheiro para comprar ou paciência para ler (ambos com 6%). O peso dessas razões é muito inferior a primeira e podem reforçar a tese de intensidade do trabalho somada às dificuldades de deslocamento pela cidade,

além de outros fatores psicológicos, como a violência, mas também a outros fatores que podem ser considerados como positivos – tais como a maior concorrência de uso do tempo devida à maior oferta de atividades culturais. Todavia, esta última possibilidade de concorrência não encontra base nos dados. Quando comparado ao padrão de respostas nacional, os brasileiros estão menos cansados para ler (9%) que os cariocas, têm mais falta de paciência para ler (8%) e usam menos a justificativa de falta de dinheiro para comprar livros (4%).

Em termos de dificuldades para ler, os cariocas apontaram como principais fatores não ter paciência para ler, ter problemas de visão ou outra limitação física que dificulte a leitura, ler muito devagar e não ter concentração suficiente para ler. Essas respostas são muito similares às nacionais, corroborando as sugestões de políticas complementares à de leitura que articulem consultas e exames oftalmológicos, provisão de óculos, atendimento e exames psicológicos e atenção especial para as pessoas com deficiências. Qualquer política de leitura que se pretenda universal tem que promover a inclusão. O direito à leitura é de todos e de cada um e precisa ser pensado a partir das necessidades específicas de cada grupo de cidadãos.

No caso do Rio de Janeiro, a proporção das respostas de quem não tinha dificuldade nenhuma para ler era inferior à nacional – inclusive inferior àqueles que alegaram não ter paciência. Isto reforça a necessidade de políticas de inclusão voltadas especificamente para a promoção da leitura. Por exemplo, os governos deveriam aproveitar o fato de o Instituto Benjamin Constant (IBC) ficar na cidade do Rio de Janeiro e articular a produção e a distribuição de literatura em Braille e audiolivros para as bibliotecas públicas e comunitárias, além de fornecer cursos para bibliotecários e mediadores de leitura, a fim de atender adequadamente as pessoas com deficiência visual. Outro

ponto importante é a adequação dos espaços de bibliotecas para serem sinalizados, terem mobiliário e equipamentos apropriados e, principalmente, acesso físico e banheiros adaptados, a fim de que as pessoas com deficiência possam transitar livremente e aproveitar ao máximo essas bibliotecas.

## 2.5. FORMAÇÃO LEITORA E PERCEPÇÕES SOBRE LEITURA

Em termos de quem influenciou na relação com a leitura, dois terços dos respondentes falaram que ninguém. Isto aponta para a necessidade de fortalecimento das atividades de leitura coletiva, onde se possa colocar leitores e não leitores em contato, sob uma atividade intencionalmente voltada para estimular a leitura e a ampliação da mesma.

Dentre aqueles que responderam sim, as principais figuras que despontam são a professora ou o professor (11%), a mãe (8%) ou o pai (4%) ou outro parente (4%). Isto sinaliza que a escola e os círculos sociais mais íntimos são os principais relacionamentos sociais que influenciam as práticas de leitura. Portanto, o desenho das políticas de leitura deverá levar em conta estas duas redes de relacionamento e priorizá-las, principalmente nas estratégias de comunicação.

Uma das práticas que costuma ser enfatizada é a leitura de livros feitas pelos pais para seus filhos. Contudo, os dados apontam para a baixa presença dessa prática tanto entre leitores quanto entre não leitores. Metade dos leitores responderam que seus pais ou responsáveis nunca leram para eles – este percentual chegou a 70% entre os não leitores. Logo, as campanhas de comunicação podem reforçar este elemento de estímulo dos pais lerem para seus filhos,

mas terão que trabalhá-lo de outras formas – pois as tradicionais não estão funcionando.

Em que pese que a escolaridade dos pais seja maior entre leitores do que entre não leitores, qualquer ação de estímulo à leitura para os filhos deve ponderar a questão educacional desses pais. Disso resulta a importância estratégica da articulação dessas campanhas com a promoção da escolaridade entre os jovens, adultos e idosos com baixa escolaridade. A oferta de Educação de Jovens e Adultos (EJA) deveria estar articulada com as políticas de promoção da leitura, a fim de que realmente se propicie um ambiente leitor em todos os lares das famílias brasileiras. O contexto é fundamental, tanto para o avanço da educação quanto para o desenvolvimento e o fortalecimento das práticas de leitura.

A Pesquisa Retratos da Leitura também investigou a percepção dos sujeitos sobre a leitura. Suas percepções sobre os significados da leitura são muito diversas e explicitam um discurso que não se traduz em práticas efetivas. A maioria das respostas relacionava leitura à obtenção de conhecimento (56%). O segundo sentido mais presente foi associar a leitura ao ensino para viver melhor (29%), seguido por ser a leitura uma atividade interessante (20%) e que traz atualização e crescimento profissional (18%). Só esses significados já bastariam para a sociedade brasileira se constituir enquanto leitora. Mas isso não ocorre, exatamente pelo descolamento entre discurso e prática. O trabalho de formação para a leitura deve reconhecer e enfrentar esse enorme desafio de aproximar discursos e práticas em relação à leitura.

Em termos de espaço para a promoção da leitura, a Pesquisa mostra que ainda há, e muito! Pois 56% dos entrevistados não estava lendo nada no período da pesquisa. Mesmo quem respondeu que estava lendo algum livro, disse que o tinha lido pela última vez na última semana ou há mais tempo (48%).

## 2.6. PRÁTICAS ATUAIS DE LEITURA

Dentre aqueles que estavam lendo algo no período da pesquisa, 44% informou que o fazia por interesse pessoal e 21% por interesse religioso. Em termos de indicação, 25% respondeu que não recebeu indicação de ninguém (principalmente os adultos e idosos), porém 22% disse que algum professor ou professora indicou o livro que estava lendo ou o último que leu (principalmente crianças e adolescentes), enquanto 22% citou um amigo ou amiga (principalmente jovens e adultos). Essas motivações e influências deverão ser levadas em conta no desenho das políticas e das estratégias de promoção da leitura.

Outra característica que também deve ser levada em consideração é a forma de acesso ao livro. A maioria respondeu que foi comprado, em lojas físicas (30%) ou pela internet (9%) – apontando para o grande peso das lojas e livrarias no acesso ao livro. Inclusive, a maioria absoluta dos leitores estava lendo ou leu o último livro em papel (92%), contra apenas 8% em meio digital. Isto reflete a baixa adesão a esse formato pelos brasileiros. Os livros tomados por empréstimos em bibliotecas escolares (13%) ou bibliotecas públicas ou comunitárias (4%) também aparecem. Todavia, destacam-se os livros obtidos por terem sido presenteados (21%) ou por empréstimo de familiar ou amigo (11%). Mais uma vez, a importância dos círculos sociais aparece.

Dentre as ações normalmente pensadas para a promoção da leitura estão os eventos literários. A Pesquisa informa que 86% dos respondentes não participou de nenhum evento literário nos últimos 12 meses. Portanto, o apoio a este tipo de evento deve passar pela criação de estratégias de ampliação e diversificação de seu público alvo, para que mais pessoas participem desses eventos e eles realmente alcancem seu objetivo maior.

No Rio de Janeiro, a situação é mais grave: 85% dos cariocas não participou de nenhum evento literário nos últimos 12 meses. Apesar do percentual ser similar ao nacional, o número de bienais, feiras de livros e festivais de literatura é relativamente grande na cidade do Rio de Janeiro. Não ter ido por vontade própria significa que estes eventos não estão sendo suficientemente divulgados, ou que esta divulgação não está sendo efetiva para atrair o público. Também pode estar ocorrendo uma focalização da comunicação que visa um público mais seletivo e termina por afastar quem não se encaixa nesse padrão. Entretanto, há uma vida pulsante nas periferias que tem aumentado recentemente no Rio de Janeiro, com atividades de promoção da leitura, como a Festa Literária das Periferias (FLUP) que está cada vez mais tendo atenção da mídia e atraindo mais participantes. A questão que se coloca é o quanto estes eventos conseguem ser traduzidos em mais leitores. Todavia, há mérito por si só na realização de eventos como estes. Eles próprios já se constituem como atividades de promoção do livro e da leitura. Quanto mais ocorrerem, melhor será para a estimulação da leitura e para a propagação da mesma enquanto valor social de todas as classes, todas as escolaridades e todas as idades.

## 2.7. PERCEPÇÃO E USO DE BIBLIOTECAS

No que se refere às bibliotecas, a representação que os entrevistados têm desse espaço é que ele serve para pesquisar ou estudar (56%). Portanto, a biblioteca está muito relacionada à escola, no imaginário popular. Isto torna este equipamento relativamente invisibilizado enquanto lugar de fruição do direito à cultura. Isto é corroborado pelo fato de que 22% afirmou que a biblioteca é para emprestar livros, principalmente para emprestar livros para trabalhos escolares (10%), e 16% de que é um lugar para estudantes. Apesar

de 16% ter respondido que este é um lugar voltado para todas as pessoas, esta resposta pode refletir mais um caráter de acesso democrático, onde se pode interpretar todos como qualquer estudante ou pessoa que queira estudar, independentemente de raça ou gênero.

As respostas ligadas a outras atividades não escolares são muito pouco representativas, tirando a resposta “um lugar para lazer ou passar o tempo” – que aparece com 12%. Como o entrevistado poderia escolher mais de uma resposta dentre os itens elencados, esta alternativa aparece, mas seria preciso avaliar se está entre as primeiras reportadas pelos entrevistados. De todo modo, a biblioteca não é vista como um lugar para participar de conferências, cursos e oficinas (2%), demonstrando que ainda há um potencial deste equipamento cultural que precisa ser melhor explorado, principalmente do ponto de vista comunicacional.

Outro aspecto importante que demanda política de comunicação é o fato de que a maioria dos respondentes afirmou que não existia biblioteca pública em sua cidade ou bairro (47%), ou que não sabia dessa existência (8%). Isto é um fato grave, que aumentou em relação a 2007, quando esse valor total era de 33%. Este fenômeno de invisibilidade é maior quando se trata de bibliotecas comunitárias – 86% afirmou que não tem ou que não sabe se tem. O que aconteceu para que as bibliotecas saíssem do campo de visão dos cidadãos? Urge, então, uma política dinâmica de comunicação que ativamente (re)coloque a biblioteca no imaginário popular, de modo correto, enquanto lugar de acesso ao livro e de incentivo à leitura.

Este apagamento no imaginário popular se reflete no nível de frequência, pois 68% dos respondentes não frequenta bibliotecas. Entre os estudantes este percentual é de 37%. Entretanto, entre os leitores, este percentual é mais elevado: 52%. Mais da metade daqueles que frequentam bibliotecas o fazem em bibliotecas escolares ou universitárias, a maioria públicas.

Dentre os frequentadores de bibliotecas que o faziam sempre ou às vezes, 51% alegou que o principal motivo para o fazer era para ler livros para pesquisar ou estudar. 21% ia para estudar ou para fazer trabalhos da escola ou da faculdade e 5% para tomar emprestados livros para trabalhos escolares. Logo, a biblioteca realmente está muito atrelada à escola no imaginário social.

Cabe uma ressalva importante, pois uma parcela dos respondentes que frequentava bibliotecas sempre ou às vezes apontou que ia à biblioteca porque queria ler livros que não conseguia encontrar em outros lugares (7%) ou que não conseguia comprar (7%). Daí, depreende-se que este equipamento cultural cumpre uma função social democratizadora do acesso ao livro, e que isto precisa ser melhor divulgado junto à sociedade e, principalmente, à comunidade do entorno de cada biblioteca.

Portanto, é preciso que o desenho de políticas de leitura realmente repense o lugar das bibliotecas e elabore uma estratégia para o fortalecimento e a difusão das atividades de leitura nestes locais, tornando-os realmente espaços dinâmicos de acesso ao livro e promoção da leitura.

A própria pesquisa aponta para elementos que poderiam constituir essa política de bibliotecas, pois os respondentes que frequentavam bibliotecas às vezes ou raramente afirmaram as razões que poderiam levá-los a aumentar sua frequência nesses equipamentos culturais. Dentre os principais fatores motivadores elencados estão: “ter mais livros ou títulos novos” (26%); “ter títulos interessantes ou que me agradem” (20%); “ser mais próxima de casa ou de fácil acesso” (19%); “ter atividades culturais” (17%); “ter um bom atendimento” (13%); e “ter internet” (12%).

Em relação aos que não frequentam bibliotecas, o motivo de não o fazer foi respondido destacando-se a falta de tempo (34%) e que “não gosta de ler” (20%). Contudo, 13% respondeu que não

frequenta porque não tem bibliotecas próximas de si e 11% declarou que “não gosta de ir a bibliotecas”. Somados aos 5% de respostas de que “biblioteca é lugar de estudante”, percebe-se que parte da baixa frequência a estes equipamentos culturais está relacionado ao imaginário sobre bibliotecas, mas também à concentração territorial desses equipamentos e ao estado em que se encontram várias bibliotecas públicas pelo país.

Isto é corroborado pelas respostas à pergunta sobre o que faria mudar de ideia aqueles que não frequentam bibliotecas ou o fazem raramente ou às vezes. Para frequentar (mais) bibliotecas, os respondentes disseram que seria necessário: “ser mais próxima de casa ou de fácil acesso” (17%); “ter mais livros ou títulos novos” (14%); “ter títulos interessantes ou que me agradem” (11%); “ter atividades culturais” (11%); ou “ter Internet” (10%); dentre outros fatores com pesos menores. Ou seja, mais uma vez aparecem as questões de acervo e de estrutura e localização, além de oferta de atividades culturais. Entretanto, urge atuar sobre o imaginário social para afetar os cidadãos, a fim de que eles repensem a biblioteca enquanto espaço cultural, pois 29% afirmou que nada os faria frequentar bibliotecas. Sem afetar esse imaginário social, outras ações só beneficiarão quem já está inserido. Faz-se necessária uma política de comunicação efetiva sobre esses equipamentos culturais e sua potência para a fruição do direito à leitura e do próprio direito à cultura.

Esses dados mostram que uma política para bibliotecas precisa atualizar e expandir os acervos, mas também trabalhar sobre os espaços físicos, tornando-os mais acolhedores e aconchegantes. A promoção de atividades culturais pode funcionar como elemento atrativo, mas também podem ser pensadas tais atividades como promotoras de práticas de leitura, formando novos leitores e fortalecendo as práticas junto aos atuais leitores. Isto, articulado com o acesso à internet, pode transformar a biblioteca no espaço de

promoção da leitura e da cultura, aflorando seu potencial e alterando a forma como a comunidade a enxerga e (não) a utiliza.

Quando se observa a cidade do Rio de Janeiro, 74% dos cariocas não frequenta bibliotecas – percentual muito superior ao nacional (68%). Além disso, 51% dos cariocas afirma não haver uma biblioteca pública ou comunitária em sua cidade ou bairro! Só 38% afirmou ter uma biblioteca pública em sua cidade ou seu bairro! Enquanto 17% afirmou ter uma biblioteca comunitária e 8% não soube ou não respondeu à pergunta. O que se torna uma surpresa, dado os investimentos governamentais em bibliotecas parque, além de contar com inúmeras bibliotecas de universidades e faculdades, bem como ser esta cidade o local onde está instalada a Biblioteca Nacional. Como a pesquisa foi realizada para apenas um ano (2019), não se pode conhecer a evolução temporal deste comportamento e se todo este investimento em bibliotecas conseguiu modificar as práticas dos cariocas. Também, há de se ponderar que se trata de cidade de praia com grande oferta de atividades culturais, esportivas e de lazer ao ar livre. Ainda assim, ter menores percentuais de quem frequenta bibliotecas demanda ação pública para reforçar o valor social das bibliotecas e promover maior visitação às mesmas. Isto passa por políticas de atualização de acervos, mas também de reconfiguração das bibliotecas, para explorar todo seu potencial enquanto equipamentos culturais públicos.

### 3. SOBRE POLÍTICA NACIONAL DE PROMOÇÃO DE LEITURA

Neste capítulo é apresentada a política de livro e leitura do Brasil, e feita uma comparação analítica com a política de incentivo à leitura em Portugal. Ambos os países desenvolveram planos nacionais de leitura nas últimas décadas – lançados, inclusive, no mesmo ano. A proposta é verificar as aproximações e diferenças entre estes planos, no tocante ao ciclo da política (Ball *et al*, 2012; Mainardes e Marcondes, 2009). A escolha destes países se deu pelo fato de que os dois apresentam uma história pregressa com muitos pontos convergentes, além de uma língua oficial comum e do Brasil ter sido colônia de Portugal, ligando o legado cultural de ambos. Suas bases econômica, política e social possuem similitudes que permitem explorar variáveis mais relacionadas à questão da leitura-escrita em si. Abordando pelo ângulo educacional e cultural de dois países com similitudes será mais fácil encontrar suas diferenças, especificidades e mapear os efeitos/desdobramentos do fenômeno e suas causas – conforme metodologia adotada por Coutinho (2005) para a política comparada (ver capítulo III, em especial as páginas 93 e 94).

O fato de terem o Português como língua oficial, guardadas as devidas especificidades, aproxima os países, mas, por outro lado, há diferenças relevantes, que complexificam o ciclo da política. A pesquisa busca ponderar os possíveis desdobramentos em cada

ciclo e na capacidade de gerarem os fins desejados. Neste capítulo são abordados alguns resultados preliminares e levantadas algumas hipóteses que serão aprofundadas na continuidade desta pesquisa. Neste sentido, o capítulo se estrutura em uma breve contextualização educacional e cultural de cada país, depois faz uma apresentação sintética de cada plano e, em seguida, tece comparações entre ambas as experiências. Por fim, traz as considerações finais.

### 3.1. LEITURA NO BRASIL E EM PORTUGAL: NAVEGAR É PRECISO; E LER, É PRECISO?

A situação da alfabetização no Brasil é um problema grave e historicamente resiliente (FERRARO, 2009). Ainda há 7% da população de 15 anos ou mais de idade que não sabe ler e escrever no Brasil, segundo dados do IBGE para 2017. Isto representa 11,5 milhões de brasileiros sem acesso à leitura. Em Portugal, este percentual não chega a 5%, totalizando cerca de meio milhão de portugueses. Todavia, Portugal ainda apresenta uma das piores taxas da Europa. Ambos os países arrastaram altas taxas de analfabetismo até a metade do século XX, quando a situação começou a mudar, ainda que lentamente (FERRARO, 2009; RAMOS, 1988). Estes desempenhos em alfabetização impactam diretamente os níveis de leitura.

No Brasil, há a impressão generalizada de que se lê pouco. Este fato é comprovado pela pesquisa Retratos da Leitura no Brasil (Amorim, 2008; Failla, 2016). Segundo a última edição desta pesquisa (Failla, 2016), 56% dos brasileiros havia lido pelo menos parte de um livro ou material escrito nos últimos três meses. Este percentual varia quando se observam as regiões do país, entre 61% para o Sudeste e 50% para o Sul. O número de livros lidos era de 2,54. Se forem tomados apenas os que foram lidos por inteiro, este percentual cai para 1,06. A pesquisa mostra que parte significativa disto foi lida por

conta da escola/instituição de ensino. Isto aponta para a relevância do efeito “escola” sobre a leitura no Brasil.

A pesquisa em questão demonstra que os brasileiros associam a leitura ao acesso ao conhecimento e à “atualização e ao crescimento profissional”. Muitos apontam que a leitura ajuda a “viver melhor” e a “vencer na vida e melhorar sua situação financeira” (*idem*). Apesar do pequeno acréscimo na média de leitura nos últimos anos, o desempenho deste indicador não acompanhou a evolução da escolaridade média no Brasil. Isto assinala a necessidade de outras políticas de incentivo à leitura, para o fortalecimento do impacto das políticas educacionais correntes.

Em Portugal, 95% da população foi identificada como leitora (Santos, 2007). Em grande parte, de jornais. Mas, ainda assim, a leitura de livros em Portugal está abaixo de outros países, sendo que o aumento verificado recentemente está atrelado a leituras em parte, ou seja, não se lê todo o livro. Este fracionamento também se percebe no Brasil, configurando-se provavelmente como uma estratégia de leitura em um contexto marcado pela avassaladora profusão cotidiana de informações.

Em Portugal, a questão da leitura também está associada à escolaridade e à faixa etária (Lages *et al*, 2007; Neves, 2008; Santos, 2007). Mas o peso da leitura de jornais e revistas é maior do que no Brasil – considerando leitura impressa e *on-line*. Somando-se a isto, apesar de Portugal ter 69% de seus leitores lendo entre 1 e 5 livros, ainda assim o número médio de livros lidos por leitor também é maior que no Brasil. Cabe destacar que 4,3% dos leitores portugueses leem mais de 20 livros por ano. Mesmo assim, Santos frisa que Portugal “está ainda longe dos patamares médios europeus, sobretudo no tocante à leitura de livros” (Santos, 2007, p. 55).

Santos (2007, p. 51) argumenta, com base em pesquisas em diversos países, que a expansão dos chamados “leitores fracos”,

ou seja, de pessoas que leem muito pouco durante o ano, não necessariamente significa um resultado desfavorável. Pelo contrário, em países como Portugal, de recente expansão da leitura, muitos indivíduos passam de “não-leitor” para “leitor fraco”. Esta mudança de categoria, apesar de aparentar um não crescimento significativo dos indicadores, aponta para bons resultados, por prefigurar um processo de mudança de perfil populacional, rumo à maior base de leitores.

Vale a pena avaliar esta alteração nos indicadores destacada por Santos (*idem*) em conjunto com a caracterização dos “grandes leitores”, normalmente jovens, de escolarização elevada e inseridos profissionalmente em postos técnicos e superiores. Estas características sociodemográficas apontariam para dinâmicas que já ocorrem e que deveriam ser reforçadas pelas políticas de promoção da leitura, a fim de acelerar sua efetivação e expansão. Tal argumentação também é válida no caso brasileiro (Failla, 2016). Em suma, as pesquisas em ambos os países reiteram a relação intrínseca entre níveis de leitura e escolarização.

Segundo dados da OCDE (2017), Brasil e Portugal diferiam quanto à porcentagem da população adulta entre 25 e 64 anos que alcançou determinado nível de educação: 2% da população adulta nesta faixa etária havia completado menos do que o primeiro ciclo do Ensino Fundamental (*Primary Education*) em Portugal. Este percentual, no Brasil, era de 17%. O IBGE classifica este grau de escolarização como “analfabetismo funcional”. Isto demonstra um segundo tipo de barreira de entrada ao mundo da leitura, somando-se ao analfabetismo.

A OCDE (2017) ainda demonstra estatisticamente que o acesso à escolarização afeta diretamente a participação no mercado de trabalho e a renda obtida. Mas também aponta para os efeitos sobre outros resultados sociais, tais como investimento individual,

familiar, dos setores privado e público, participação e mobilidade social e até níveis de depressão.

A diferença em níveis de leitura entre Brasil e Portugal é confirmada pelo Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA). Esta avaliação mede o nível de letramento de cada país, e define letramento em leitura como “a capacidade de compreender, utilizar, refletir e desenvolver com textos escritos, com a função de alcançar uma meta, desenvolver seu conhecimento e potencial, e participar da sociedade” (OCDE, 2013). Conforme dados de 2015, os estudantes brasileiros de 15 anos de idade não alcançaram desempenho equivalente ao dos portugueses na avaliação de leitura. Do total de estudantes brasileiros, 7% ficou abaixo do nível básico de proficiência em leitura. Este baixo desempenho está relacionado à rarefeita prática de leitura. A OCDE aponta que “ler todos os dias por prazer está associado a melhores desempenhos no PISA” (OCDE, 2011).

Os resultados do PISA refletem uma realidade mais ampla, captada pelo Índice de Alfabetismo Funcional (INAF). Este índice demonstra que mesmo indivíduos com maior nível de escolaridade não apresentam necessariamente domínio pleno do uso da leitura-escrita na vida em uma sociedade que demanda cada vez mais esta habilidade (IPM/IBOPE, 2013). Estas fragilidades no domínio têm consequências concretas na inserção social dos brasileiros e dos portugueses. Estudos da *World Literacy Foundation* (2015) demonstram os altos custos econômicos e sociais do analfabetismo, corroborando os estudos para o Brasil e também as evidências para Portugal (DATAANGEL, 2009).

Portanto, diante deste cenário, percebe-se a relevância da leitura tanto no tocante aos direitos à educação e à cultura, quanto do ponto de vista político, para um projeto de desenvolvimento do país. Em uma sociedade contratualizada, baseada em direitos e obrigações, mediada cada vez mais pela tecnologia, cerceamentos no acesso

à informação contribuem significativamente para a estratificação social. Implementar uma política de promoção da leitura torna-se, então, peça estratégica na garantia de cidadania cultural (Amorim, 2009) e na consecução de outras políticas públicas fundamentais para a melhoria socioeconômica de sua população.

### 3.2. DESTE LADO DO ATLÂNTICO: PLANO DE LEITURA DO BRASIL

O plano nacional de leitura no Brasil se chama Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL). Ele foi instituído por meio da Portaria Interministerial nº 1.442, de 10 de agosto de 2006, pelos Ministérios da Cultura e da Educação. Depois, foi sancionado pela presidência como Decreto nº 7.559, de 1º de setembro de 2011. No art. 1º deste Decreto, o PNLL é definido como “estratégia permanente de planejamento, apoio, articulação e referência para a execução de ações voltadas para o fomento da leitura no País”. No primeiro parágrafo deste mesmo artigo são definidos os objetivos deste plano, a saber: “a democratização do acesso ao livro; formação de mediadores para o incentivo à leitura; valorização institucional da leitura e o incremento de seu valor simbólico; desenvolvimento da economia do livro como estímulo à produção intelectual e ao desenvolvimento da economia nacional” (PNLL).

O PNLL foi organizado em quatro eixos estratégicos, onde cada um deles corresponde exatamente a um de seus objetivos. Estes eixos visam dar conta de todas as dimensões do problema da leitura no Brasil. Cada um deles é desdobrado em linhas de ação, totalizando dezenove linhas. Estas são orientações mais concretas aos executores deste plano – em primeiro lugar, os Ministérios da

Cultura (MinC)<sup>1</sup> e da Educação (MEC), responsáveis pelo suporte técnico e operacional do gerenciamento do Plano, e também os estados e municípios, em regime de cooperação com a União. Há estímulo explícito no Plano para que cada estado e município desenvolva seu próprio plano de livro e leitura, alinhado com o plano nacional.

O PNLL prevê que haverá programas, projetos e ações baseados em suas diretrizes, os quais darão conta de atingir os objetivos visados. O regime de cooperação entre entes federados é uma aposta grande do Plano, bem como a articulação institucional com a sociedade civil. Neste sentido, o Plano prevê sua própria gestão baseada em três instâncias colegiadas: Conselho Diretivo; Coordenação-Executiva; e Conselho Consultivo. Estas instâncias têm assento garantido para a sociedade civil, nas categorias de agentes culturais, especialistas no tema e etc. Isto respaldaria a condução do Plano, do ponto de vista de subsídio técnico especializado, mas, principalmente, do ponto de vista de maior legitimidade social por conta de sua estrutura democrática de acompanhamento. A prestação de contas para a sociedade civil deveria se dar nestas instâncias coletivas, ao mesmo tempo em que elas afetariam em alguma medida a tomada de decisão.

A criação de instâncias colegiadas para a direção do PNLL aponta para a relevância dada pelo Governo da época à construção da política de forma compartilhada entre setor público e sociedade civil. Este propósito é reforçado no art. 13 do Decreto do Plano, ao se definir a consulta pública como um “instrumento permanente” para garantir esta participação interativa. Isto assinala que não apenas

---

<sup>1</sup> Com a extinção do MinC, entre os anos de 2019 e 2022, as atribuições referentes às políticas culturais foram incorporadas ao Ministério da Cidadania. O MinC foi restabelecido em 2023.

os resultados do PNLL tinham relevância, mas também a própria forma de elaboração e condução do Plano importava.

Neto (2010) traz uma série de depoimentos favoráveis à implantação do Plano, oriundos de diversos setores. De uma forma geral, estes discursos estavam permeados por uma expectativa positiva a respeito da potência do PNLL em gerar os resultados esperados. Também apresentavam um tom de premência deste tipo de política para o Brasil, tanto por conta do cenário educacional quanto pelo próprio acesso à fruição literária. Estas vozes ecoaram uma sensação de que a questão da leitura adentrou finalmente na agenda pública (Dery, 2000), articulando educação e cultura. Por outro lado, ressoava nas entrelinhas uma preocupação com a sustentabilidade do tema nesta mesma agenda.

A leitura literária é um campo em disputa. As forças que concorrem neste campo ora puxam a questão para o lado da mercadologização do livro, ora para a concepção de acesso gratuito e para a fruição como razão primeira. Isto produzirá tensionamentos na própria condução do Plano, durante a fase de implementação do ciclo desta política. Observando este ciclo, percebe-se que não houve, por parte do governo brasileiro, investimento na fase correspondente à avaliação. Como a área de políticas culturais não tinha o hábito de implementar avaliações, pode ser que a questão não esteja relacionada diretamente aos conflitos internos deste campo. Somando-se a isto, a fase de implementação do PNLL previa a construção de planos estaduais e municipais, o que, em grande parte devido à autonomia dos entes federados, à baixa aderência do problema às agendas de políticas públicas locais e às dificuldades de coordenação do Governo Federal (Arretche, 2004), resultou na criação de planos locais em números irrisórios.

O PNLL também foi marcado por experiências positivas, de mobilizações sociais em prol da leitura. Diversas ações foram

provocadas, fortalecidas e ampliadas (Neto, 2010). Vale destacar o Prêmio VivaLeitura<sup>2</sup> que mapeia experiências de leitura em todo o país, com o apoio da Organização dos Estados Iberoamericanos (OEI). Esta identificação das iniciativas da sociedade civil dá maior visibilidade às boas práticas, incentivando sua continuidade, expansão e reprodução em outros cantos do Brasil. Em um país com dimensões continentais como o Brasil, com a diversidade de públicos que aqui existem, políticas de promoção de mapeamento e premiação fazem com que a informação circule, valoriza as experiências locais e possibilita maior alavancagem para este tipo de projeto. Dadas as dificuldades econômicas pelas quais tem passado o país, com impactos diferenciados dependendo da localidade, ter uma chancela do poder público e de organismo internacional contribui, em alguma medida, para ter mais elementos para convencimento na hora de captar financiamento. Vários desses projetos sobrevivem na base do voluntariado e de doações financeiras. Assim, conseguir colaboradores se torna crucial para a continuidade dos projetos.

O PNLL também surge como uma estratégia de estruturação das próprias iniciativas do Governo Federal. Este plano funcionaria como um norteador governamental, organizando principalmente as ações das pastas da Cultura e da Educação voltadas para a leitura. O MEC é tradicionalmente o maior comprador de livros no Brasil. Também é responsável pelas políticas para as escolas, as quais possuem bibliotecas e são normalmente o local onde grande parte das crianças tem o primeiro contato com o mundo da leitura literária. As pesquisas mostram o baixo nível de leitura dos pais, a ausência de bibliotecas na maioria das moradias, o baixo nível de compra de livros e a baixa frequência às bibliotecas públicas (Amorim, 2008;

---

<sup>2</sup> Prêmio VivaLeitura: <<http://www.premiovivaleitura.org.br/>>.

Failla, 2016). Este cenário desfavorável pode ser alterado pelo papel da escola na garantia e na promoção do acesso à leitura.

Ter políticas educacionais e culturais alinhadas neste propósito é fundamental para a consecução do projeto de transformar o Brasil em um país de leitores. Isto está posto nos discursos dos participantes da execução do PNLL. Resta avaliar a aderência das práticas a este princípio. Ball *et al.* (2012) apontam que na prática, no cotidiano das escolas, não se cumpre exatamente o que está previsto nos textos das políticas. Oliveira (2012) chamou a atenção para os “burocratas na linha de frente” e como a atuação destes profissionais pode desviar a execução dos objetivos e até alterar a política na prática a tal ponto de inverter seus resultados. Cabe a realização de uma avaliação do PNLL para verificar o grau de influência destes atores em sua implementação.

### 3.3. DO LADO DE LÁ DO ATLÂNTICO: PLANO DE LEITURA DE PORTUGAL

O Plano Nacional de Leitura (PNL) de Portugal foi instituído pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 86, de 12 de julho de 2006. Ele se constitui em um plano decenal, que articula os Ministérios da Educação, da Cultura e da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. Segundo esta Resolução, o PNL foi criado para “promover o desenvolvimento de competências nos domínios da leitura e da escrita, bem como o alargamento e aprofundamento dos hábitos de leitura, designadamente entre a população escolar”. Ele seria uma resposta institucional a uma preocupação com os níveis de “literacia” (denominada letramento no Brasil), principalmente entre os jovens, que em Portugal seriam “significativamente inferiores à média europeia”. Desde seu início, o plano português tem um

princípio claro de priorização das “próximas gerações”: foco no público infanto-juvenil.

Conforme posto na Resolução em foco, os objetivos do PNL são: a) promover a leitura, assumindo-a como fator de desenvolvimento individual e de progresso coletivo; b) criar um ambiente social favorável à leitura; c) inventariar e valorizar práticas pedagógicas e outras atividades que estimulem o prazer de ler entre crianças, jovens e adultos; d) criar instrumentos que permitam definir metas cada vez mais precisas para o desenvolvimento da leitura; e) enriquecer as competências dos atores sociais, desenvolvendo a ação de professores e de mediadores de leitura, formais e informais; f) consolidar e ampliar o papel da rede de bibliotecas públicas e da rede de bibliotecas escolares no desenvolvimento de hábitos de leitura; g) atingir resultados gradualmente mais favoráveis em estudos nacionais e internacionais de avaliação de literacia.

O PNL tem uma explícita preocupação com a elaboração de ações a partir de diagnósticos concretos e montagem de mecanismos de avaliação perenes. Desde seu lançamento, o Governo português investe em estudar e acompanhar estatisticamente a implementação e o desempenho deste plano (Costa *et al*, 2008; Lages *et al*, 2007; Santos, 2007). A referida Resolução prevê até a constituição de um conselho científico de especialistas convidados para auxiliar nos trabalhos. Inclusive, este plano é pensado, inicialmente, em duas fases, de cinco anos cada, onde, ao final da primeira fase, os resultados da avaliação balizarão a calibragem deste plano no tocante à segunda fase.

Os formuladores do PNL também se preocuparam com a formação dos atores envolvidos e com uma política de comunicação à sociedade que dê transparência às ações e colabore na execução do plano do ponto de vista de mobilização e articulação social, oferecendo subsídios para iniciativas públicas e privadas. Esta política

de comunicação foi firmada em um tripé composto pelo site do PNL, por campanha de promoção da leitura e por concursos e prêmios nacionais de leitura. Este plano igualmente prevê a constituição junto à sociedade civil de uma comissão “de honra” para “acompanhar, apreciar e apoiar” a divulgação da realização deste plano. As ações também são frequentemente debatidas, como, por exemplo, em conferências anuais internacionais sobre questões de livro e leitura promovidas pelos executores deste plano.

Do ponto de vista da execução, o PNL também prevê interação intragovernamental, por meio de comissão interministerial de apoio à sua implementação. Inicialmente envolvendo as pastas de Educação, Cultura e Comunicação Social, esta comissão tem poder regimental de solicitar “a colaboração e o apoio logístico a outros serviços e organismos do Estado, a quem compete prestar toda a colaboração, apoio e informação que lhes for solicitada para a realização das diversas atividades previstas e a realizar”. Especial destaque é dado à rede de bibliotecas públicas escolares, devido à eleição das crianças em educação pré-escolar e nos primeiros seis anos do ensino básico como público-alvo prioritário. Nesta mesma linha, este plano dá grande ênfase à criação e disponibilização de listas anuais de livros recomendados para leitura junto ao público infante-juvenil.

Após dez anos de implementação, o PNL alcançou avaliação favorável e foi reeditado por mais dez anos. As avaliações demonstram que houve investimento público para o Plano, que as escolas foram envolvidas, crianças e jovens foram beneficiados, ou seja, o público-alvo foi alcançado, e que repercutiu favoravelmente no intuito de desmistificar a leitura enquanto atividade reservada a uma elite (Costa, 2011; Costa *et al*, 2008; Portugal, 2009).

### 3.4. SINGRANDO OS MARES DAS POLÍTICAS COMPARADAS

O PNLL se coloca como “estratégia permanente” (art. 1º, Decreto 7.559/11). Isto reflete um lugar social da leitura que espelha a estrutura social do país. Tal caracterização é corroborada pelo fato de que desde 2013 o Legislativo Federal discutia com o Executivo a necessidade de Projeto de Lei sobre o tema. Não houve convergência de forças políticas suficiente para mudar a situação institucional deste plano até 12 de julho de 2018, quando foi finalmente aprovada a Lei nº 13.696 que instituiu a Política Nacional de Leitura e Escrita (PNLE). O PNL também é uma estratégia interministerial, mas com suporte significativo do Governo Federal, sempre autointitulado de “política de estado”. Com forte aparato institucional e orçamentário, este plano é amparado pelo governo português. Tal fato é corroborado pelo consistente arcabouço de avaliação deste plano.

Outro ponto de diferença entre os planos enfocados está na real relevância dada a cada um do ponto de vista de política pública, mais especificamente, trata-se da questão orçamentária. O PNL contou com apoio orçamentário do governo português, enquanto o PNLL sofreu com aportes financeiros insuficientes durante o período considerado (Anjos *et al*, 2016). Anjos *et al* (2016) também destacam as dificuldades em termos de estrutura organizacional e recursos humanos disponíveis no Governo Federal brasileiro para dar conta do desafio do PNLL. Um exemplo que ilustraria estas dificuldades seria a falta de um espaço virtual de transparência e disseminação das informações para o PNLL similar ao disponibilizado pelo governo português para o PNL.

Por outro lado, o PNLL esteve permanentemente marcado por debate com a sociedade civil. A participação desta instância em todas as etapas do ciclo da política é patente no caso brasileiro.

Neste sentido, há uma característica democrática e republicana na visão do PNLL. Em Portugal, o diálogo com os diversos grupos não é tão marcante, pelo contrário, a pertença à Comunidade Europeia traz outras preocupações para as instâncias superiores, que precisam lidar com esta dimensão externa. Este fato não ocorre no Brasil – apesar da participação no Mercosul e os acordos internacionais firmados quanto ao avanço da alfabetização, o Governo Federal não tem constrangimentos externos maiores para acurar e atingir metas.

O fato de os sistemas de Estado diferirem entre estes países também impacta a configuração dos planos. Ambos são repúblicas democráticas, mas Portugal é um Estado Unitário, enquanto o Brasil se organiza federativamente. O poder concentrado no nível nacional, representado por um sistema semipresidencialista, permite a Portugal a confecção e implementação de um plano mais unitário, enquanto a divisão em estados e municípios com determinada autonomia torna mais complexa a formulação e a execução do plano no Brasil. Por isto, o PNL é uno, enquanto o PNLL prevê a elaboração de planos estaduais e municipais de livro e leitura. A dimensão continental e a dispersão geográfica, aliada às disparidades socioeconômicas e diferenças culturais, elevam consideravelmente a complexidade do desafio no Brasil.

Em função do escopo do desafio, das pressões externas e de outros fatores, Portugal desenvolveu um plano com metas claras, tanto quantitativa quanto temporalmente. Isto torna mais fácil o acompanhamento e a avaliação do plano, bem como a prestação de contas à sociedade. No caso brasileiro, não há metas claras, tampouco horizonte de tempo definido. A ausência de avaliações estruturadas também dificulta a prestação de contas à sociedade. As ponderações sobre o PNLL ficam mais no plano da importância simbólica deste tipo de ação. Do ponto de vista de ciclo da política, o PNLL carece de aperfeiçoamento nas etapas de acompanhamento e

avaliação – até mesmo para precisar melhor seu desenho e fortalecer os grupos que lutam por robustecê-lo como política de estado.

O PNL se assume desde o início como iniciativa que visa elevar os níveis de literacia, frisando muito a questão educacional. Isto pode ser devido ao contexto português: estar na Europa coloca-o lado a lado com países com desempenho em leitura mais elevados. Como as taxas de alfabetização são elevadas frente ao Brasil, por exemplo, Portugal pode centrar sua preocupação em aumentar o desempenho na leitura. No caso brasileiro, ainda há grande desafio de universalização do alfabetismo. Porém, os campos da leitura literária e da alfabetização/educação no Brasil não são entrelaçados no PNLL. Este plano se centra mais na questão da leitura literária, do ponto de vista cultural. Tal opção pode comprometer o alcance dos objetivos do PNLL. A PNLE tenta suprir esta lacuna, ao abordar leitura e escrita.

Portugal adota explicitamente a visão de que leitura é construída na infância, aventando dificuldade maior de mudar hábitos após este período etário. O Brasil também enfoca inicialmente o público infantil como alvo. Depois, recorda-se do público jovem e adulto, sem dar a completa visibilidade e atenção institucional que o tema merece, dadas as características de sua população. Portanto, ambos os planos trabalham, na prática, com a compreensão de formação cristalizada na infância. Não há a devida atenção para o fato de que as práticas de leitura são construções sociais, portanto, formadas e alteradas socialmente, tendo forte peso a dimensão coletiva. Um ambiente letrado é um fator relevante na constituição da prática de leitura. O coletivo tem importância na alteração das ações individuais, portanto, esta é uma dimensão que tem que ser considerada adequadamente na confecção de planos de leitura – sob pena de comprometer significativamente o alcance dos objetivos propostos. Cabe reiterar que se trata de direito educacional e cultural

dos próprios jovens, adultos e idosos. Os resultados dos planos em ambos os países apontam para fragilidades em seus desenhos – sendo a não consideração dessa dimensão uma delas.

A entrada da promoção da leitura na agenda pública dos dois países demonstra que o tema ganhou relevância e foi explicitado como problema a ser enfrentado pelo poder público. Isto se configura como um avanço em um contexto de sociedade dita do conhecimento e em relações cada vez mais mediadas pela leitura-escrita. Contudo, com as atuações cada vez mais individualizadas, do ponto de vista político, o dinamismo demanda sujeitos cada vez mais autônomos, o que requer domínio da leitura-escrita, sob o prisma do que se denomina como letramentos, ou seja, os usos sociais desses códigos. Planos nacionais que não consideram esta dimensão política da questão estão reduzindo o problema apenas às características escolares e literárias e, portanto, subestimando-o, do ponto de vista da agenda pública.

A formação da agenda é um ponto estratégico para a promoção da democracia e da garantia de direitos. Em sistemas políticos baseados em representação, com instrumentos de informação e prestação de contas basicamente mediados pela leitura-escrita, não garantir a fruição dos direitos à educação e à cultura, especificamente no tocante à leitura, configura-se em um constrangimento ao pleno exercício de sua cidadania e à plena participação política. Estes gargalos servem a interesses de determinados grupos, que detém poderes políticos e econômicos, os quais se desdobram em ganhos sociais que eles querem preservar. Tal fato provoca uma dinâmica política que filtra na entrada o debate por avanços na participação política e cidadã. Bloqueios na constituição da agenda pública refletem interesses por manutenção do *status quo* e facilitam os embates futuros, ao diminuir os graus de liberdade ao longo do ciclo da política – pois um tema que não foi introduzido na agenda,

não se tornará elemento de formulação de política, logo, não será implementado etc.

Portanto, pode-se concluir que leitura não é simplesmente um tema escolar, tampouco uma questão de “gosto literário”. Trata-se de um tema crucial para a constituição de uma sociedade democrática e de garantia de direitos. Ela é uma dimensão estratégica para a formação de um projeto de nação cuja dimensão política realmente esteja assentada no conceito e na prática do que seja uma República (*res publica*). A leitura se configura como elemento *sine qua non* para uma República Democrática de Direito no século XXI.

### 3.5. AINDA NÃO SE AVISTA PORTO SEGURO

Esta análise comparada de políticas nacionais de leitura permitiu uma aproximação às realidades sobre leitura no Brasil e em Portugal. Em uma sociedade dita “do conhecimento”, a leitura ganha uma dimensão para além da fruição literária. Nestes contextos, os governos e as sociedades civis têm atuado em criação de agendas públicas com lugares diferenciados para a leitura. Tal fato se reflete em políticas similares em sua filosofia, porém com diferenças e especificidades que reverberam em resultados que em determinados aspectos até divergem dos esperados.

Em conjunturas de redução da atuação estatal e contenção de despesas governamentais, estratégias de articulação com a sociedade civil se tornam mais atrativas. Portanto, podem ser somadas à perspectiva democratizadora da política pública, reforçando suas possibilidades de alcançar os objetivos desenhados. Pelo menos este é o resultado esperado deste tipo de iniciativa no campo político. Ambos os planos analisados se propõem a isto. Resta aprofundar a pesquisa, a fim de testar as hipóteses e verificar se realmente os desenhos escolhidos para os respectivos planos

de leitura estão cumprindo com o prometido, se existem e quais as fontes de ineficiência e quais os maiores desafios para a consecução deste tipo de política pública. Diante do avanço do conservadorismo, o recrudescimento da visão de Estado mínimo, a pressão dos acordos regionais e a elevação dos níveis de desemprego e de desigualdade social, qual espaço restará para as políticas de promoção da leitura? Portugal e Brasil se tornarão países leitores? Estes são mares a serem ainda navegados.

## 4. SOBRE INICIATIVAS PÚBLICAS DE PROMOÇÃO DA LEITURA NO RIO DE JANEIRO

Neste capítulo é apresentado um extrato dos principais programas, políticas e projetos governamentais que funcionaram ou funcionam no Estado do Rio de Janeiro, considerando o recorte temporal adotado para esta pesquisa. Em primeiro lugar, até por questões de temporalidade e extensão de duração, destaca-se o PROLER. Em seguida, são apresentadas as demais iniciativas, tanto do Governo Federal que beneficiaram o Rio de Janeiro, quanto iniciativas do próprio Governo Estadual do Rio.

### 4.1. O PROLER

O Programa Nacional de Incentivo à Leitura – PROLER, foi instituído pelo Decreto nº 519, de 13 de maio de 1992 – publicado no Diário Oficial da União em 15 de maio de 1992. O PROLER nasceu vinculado à Presidência da Fundação Biblioteca Nacional, autarquia do Ministério da Cultura, e, conforme o Art. 2º do referido Decreto, possui como objetivos: “promover o interesse nacional pelo hábito da leitura”; “estruturar uma rede de projetos capaz de consolidar, em caráter permanente, práticas leitoras”; e “criar condições de acesso ao livro”.

O Decreto citado também estabelece os mecanismos de desenvolvimento do PROLER, em seu Art. 3º, a saber:

- I - instalação de centros de estudos de leitura, para capacitar e formar educadores por meio de familiarização com o livro e a biblioteca;
- II - dinamização de salas de leitura, mediante supervisão de atividades e distribuição de materiais com sugestões de promoções;
- III - consolidação da liderança das bibliotecas públicas, visando à integração de ações que incentivem o gosto pela leitura;
- IV - provisão de espaços de leitura, abertos regularmente ao público;
- V - promoção e divulgação de medidas incentivadoras do hábito da leitura;
- VI - utilização dos meios de comunicação de massa, para incentivo à leitura.

O Decreto de criação do PROLER previa a constituição de suas receitas, que poderiam ser compostas por recursos orçamentários da União – da Fundação Biblioteca Nacional e, posteriormente, do Ministério da Cultura; doações e contribuições nacionais e internacionais e participação financeira dos outros níveis da federação – estados e municípios. Estas possibilidades foram alteradas pela Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010, em seus Art. 4º a Art. 7º, “sem prejuízo da possibilidade de doações ou contribuições nacionais ou internacionais” (conforme Decreto nº 12.166, de 5 de setembro de 2024, que regulamentou a PNLE). A grande diferença está na centralidade dada ao Fundo Nacional de Cultura enquanto mecanismo de fomento das atividades culturais, mediante seus fundos setoriais, e como canal prioritário de repasse de recursos federais aos Estados, Distrito Federal e municípios. O Art. 4º desse Decreto nº 12.166/2024 destaca os PPAs de cada ente

federativo como instrumentos de especificação dos orçamentos para a implementação do Plano Nacional de Cultura.

O PROLER sempre foi pautado por uma concepção ampla de leitura, que vai além da decodificação e abrange a interação do sujeito com o mundo, em uma abordagem de cidadania. Também compreende que a promoção da leitura não é tarefa de um só, mas um desafio para todos, ou seja, precisa envolver poderes públicos e setor privado. O Estado e a sociedade civil precisam agir de forma articulada para fazer frente ao enorme desafio de promoção da leitura. Neste sentido, o PROLER sempre esteve embasado em uma concepção de trabalho em rede.

A necessidade de coordenação nacional sempre foi pautada, mas de forma a não engessar o processo, evitando medidas de cima para baixo que estejam descoladas das realidades locais. Para tal, o PROLER desenvolveu centros regionais de promoção da leitura, os quais seriam responsáveis por traduzir as diretrizes nacionais para as realidades e especificidades do local de sua atuação, de tal modo que a política nacional seria composta por um conjunto diversificado de ações locais, mas que se comunicam entre si.

A visão de que os diferentes atores deveriam trabalhar de forma articulada tinha sua base no município. Os poderes estaduais e federal deveriam estar atuando juntamente com o municipal, mas para evitar dependência e descolamento da realidade local, deveriam ser feitos planos municipais ou, no máximo, regionais (intermunicipais).

Outro ponto muito enfatizado foi a necessidade de continuidade das ações. A grande crítica aos projetos anteriores estava exatamente em sua efemeridade. Sem uma atuação permanente não há como induzir mudanças nos comportamentos e na visão que as pessoas têm em relação à leitura.

Além disso, a questão da formação dos agentes de leitura era uma tônica. Seriam estes agentes que fariam os acervos deixarem

de ser um “estoque de papeis” e ganharem vida, tornando-se atrativos à população. Para tal, defendiam que as ações de compra de acervo deveriam ser sempre acompanhadas de formação desses agentes, para que seu caráter estático fosse dinamizado pelas práticas de leitura. Somando-se a isto, defendiam a ampliação dos conceitos de acervo e de leitura, para abarcar outras linguagens e seus códigos – para além da escrita, com pluralidade de métodos de abordagem.

Em termos de locais, provocavam para que se pensassem os espaços de leitura para além das escolas. Defendiam que se estabelecessem espaços de leitura em cada equipamento público, não apenas da cultura e da educação, mas também da saúde (hospitais, postos de saúde, etc.), dos transportes (rodoviárias, aeroportos, etc.), enfim, de qualquer equipamento financiado com recursos públicos.

Em relação à escola, argumentavam que era necessário “desescolarizar” a leitura, para depois “reescolarizá-la”. Ou seja, entendiam que a forma como a leitura era trabalhada nas escolas não favorecia a continuidade dessa prática após o período de escolarização. Porém, ao mesmo tempo, não se podia prescindir desse espaço privilegiado de promoção da leitura. As escolas e as bibliotecas eram pensadas como as bases para a atuação do PROLER com e a partir delas, sem ficarem limitadas às mesmas.

A visão de que seria necessária uma campanha de massa para alterar a visão das pessoas sobre o lugar da leitura em seu cotidiano também aparece como tônica do PROLER, juntamente com uma concepção de monitoramento permanente, registro contínuo das atividades e projetos e avaliação das ações, a fim de facultar o conhecimento e o aperfeiçoamento da política a partir das evidências.

O propósito maior era a formação de cidadãos-leitores, que também atuassem como promotores de leitura, e fortalecer e disseminar a concepção de leitura enquanto qualificadora da vida

em sociedade. Para implementar essa visão ampla e alcançar esses objetivos, o PROLER previa os seguintes produtos: campanhas de valorização da leitura; política de comunicação envolvendo os meios disponíveis (impresso, televisivo, radiofônico e, atualmente, digital); cursos de qualificação e especialização em leitura; rede de informações sobre leitura; e fórum de pesquisadores sobre o tema.

A dinâmica de geração destes produtos envolvia uma mobilização local espontânea, que entrava em contato com a coordenação nacional do PROLER e expressava seu interesse em participar. Em seguida, era realizado um Encontro Mobilizador no local, com as pessoas interessadas e, havendo viabilidade, era constituído um Comitê e assinado um protocolo de intenções. Em seguida, era formalizado um termo de compromisso e esse comitê se tornava um núcleo regional do PROLER. A coordenação nacional passava a apoiar o funcionamento desse comitê com capacitação para a formação de leitores, constituída de cinco módulos e com duração de seis a doze meses. Esses módulos eram implementados por meio de mesas redondas, palestras, oficinas, círculos de leitura, contação de histórias, encontro com os autores e apresentações culturais. Também eram viabilizados encontros intermediários, onde atividades similares às dos módulos eram executadas, conforme demanda do núcleo regional. Um dos objetivos era propiciar “ambiências de leitura”, ou seja, espaços onde a leitura fosse favorecida física e afetivamente. Além disso, havia incentivo para que os núcleos regionais gerassem outros comitês em municípios próximos, ampliando a rede e desconcentrando territorialmente as iniciativas. A coordenação nacional também apoiava com visitas técnicas às bibliotecas e salas de leitura das escolas, para dar apoio técnico nas questões relativas à identificação e à organização dos acervos, mas principalmente o assessoramento para sua dinamização.

Essas atividades, associadas às demais, oportunizam o desdobramento do Programa em práticas contínuas e permanentes, que procuram conduzir o indivíduo para o exercício pleno da cidadania, não importando o nível de escolarização que possua. (PROLER, 1995, p. 17)

A coordenação nacional do PROLER ficava localizada na Casa da Leitura, espaço privilegiado para a promoção das atividades desse programa. Mesmo após a ida dessa coordenação para Brasília – DF, em 2014, a Casa da Leitura continua sendo uma referência de atividades de leitura.

Instituída pela Fundação Biblioteca Nacional (FBN) em 1991 para a instalação do Programa Nacional de Incentivo à Leitura – PROLER, e do Centro de Documentação e Pesquisa sobre Literatura Infanto-juvenil e Leitura, a Casa da Leitura se constitui como um centro de referência em mediação de leitura, seguindo três eixos principais: atividades culturais ligadas à promoção do livro, leitura e literatura; cursos e oficinas para formação permanente de mediadores de leitura; e manutenção de duas bibliotecas, uma infantil e outra de jovens e adultos, por meio de captação de acervo atualizado e de preservação do acervo existente. Uma parte do acervo relativo ao PROLER continua na Casa da Leitura, a qual permanece também sendo ponto de encontro de autores e leitores, com programações de promoção da leitura. Essas atividades também são favorecidas pela manutenção dessa biblioteca especializada em literatura infanto-juvenil na Casa da Leitura. A biblioteca técnica sobre o tema da leitura está em manutenção, para que as obras e documentos sejam tratados, a fim de que possam ser disponibilizados para acesso público em breve. A Casa da Leitura segue promovendo cursos relevantes para a promoção da leitura, constituindo-se em espaço

privilegiado de formação continuada para todos aqueles que têm interesse em promover a leitura em suas localidades.

## 4.2. O PNLD (LITERÁRIO)

O Programa Nacional do Livro e do Material Didático – PNLD foi implantado em 2017, por meio do Decreto nº 9.099, de 18 de julho, a partir da fusão do Programa Nacional do Livro Didático – PNLD, e do Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE. O programa manteve a sigla do PNLD e a parte que incorporou o PNBE passou a ser denominada PLND Literário.

O PNLD distribui gratuitamente obras didáticas, pedagógicas e literárias para estudantes e docentes das redes públicas de Educação Básica no país, devidamente registrados no Censo Escolar. Esse programa é executado pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), mediante adesão das Secretarias de Educação estaduais, distrital e municipais, bem como de escolas federais<sup>3</sup>. O programa também disponibiliza outros materiais de apoio à prática educativa (tais como softwares e jogos educacionais e materiais para formação, reforço e correção de fluxo, gestão escolar, dentre outros) e atende também a instituições de educação infantil comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e que possuam convênio com o Poder Público.

A distribuição dessas obras e materiais é realizada por meio de ciclos, de modo alternado, atendendo a quatro grupos: i) educação infantil; ii) anos iniciais do ensino fundamental; iii) anos finais do ensino fundamental; e iv) ensino médio. Cada segmento desses tem

---

<sup>3</sup> Maiores detalhes sobre a adesão podem ser obtidos em: <<https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas-do-livro/pnld/termo-de-adesao>>.

o seu ciclo. Em anos cujo segmento não é contemplado pelo ciclo, ele pode receber livros de forma complementar, a fim de cobrir o aumento de matrículas ou repor livros danificados ou não devolvidos. Também podem ocorrer ciclos ou edições específicas para atender a determinadas modalidades ou públicos da Educação Básica.

O processo é feito com uma chamada para a apresentação de obras e materiais didáticos e pedagógicos pelo FNDE, de acordo com o ciclo. Uma comissão de especialistas nos temas abordados pelo ciclo é composta para avaliar as obras e materiais apresentados. Aqueles que forem aprovados passam a compor um cardápio (o Guia Digital do PNLD), o qual é disponibilizado para cada escola do ciclo que esteja no Programa. A escola faz uma análise das obras e materiais disponíveis e aponta quais são as suas escolhas. O FNDE agrega todas as opções feitas pelas escolas e realiza uma grande compra. Depois as obras e os materiais são entregues diretamente nas escolas, conforme elas optaram, mediante parceria com os Correios feita pelo FNDE.

O PNLD é o mais antigo programa de compra e distribuição de obras didáticas para as escolas públicas no Brasil<sup>4</sup> e configura-se como um dos maiores programas de distribuição de livros do mundo. Nesses mais de 90 anos de existência, o desenho do programa mudou significativamente. Alguns avanços podem ser identificados, tais como a escolha do livro pela escola e pelos professores, a avaliação técnica dos materiais feita por especialistas escolhidos de forma transparente, a logística de seleção e entrega dos livros, dentre

---

<sup>4</sup> Um breve histórico sobre o programa nacional de distribuição gratuita de livros para escolas públicas pode ser encontrado em: <<https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas-do-livro/pnld/historico#:~:text=O%20Programa%20Nacional%20do%20Livro,nomes%20e%20formas%20de%20execu%C3%A7%C3%A3o>>.

outras. Entretanto, algumas críticas feitas aos programas PNLD e PNBE antes da fusão permanecem inalteradas. Conduto, de um modo geral, o PNLD representa um grande ganho para a perspectiva da fruição do direito à educação, principalmente para as camadas populares, que não teriam condições financeiras de arcar com os custos desses materiais escolares.

É importante que a escola siga os procedimentos para a escolha democrática dos livros e materiais do PNLD, envolvendo todos os docentes e analisando as características dessas obras à luz de seu Projeto Político Pedagógico (PPP), a fim de fazer valer seu direito de escolha e de adotar materiais que realmente façam sentido em relação ao seu PPP. É sempre recomendável que a comunidade escolar seja ouvida nesse processo de escolha, principalmente para que as especificidades socioeconômicas e culturais locais sejam devidamente consideradas, acolhendo as necessidades e interesses dos sujeitos que compõem essa comunidade, dentro da perspectiva de uma escola democrática e inclusiva.

Nesse aspecto, vale lembrar que, em se tratando do PNLD Literário, torna-se crucial envolver ativamente o(a) bibliotecário(a) escolar nessas escolhas. O ideal seria realizar algum tipo de escuta qualificada junto aos estudantes, a fim de também os envolver no processo de escolha e contemplar seus interesses na indicação dos títulos literários – para além do programa das disciplinas.

Mais especificamente em relação à literatura, os demais pontos específicos serão tratados no próximo tópico, devido à criação do PNLD Literário ser ainda muito recente e haver maior acúmulo de pesquisas e avaliações do PNBE.

### 4.3. O PNBE

O Programa Nacional de Biblioteca Escolar – PNBE, foi instituído em 1997 pela Portaria nº 584, de 28 de abril, que, em seu primeiro artigo, define as características desse programa como:

- a) aquisição de obras de literatura brasileira, textos sobre a formação histórica, econômica e cultural do Brasil, e de dicionários, atlas, enciclopédias e outros materiais de apoio e obras de referência;
- b) produção e difusão de materiais destinados a apoiar projetos de capacitação e atualização do professor que atua no ensino fundamental;
- c) apoio e difusão de programas destinados a incentivar o hábito de leitura;
- d) produção e difusão de materiais audiovisuais e de caráter educacional e científico.

Portanto, um dos objetivos básicos do PNBE era apoiar e difundir programas que incentivassem o hábito de leitura. Contudo, este objetivo não foi devidamente implementado, ficando o programa concentrado em compra e distribuição de livros de literatura para as escolas e, em segundo lugar, na formação continuada de professores.

Em termos de kits distribuídos, ao longo de sua existência o PNBE trabalhou com vários enfoques: 215 livros para escolas públicas com mais de 500 estudantes; 109 livros para escolas com mais de 150 alunos; “Parâmetros em ação”, voltado para a formação continuada de professores; “Literatura em minha casa” para estudantes do 5º e do 9º anos do Ensino Fundamental, para eles levarem para casa; “Biblioteca escolar” com 144 livros de ficção e não-ficção, com foco na formação histórica, econômica e política do Brasil; “Casa da leitura” entregue para as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação,

que poderiam incorporar aos acervos de suas bibliotecas ou em bibliotecas itinerantes, para atender à comunidade; “Biblioteca do professor” para alfabetizadores e professores do ensino fundamental público; “Palavra da gente” para os estudantes da EJA; dentre outras.

Contudo, o programa não possuía uma estratégia clara para que as “difusões” pretendidas em seus objetivos realmente atingissem todos os cantos do país, tampouco algum mecanismo de sanção caso as obras distribuídas não fossem disponibilizadas aos estudantes e utilizadas.

A ausência de uma política de formação de leitores e de esclarecimentos suficientes sobre as finalidades educativas do PNBE favoreceu a ambiguidade que se percebeu nas escolas, a falta de diferenciação entre livro didático, obra de referência e livro de literatura. A lógica que se destaca no uso de obras literárias deixa de valorizar o lúdico, a fantasia, a imaginação, para incentivar o conhecimento de características dos gêneros literários, nos moldes escolares (...) Apesar das diversas questões levantadas que voltam a ser consideradas sementes para, novamente fertilizar o campo em que podem germinar, a pesquisa demonstrou o reconhecimento de que as coleções estão produzindo importantes impactos de incentivo à formação de leitores, ainda que seja necessário dedicar tempo e recursos para a realização de acompanhamento desses resultados e novas avaliações. (Paiva e Berenblum, 2006, p. 186)

Mesmo considerando as dificuldades com espaços, acesso aos livros, formação de professores mediadores e espaços adequados

para a leitura, a implementação desse programa fez chegar às escolas públicas livros e kits de literatura para professores e estudantes, fazendo frente às dificuldades históricas de acesso a livros no país, a qual havia tornado o livro (e, conseqüentemente, a leitura) um bem elitizado.

Um ponto que se destaca na implementação do PNBE foi ter contemplado a educação infantil (ainda que tenha demorado 10 anos para tal), contribuindo para a democratização do acesso ao livro e à leitura. Muitas crianças que nunca tiveram um livro em casa conseguiram acessar livros apropriados à sua faixa etária e de qualidade. O PNBE configura-se, assim, como um programa de inclusão significativo.

Mesmo sendo interrompido e se configurando apenas como um programa de distribuição de livros, o PNBE, ao incluir a Educação Infantil trouxe avanços significativos para essa etapa do ensino, pois assim, a leitura na primeira infância foi conquistando ênfase e aferiu-se a importância da biblioteca já nesta etapa da Educação Básica. Além disso, o livro se tornou, legalmente, um instrumento para auxiliar o processo de aprendizagem das crianças, contribuindo assim, para o incentivo à produção de literatura para crianças de 0 a 5 anos de idade. (Moreira e Petry, 2022, p.135)

Uma das questões que afloraram fortemente durante a implementação desse programa foi o fato de que muitas escolas no país não possuíam bibliotecas. Algumas trabalhavam com “salas de leitura”, que eram espaços onde colocava-se um número suficiente de livros para poder atender aos requisitos legais e receber os títulos distribuídos pelo MEC. Dificilmente tinham um(a) bibliotecário(a)

formado(a). Quando existia um responsável, era algum professor ou funcionário da escola. Foi, então, promulgada uma Lei que tratava de bibliotecas escolares (Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010), visando superar este tipo de problema. Essa Lei, em seu artigo terceiro, definia que:

Os sistemas de ensino do País deverão desenvolver esforços progressivos para que a universalização das bibliotecas escolares, nos termos previstos nesta Lei, seja efetivada num prazo máximo de dez anos, respeitada a profissão de Bibliotecário, disciplinada pelas Leis nºs 4.084, de 30 de junho de 1962, e 9.674, de 25 de junho de 1998.

O prazo estipulado por essa Lei para a universalização das bibliotecas escolares não vingou. Foi promulgada uma nova Lei em 8 de abril de 2024, a Lei nº 14.837, que prorrogou esse prazo enquanto durar o Plano Nacional de Educação de 2014 – cuja duração foi estendida até 31 de dezembro de 2025 (Lei nº 14.934, de 25 de julho de 2024). A análise dos dados do Censo Escolar do INEP aponta para uma baixa probabilidade dessa meta ser atingida dentro do prazo previsto, ainda que expandido.

Por fim, a compra de acervos literários é fundamental, mas deve ser acompanhada da composição adequada de espaços de leitura, formação de mediadores de leitura, disponibilidade de mediadores nas bibliotecas, e, principalmente, estratégias de comunicação que tornem o acervo conhecido. Muitas pesquisas apontam o desconhecimento como uma das maiores causas da não leitura dos livros disponíveis na biblioteca escolar. Este empecilho é potencializado quando se trata de biblioteca pública e até mesmo comunitária, pois o cidadão não frequenta esses espaços com assiduidade para saber o que tem por lá. Faz-se mister tornar o acervo vivo, ao compô-lo com livros que

sejam do interesse da população, mas também o tornar conhecido pela população, a fim de que títulos que não aparecem nos principais meios de comunicação de massa possam igualmente ser conhecidos e objetos de desejo por parte da população. Sendo assim, qualquer programa que só compre livros é uma iniciativa capenga e fadada a não produzir o efeito esperado. O ideal é articular as ações de compras com adequação dos espaços, formação de mediadores e atividades de promoção do livro e da leitura. Este deveria ser o escopo basilar de todo programa de promoção da leitura.

#### 4.4. O PROGRAMA ARCA DAS LETRAS

O Programa Arca das Letras foi implantado em 2003 pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário, com o objetivo de promover a leitura no meio rural. Para cumprir esse objetivo, o programa provia uma biblioteca, fazia formação de agentes de leitura e distribuía acervos, de forma articulada nos territórios. Os beneficiados eram comunidades de assentados da reforma agrária, ribeirinhos, extrativistas, quilombolas, indígenas, pescadores, e também de áreas rurais onde houvesse beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário e os Centros de Formações por Alternâncias (CEFFA's).

O Programa Arca das Letras foi idealizado como estratégia para contribuir para a redução das desigualdades sociais no meio rural por meio do acesso à informação e ao livro e à promoção da leitura. Neste sentido, ele funcionaria como um mecanismo de inclusão e também como um método de fazer frente às dificuldades de acesso à informação que se impunham às populações de determinados territórios, visando cooperar com a melhoria educacional e o desenvolvimento rural sustentável no país.

O acervo era composto de cerca de 200 livros, entre literatura (nacional, internacional, infantil e infanto-juvenil), livros técnicos

(administração, saúde, meio ambiente, etc.) e didáticos (português, matemática, ciências, história, geografia, sociologia), além de folhetos explicativos relacionados a temas concernentes ao mundo rural e a outras diversas áreas do conhecimento. Esse acervo era entregue em um móvel de madeira, denominado de “arca”. Também eram entregues outros materiais para ajudar nos trabalhos, tais como fichas de controle de empréstimo dos livros, carimbos de identificação da Biblioteca Arca das Letras e calendários, além de marcadores de página (Brasil, MDA, 2013).

Para aderir ao Programa, a liderança comunitária deveria preencher um formulário onde relatava as características socioeconômicas dessa comunidade e indicava quem seriam os dois agentes de leitura naquela comunidade. Esses agentes ficavam como responsáveis pela gestão da biblioteca, cuidando dos materiais e dos empréstimos, e pela mobilização da comunidade para atividades de promoção da leitura e culturais. Essas pessoas recebiam a formação dada pela Coordenação Nacional do Programa. Após aprovação, os próprios moradores escolhem o local onde ficará a “arca”.

Os avanços em termos numéricos do Programa, em dez anos são surpreendentes, haja vista destacar a implantação de 10.229 bibliotecas rurais em 2.333 municípios brasileiros, fator que beneficiou 1.152.248 famílias com a distribuição de 2.206.562 livros. As ações envolvendo o Arca das Letras ao longo de seu percurso apontam que foram formados no Brasil, cerca de 18.224 agentes de leitura (Magalhães, 2015, p.1).

Duas características merecem ser ressaltadas neste Programa e foram motivações para que ele recebesse menção honrosa do Prêmio VivaLeitura 2009, por se destacar na promoção da leitura,

tanto pela sua abrangência quanto pela sua relevância. A primeira delas é sua capilaridade:

O Programa Arca das Letras iniciou uma militância alternativa pela leitura no meio rural que tem ampla capilaridade e participação de pessoas comuns, jovens, crianças, idosos, analfabetos, engenheiros agrônomos, técnicos agrícolas, entre outros, que incentivam o uso do livro e desenvolvem atividades de leitura, incluindo a biblioteca no cotidiano dos moradores do meio rural. (Soares, 2007, p. 5)

A segunda característica diz respeito à capacidade desse Programa de mobilizar parcerias:

O programa do Ministério do Desenvolvimento Agrário articula parcerias para que as populações das comunidades rurais que não dispõem de bibliotecas possam ter acesso ao livro. O Ministério do Meio Ambiente – por intermédio do IBAMA – doa madeira apreendida. O Ministério da Justiça viabiliza que as caixas-estantes sejam construídas nas marcenarias de presídios. E o acervo da biblioteca rural é formado com livros doados pelo Ministério da Educação, por editoras e por organizações não governamentais, além de títulos que são obtidos por doação de escritores e das populações urbanas em geral, mediante campanhas. No Nordeste, o Programa conta com o apoio do Banco do Nordeste parceiro que contribui com materiais para a confecção das caixas-estantes e para a formação de kits de trabalho dos Agentes de Leitura.

Estes são voluntários das comunidades, que são capacitados para as atividades de empréstimo dos livros e de incentivo à leitura entre as populações rurais. (Ambientebrasil, s/d, s/p)

#### 4.5. A COLEÇÃO LITERATURA PARA TODOS

A Coleção Literatura para Todos foi criada em 2006 pelo Ministério da Educação, na denominada à época Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (atual Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão). Ela foi desenvolvida na forma de concurso público nacional de títulos literários por gênero - prosa (conto, novela ou crônica), poesia, perfil biográfico, dramaturgia e textos da tradição oral (em prosa ou em verso). Eram premiados 8 autores com recursos financeiros e 9 com a publicação da obra, com uma grande tiragem (300 mil exemplares de cada título) para ser distribuída em todo o país (com exceção da primeira edição do concurso, onde foram premiadas 9 obras e publicadas 10). O concurso previa premiação a oito autores brasileiros e um autor de país africano de língua portuguesa. Também havia a previsão de outorga de menção honrosa.

As obras tinham que ser inéditas e escritas especialmente para o público jovem, adulto e idoso com baixa escolaridade. O objetivo era democratizar a leitura e estimular os estudantes de alfabetização e de Educação de Jovens e Adultos (EJA) a continuar lendo mesmo depois de terminada a classe que frequentavam. Inicialmente, a Coleção foi distribuída apenas em turmas do Programa Brasil Alfabetizado e para Educação de Jovens e Adultos (EJA) das redes públicas. Posteriormente, os livros da Coleção Literatura para Todos foram incluídos dentre os títulos a serem distribuídos pelo Programa Nacional de Biblioteca na Escola (PNBE) para beneficiar todos os

estudantes de escolas públicas no Brasil. Vale ressaltar que as unidades prisionais em que existe a oferta de EJA também recebiam essa Coleção.

A promoção da leitura para esses novos leitores foi pensada a partir da valorização desses sujeitos, enxergados como detentores de direito à educação e à cultura e, portanto, a uma leitura que os reconhecessem e respeitassem. Isto se dava por meio de estratégias relacionadas ao conteúdo e à forma. Ao conteúdo, ao se colocar como quesito habilitador a escrita pensando especificamente neste público de novos leitores jovens e adultos. À forma, quando as obras eram publicadas pelo MEC com um projeto editorial que compreendia a etapa de desenvolvimento da leitura escrita na qual esses sujeitos estavam e favorecia a continuidade da leitura. Dentre os elementos de editoração, podem ser citados tamanho da letra, espaçamento, mancha do papel, tamanho das margens, tamanho e volume do livro (mínimo de 30 e máximo de 40 páginas), dentre outros.

Um destaque especial deve ser feito às ilustrações, pois também foram pensadas estrategicamente dentro do conjunto da obra para promoção da leitura de jovens, adultos e idosos. As ilustrações foram produzidas especificamente para cada livro da coleção e cada um deles contou com uma técnica específica. Isto resultou em beleza e convite para a leitura, mas também em introdução às artes da ilustração, propiciando aos novos leitores contato com diferentes formas de arte gráfica.

Outro ponto interessante foi a preocupação com o uso desse material. O MEC mandou confeccionar uma caixa especial para conter os livros da coleção. Juntamente com os livros, vinha na caixa um manual com orientações pedagógicas de como utilizar esses livros para a promoção da leitura: “Literatura para todos: conversa com educadores”. Isto foi um diferencial, ao facilitar o trabalho dos(as) alfabetizadores(as) e professores(as) de EJA nas atividades com

essa Coleção, contribuindo para a formação continuada desses sujeitos em suas práticas docentes enquanto mediadores de leitura.

Para que possamos, porém, atingir o objetivo de formar uma comunidade de leitores, é imprescindível termos um diálogo permanente com educandos e educadores sobre a temática do livro. Ir ao encontro dos desejos e do contexto de vida dos neoleitores é o primeiro passo para construir uma relação mais constante e consistente dos educandos e educadores com o objeto *livro*. (Maciel, 2007, p. 539)

Foram recebidas inúmeras obras pelo MEC, fazendo com que este concurso fosse um grande propulsor da escrita de obras inéditas para novos leitores jovens e adultos. As obras enviadas eram organizadas por gênero literário por uma Universidade parceira do MEC e depois avaliada por uma comissão técnica, composta de escritores e especialistas em EJA, com experiência reconhecida nas áreas de literatura e de EJA. Ao todo, foram realizadas quatro edições do concurso e distribuídos quatro tipos de kits da Coleção Literatura para Todos – um referente a cada edição desse concurso.

#### 4.6. O PROJETO “UMA BIBLIOTECA EM CADA MUNICÍPIO”

O Projeto “Uma biblioteca em cada município” foi implantado em 1995 e vigorou até 2002. Este projeto foi capitaneado pelo Ministério da Cultura (MinC) e visou ampliar o número de municípios que contavam com biblioteca pública, por meio de criação ou revitalização de bibliotecas, contribuindo para o fortalecimento da rede de bibliotecas públicas no país. Sua ação se concentrava em oferecimento de recursos orçamentários para que o poder público

local pudesse adquirir livros, equipamentos e mobiliários para montar ou reformular sua(s) biblioteca(s) que estivesse(m) com serviços deficitários.

“Na época, havia mais de 2.300 municípios sem uma única biblioteca pública e o projeto chegou a atingir a marca de 1.500 novas bibliotecas durante o mandato de Fernando Henrique Cardoso.” (Weiers, 2011, p. 41). Os recursos eram oriundos de orçamento do Governo Federal, previsto no Plano Plurianual, mas também contava com necessidade de complementação via Lei nº 8.313, do dia 23 de dezembro de 1991 (Lei Rouanet).

O Governo Federal fazia um convênio com os municípios interessados e disponibilizava orçamento de cerca de R\$ 40 mil para compra de equipamentos e mobiliário, também para a compra de acervo na ordem de 2.500 títulos. Em contrapartida, os municípios contemplados se responsabilizavam por prover o local com infraestrutura necessária e também incluir a biblioteca no orçamento municipal, por meio de lei de criação da mesma, a fim de garantir a continuidade dos recursos para sua manutenção.

Inicialmente, os recursos do projeto eram repassados para o município, o qual tinha liberdade para montar seu acervo de livros. Isto foi apontado como positivo, pois cumpria um papel de fortalecimento do mercado editorial local, bem como viabilizava a compra de literatura produzida por autores locais. Todavia, o Ministério da Cultura enfrentou problemas com prestações de contas e terminou, dois anos depois, substituindo o repasse direto de recursos aos municípios por envio de kits pré-definidos nacionalmente. Esses kits eram formados por livros comprados centralmente a nível nacional, mobiliário e material para capacitação do responsável pela biblioteca. A perda de estímulo ao mercado editorial local foi compensada, segundo os responsáveis pelo projeto no Ministério da Cultura à época, pelos ganhos de economicidade, “pois a compra centralizada pelo Estado

Federal diminuiu o valor por unidade e conseqüentemente fortaleceu o poder de compra do Ministério.” (Mozer, 2006, p. 71).

Cabe esclarecer que o material para formação do responsável pela biblioteca visava orientá-los em questões básicas de administração de uma biblioteca. Isto porque não era exigido do município a contratação de profissional formado na área, ou seja, de bibliotecário, para coordenar a biblioteca. Mas não havia nenhuma orientação sobre promoção da leitura. Até porque este projeto não previa ações ou orçamento para atividades de mediação de leitura.

Este foi um projeto muito importante à época para o fortalecimento da rede de bibliotecas públicas. O PNLL retomou as tratativas públicas sobre ter pelo menos uma biblioteca em cada município do Brasil, por meio do Programa “Fome de Livro”, “que, entre outras coisas, prevê a continuidade da ação de abertura de bibliotecas através de convênios com municípios, nos moldes então iniciados pelo projeto *Uma Biblioteca em cada Município*” (Mozer, 2006, p. 118).

#### 4.7. O PELLRJ

O Plano Nacional de Livro e Leitura – PNLL foi instituído em 2006 pela Portaria Interministerial nº 1.442, editada pelos Ministérios da Cultura e da Educação. Este plano incentivava a criação de planos similares nos âmbitos estadual e municipal. O PNLL virou Decreto Presidencial (nº 7.559/2011), assinado pela então presidente Dilma Roussef na XX Bienal Internacional do Livro no Rio de Janeiro. Apesar de algumas tratativas para a formulação de um plano estadual do livro e leitura no Rio de Janeiro desde o início do PNLL, não houve a finalização da proposta, tampouco a promulgação de Lei ou Decreto com esse plano até o ano de 2018, quando, então, foi promulgada a Lei nº 8.246, de 10 de dezembro de 2018 – que estabelece em seu primeiro artigo:

Fica criado o Plano Estadual de Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca - PELLB-RJ, com a finalidade de desenvolver e assegurar estratégias permanentes de planejamento, apoio e articulação para a execução de ações voltadas para o fomento da produção e circulação do livro, da leitura e da literatura no Estado do Rio de Janeiro, com os seguintes objetivos:

- I - democratizar o acesso ao livro;
- II - fomentar a leitura e formar mediadores;
- III - valorizar institucionalmente a leitura e incrementar o seu valor simbólico;
- IV - desenvolver a economia do livro;
- V - fomentar a criação e a produção literária.

A estrutura do PELLB-RJ segue bem de perto a organização e as diretrizes do PNLL, com um desdobramento importante quando se trata de fomento, ao destacar à parte da economia do livro o fomento à criação e à produção literária. Este é um ponto importante, principalmente devido a várias avaliações do mercado editorial contemporâneo que salientam a dificuldade de publicação de certos gêneros literários – com primazia para as barreiras sofridas pela poesia. No Art 3º, inciso V, a Lei reitera esse ponto, dispondo como um de seus princípios “estimular a criação, produção e circulação da produção literária fluminense”. Somando-se a isto, essa Lei também institui o Prêmio Fluminense de Literatura, exatamente para “promover, estimular, fomentar e reconhecer as diversas produções literárias no Estado do Rio de Janeiro” (Art. 12).

Outro ponto importante está na assertiva da leitura enquanto direito humano inalienável e na asseveração de sua garantia para todos, inclusive com explicitação dos públicos de pessoas com

deficiências e de pessoas em cumprimento de pena privativa de liberdade, “sendo vedada qualquer medida com o objetivo de impedir o seu exercício” (Art 2º). Por exemplo, essa Lei estipula que não poderão participar de editais de compra de livros as editoras que “não ofertem sua produção também em formatos acessíveis” (Art. 5º, §2º). Isto é um avanço em termos legais, mas que ainda necessita ser plenamente implementado.

Em termos de participação da sociedade civil, a Lei em questão cria um Conselho Consultivo, que fica responsabilizado pela gestão do PELLB- RJ (Art. 8º, inciso II). A composição desse conselho prevê representantes do poder executivo (Secretarias Estaduais de Cultura e de Educação), do poder legislativo (Assembleia Legislativa do Estado), da sociedade civil (com atuação nas cadeias produtiva, criativa e mediadora do livro), da Academia Fluminense de Letras, de Instituições Públicas de Ensino Superior sediadas no Estado do Rio de Janeiro, da Associação Estadual de Livrarias do Estado do Rio de Janeiro e do Conselho Regional de Biblioteconomia (Art. 9º). O Art. 10º da referida Lei define como atribuições desse Conselho:

- I - estabelecer as estratégias para fomento, implementação e execução do Plano;
- II - assessorar os municípios fluminenses na implementação dos Planos Municipais;
- III - promover meios para favorecer a articulação entre as instituições públicas ou privadas para implementação do PELLB-RJ;
- IV - acompanhar os trabalhos desenvolvidos pelo órgão estadual competente do suporte técnico-operacional;
- V - exercer outras atribuições correlatas visando ao pleno cumprimento de sua finalidade;

VI - colaborar com diretrizes o Prêmio Fluminense de Literatura.

Por fim, o plano foi amplificado para abarcar não só as bibliotecas públicas, mas igualmente as bibliotecas comunitárias e outros equipamentos similares, desde que considerados de relevante serviço público, no tocante aos objetivos e finalidades desse Plano (Art. 4º).

Em 2019, a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro derrubou dois vetos do governador a esta Lei – recuperando os artigos que dispunham sobre as despesas que forem decorrentes da implementação do PELLB-RJ venham a ser realizadas por conta da dotação orçamentária referente aos órgãos ou entidades que forem executores de programas, projetos e ações que componham esse Plano, e sobre as Secretarias de Estado de Cultura ou de Educação darem suporte técnico-operacional ao gerenciamento desse Plano, também ficando sob responsabilidade de uma dessas duas Secretarias promover a Conferência Estadual de Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca a cada dois anos.

Ter esse plano estadual publicado em forma de Lei é um grande avanço. Contudo, O PELLB-RJ também sofre dos mesmos desafios e dificuldades de implementação que o PNLL.

#### 4.8. O PROGRAMA “RIO LEITOR”

O Programa “Rio Leitor” é um programa que consta no Plano Plurianual do Governo Estadual do Rio de Janeiro. Ele foi lançado em 2012, junto com o PPA 2012-2015, tendo como objetivo: “Promover o acesso amplo à leitura e ao conhecimento através da disponibilização de diferentes tipos de acervo (livros, filmes, música etc.) nas bibliotecas públicas e em outros equipamentos culturais existentes”.

Este programa se encaixa nos Objetivos Setoriais do PPA 2012-2015, mais especificamente no objetivo de “Valorizar e estimular o hábito da leitura e a difusão do livro”. De responsabilidade da Secretaria Estadual de Cultura, sendo executado pela Superintendência da Leitura e do Conhecimento, este programa apresentava as seguintes ações:

- a) **Operacionalização das Bibliotecas.** Sua finalidade era “Garantir o funcionamento das bibliotecas estaduais em um novo conceito, traduzido em espaços multifuncionais, informatizados e voltados para o acesso democrático à informação e ao conhecimento”.
- b) **Incentivo à Leitura e Conhecimento.** Sua finalidade era “Apoiar projetos, desenvolver com os municípios e entidades privadas ações pertinentes à área da leitura e do conhecimento, apoiar eventos literários em todo o Estado, atrair leitores para as bibliotecas públicas e incentivar o hábito da leitura, atualizar o acervo das bibliotecas, apoiar bibliotecas comunitárias, credenciar pontos de leitura, agentes de leitura e pontinhos de cultura”.
- c) **Implantação de Bibliotecas Parque.** Sua finalidade era “Oferecer às comunidades situadas em áreas de risco acesso imediato e fácil à informação, inclusão e transformação social”.
- d) **Implantação da Biblioteca Pública Estadual-BPE.** Sua finalidade era “Oferecer à população do Estado do Rio de Janeiro uma Biblioteca Pública de padrões internacionais que seja um polo aglutinador moderno e atraente tornando-se uma referência no país”.
- e) **Fomento Indireto à Projeto na Área da Leitura e do Conhecimento.** Sua finalidade era “Apoiar financeiramente projetos na área de leitura e conhecimento”.

O programa teve entre suas prioridades a melhoria dos equipamentos culturais para leitura pertencentes ao Estado. Por exemplo, foram realizadas intervenções para a melhoria das instalações da Biblioteca Parque Estadual e foram contratados projetos de arquitetura, acústica, iluminação e palco para a Biblioteca Parque da Rocinha. As bibliotecas estaduais, além de serem importantes para a população do entorno, também podem funcionar como um referencial para as bibliotecas municipais. Para tal, as melhorias físicas devem ser acompanhadas de uma estratégia de divulgação e formação, para compartilhar o modo como operam. Contudo, há de se atentar para as especificidades e desafios das bibliotecas locais quando do compartilhamento da dinâmica das bibliotecas estaduais, para se evitar transmitir uma realidade que não pode ser replicada em outros locais – seja por questões orçamentárias, de pessoal, de instalações etc.

Em termos de eventos apoiados por meio deste Programa, destacam-se tanto a promoção da circulação literária local (tais como Festa Literária das Periferias – FLUP; Bienal do Livro de Volta Redonda; Festival do Livro da Zona Oeste – FLIZO; e Primavera dos Livros) quanto eventos mais voltados para parcerias (Colóquio Internacional – Brasil – Alemanha – França; e Festival Literário da Diáspora Africana Meritiense – FLIDAM), além da participação na já consolidada Feira Literária Internacional de Paraty (FLIP). Um destaque importante merece ser dado a uma parceria com a área de teatro, para que fossem montadas e apresentadas peças baseadas em livros de literatura, a 1ª Caravana Fluminense de Teatro e Literatura. Este tipo de articulação interna à própria cultura também ajuda significativamente ao promover a leitura, principalmente ao combinar literatura com apresentações orais (e visuais) – para as quais o público fluminense tem muita familiaridade e abertura.

Conseguir parcerias para a promoção da leitura é estratégico. Ao combinar atividades de circulação com outras artes, e até mesmo com datas comemorativas ou grandes eventos locais, também favorece a promoção da leitura. Dentre os aspectos mais importantes dos eventos de circulação literária está o reconhecimento e a valorização da produção local. Isto termina por mobilizar os produtores e agentes de cultura da localidade e potencializa a adesão e a participação da população do entorno.

Exemplos dessa valorização da produção local são encontrados nos projetos: “O Livro – Turista Aprendiz”; “Revista Setor X – Biblioteca Parque do Alemão” e “Revista em Quadrinhos – Cachoeiras de Macacu”. O primeiro trabalhou com as poesias e textos desenvolvidos pelos alunos do projeto Turista Aprendiz, integrante do Programa Favela Criativa. A segunda foi desenvolvida pelos estudantes do projeto Laboratório Editorial, o qual faz parte do Programa Favela Criativa. A última é composta pelos quadrinhos ganhadores do Concurso de História em Quadrinhos de Cachoeira de Macacu. Outro exemplo de parceria foi a doação de títulos literários para espaços de leitura (bibliotecas públicas, comunitárias e pontos) do Estado, obtida por meio de apoio da editora Record e da empresa Rio Mídia.

As parcerias também abrangeram o poder público local, tendo contemplado alguns municípios com mobiliário para suas bibliotecas. Tal iniciativa é fundamental para propiciar um espaço que realmente favoreça a leitura nessas bibliotecas. Propiciar um ambiente convidativo para a prática da leitura é um ponto basilar para que realmente a população passe a frequentar com regularidade as bibliotecas locais. Isto também contribui para que aqueles que frequentam tenham mais disposição para ler nos espaços da própria biblioteca.

O PPA 2016-2019 trouxe algumas inovações para o tema da leitura. Dentre os Objetivos Setoriais desse novo PPA figura “Valorizar

a reflexão, o debate cultural e o pensamento crítico, estimulando o hábito da leitura”. Isto representa uma inflexão frente ao PPA anterior, cujo objetivo era “Valorizar e estimular o hábito da leitura e a difusão do livro”. Essa inflexão significa uma reorientação da ênfase na prática em si e no objeto dessa prática, para focar na função social desta mesma prática, a partir da visão de mundo de determinados grupos sociais. Tal alteração também é desdobramento das discussões dos setores progressistas, que conseguiram dar um tom mais crítico para os objetivos das políticas culturais. Isto é positivo, por um lado, mas também está na base da rejeição dos segmentos ultraconservadores – os quais assumiram a gestão do Governo Federal em 2018 e extinguiram o Ministério da Cultura e asfixiaram as políticas culturais existentes. Talvez este movimento também tenha contribuído para que o Programa Rio Leitor não figurasse no PPA 2020-2023 do Governo do Estado do Rio de Janeiro.

O Programa Rio Leitor sofreu algumas modificações em 2016, com a promulgação do novo PPA 2016-2019. Seu objetivo foi reformulado para “Promover o acesso amplo à leitura e ao conhecimento através da articulação da rede de bibliotecas-parque com os demais espaços de leitura, bem como a qualificação dos agentes de leitura que atuam em tais espaços”. Essa alteração representa um retrocesso em termos de política pública. O foco foi trocado para a centralidade de um dos equipamentos públicos culturais. Isto não só reduz o escopo do projeto como submete a dinâmica da leitura ao funcionamento de um espaço específico – mesmo complementando que esses equipamentos seriam articulados com outros espaços. Restringir a promoção da leitura a esses equipamentos oficiais é limitar tanto a compreensão das práticas de leitura quanto a dinâmica dessas práticas para além dos espaços tradicionais.

Por outro lado, a explicitação da qualificação de agentes de leitura no objetivo é um avanço que merece ser ressaltado. Normalmente

os programas se concentram em ampliação de acervos ou em melhorias nos equipamentos culturais. Entretanto, há uma grande carência de agentes de leitura. A mediação de leitura não é algo trivial. Ela demanda formação apropriada. E o número de mediadores precisa ser escalonado, caso haja interesse em atingir todo o Estado e chegar aos diversos grupos sociais que nele habitam.

Sua nova configuração estabeleceu alteração nas ações. Em sintonia com o novo objetivo, a primeira ação que aparece neste programa no PPA 2016-2019 é “Implantação de Biblioteca Parque”, que visa “Ampliar o acesso aos espaços de leitura, priorizando os territórios com alta vulnerabilidade social”. A escrita é interessante, mas quando se observam as metas, estavam previstas para realização nos quatro anos de vigência do PPA três bibliotecas-parque para a Região Metropolitana do Estado e uma para a Região da Costa Verde apenas. Faltou uma visão territorializada que contemplasse realmente as necessidades do Estado.

A ação de “Incentivo à Leitura e Conhecimento” foi renomeada para “Incentivo à Leitura” e apresentou como finalidade: “Apoiar projetos de leitura. Desenvolver com os municípios e entidades privadas ações pertinentes à área da leitura e do conhecimento. Apoiar eventos literários em todo o Estado. Atrair leitores para as bibliotecas públicas e incentivar o hábito da leitura. Atualizar o acervo das bibliotecas, apoiar bibliotecas comunitárias, valorizar e reconhecer as experiências exitosas no campo da leitura, bem como integrar os acervos bibliográficos dos municípios na Rede de Bibliotecas Públicas do Estado do Rio de Janeiro em um único banco de dados e gerenciada por um único sistema, além de oferecer aos usuários eficiência, moderna tecnologia e diversidade de busca de informações”.

Houve duas mudanças na finalidade dessa ação. A primeira se refere à saída das especificações sobre “credenciar pontos de leitura,

agentes de leitura e pontinhos de cultura”. Tal mudança pode estar relacionada à alteração na dinâmica dos pontos e pontinhos de cultura e pontos de leitura pelo Governo Federal. Contudo, a saída da explicitação referente aos agentes de leitura não coaduna com a nova redação do objetivo desse programa. De fato, nenhuma ação traz qualquer explicitação sobre agentes de leitura, demonstrando um equívoco no desenho do programa que acarretou problemas em sua implementação.

A outra mudança está no acréscimo de explicitação sobre “valorizar e reconhecer as experiências exitosas no campo da leitura, bem como integrar os acervos bibliográficos dos municípios na Rede de Bibliotecas Públicas do Estado do Rio de Janeiro em um único banco de dados e gerenciada por um único sistema, além de oferecer aos usuários eficiência, moderna tecnologia e diversidade de busca de informações”. Dessa alteração, surgem dois eixos. O primeiro se refere à valorização de experiências exitosas, o que é meritório. O Programa já fazia isto antes, ao trabalhar com parcerias a partir de projetos que deram certo. Porém, o reconhecimento daquilo que está funcionando, tanto em experiências públicas quanto privadas, é muito relevante, principalmente em um contexto de muitos percalços eleitorais, em que as gestões se alternam sem compromisso com continuidade de determinados projetos – malefícios de descontinuidade que assolam também a área cultural, com grande intensidade. Além disso, a valorização do que está funcionando também contribui para atuar no imaginário coletivo para a valorização de projetos de leitura – caso haja uma política de comunicação realmente efetiva.

Em segundo lugar, a implementação de uma Rede de Bibliotecas Públicas do Estado do Rio de Janeiro mais qualificada é fundamental. Os esforços para integração dos acervos bibliográficos dos municípios são não apenas necessários como basilares, pois a gestão integrada

dos acervos desses equipamentos culturais pode favorecer projetos integrados e, em última instância, colaborar para melhorar as práticas de leitura em todo o Estado. Em um mundo globalizado, não há como descolar gestão de equipamentos e acervos da questão tecnológica e, mais especificamente, digital. Sem trabalho em rede e sem uma coordenação centralizada, esses equipamentos terminarão ficando para trás na corrida tecnológica e defasados na oferta de experiências digitais para seus usuários. Neste sentido, modernizar as tecnologias das bibliotecas públicas, aumentando sua eficiência e potencializando a busca de informações de formas diversificadas é uma estratégia de sobrevivência e de ressignificação do papel social desses equipamentos culturais no mundo contemporâneo.

Por fim, a ação “Fomento Indireto à Projeto na Área da Leitura e do Conhecimento” apenas mudou de redação, passando a vigorar como “Fomento Via Renúncia Fiscal a Projeto da Leitura e Conhecimento”. Contudo, permaneceram os mesmos desafios para sua execução.

Em uma visão geral da implementação do Programa Rio Leitor no PPA 2012-2015 e no PPA 2016-2019, quando se observa a execução dessas ações em ambos os PPAs, a distribuição territorial não segue uma lógica democrática. Ela não abrange as diferentes localidades do Estado de maneira equânime, tampouco atua proativamente para corrigir desigualdades. Não estão explicitadas as diretrizes para realizar as atividades em termos de distribuição territorial. Faz-se imprescindível avançar no georreferenciamento das atividades culturais, respeitando as vocações locais, mas também provocando a descoberta de novas vocações e incidindo para mudar resistências, fortalecer as iniciativas incipientes e criar novas práticas de leitura.

Se houver real intenção de tornar o Rio de Janeiro um Estado de leitores, será necessário fortalecer as ações do Programa, elevar o orçamento, buscar novas fontes de parceria (tanto em termos de recursos quanto de equipamentos e atividades) e melhorar

grandemente a comunicação. Não foi possível identificar nos documentos oficiais as estratégias de comunicação para atuar sobre a percepção dos sujeitos a respeito da leitura. O PNLL deixa claro que o valor social da leitura não é algo naturalmente existente, mas precisa ser gerado – e, não poucas vezes, defendido fortemente. Neste sentido, falta ao Programa uma estratégia intencional de comunicação, tanto das atividades que estão sendo promovidas, quanto da possibilidade de participar das mesmas (como leitor, mas também como produtor) mas, principalmente, uma frente proativa de disputa sobre o valor social da leitura. A promoção da leitura passa obrigatoriamente pelo convencimento e sensibilização dos sujeitos sobre a sua importância e a pertinência da mesma para compor seu cotidiano – para além da dimensão escolar.

Por outro lado, é meritório ter um programa de PPA exclusivo para a promoção da leitura – tanto em termos de visibilidade quanto de *accountability*. Esta iniciativa do Governo do Estado do Rio de Janeiro compreende a memória sobre a execução de políticas de promoção da leitura na área cultural, restando pouca coisa fora desse movimento de planejamento. Ou seja, há pouquíssima memória do que foi feito em termos de políticas, Programas e Projetos de leitura no Governo do Rio em todo o período analisado, principalmente no que se refere a ações, orçamento, produtos e territorialização.

Além disso, o que existe é de grande dificuldade para resgatar. Isto torna a inserção de programas de leitura no PPA mais importante ainda. Sendo assim, ter um programa de PPA pode ser o grande diferencial para a realização de políticas de promoção da leitura, mas também para o acompanhamento e a avaliação das mesmas, rumo a políticas de Estado para o tema.

## 5. OS PROGRAMAS E AÇÕES DE PROMOÇÃO DA LEITURA NO PLANEJAMENTO DO GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Neste capítulo serão analisados os programas, ações e produtos de promoção da leitura que constam no principal instrumento de planejamento de políticas públicas: o plano plurianual (PPA). Foram levantadas e analisadas as informações de prestação de contas a respeito do planejamento do Governo do Estado do Rio de Janeiro entre os anos de 1996 até 2023. A sistematização dos dados encontrados está no Box II. Segue abaixo um resumo de iniciativas para a promoção da leitura encontradas nos relatórios de prestação de contas e de execução dos PPAs do Governo do Estado do Rio de Janeiro.

**Tabela 01** – Levantamento de programas e ações de promoção do livro e da leitura pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro conforme relatórios de execução anuais e prestação de contas anuais – 1996 a 2023

### PPA 1996 a 1999

Programa	Ação	Produto
s.a.	s.a.	s.a.

### PPA 2000 a 2003

Programa	Ação	Produto
s.a.	s.a.	s.a.

PPA 2004<sup>(1)</sup> a 2007

Programa	Ação	Produto
Nova Escola	Melhoria da qualidade do ensino Rede estadual	Polo de leitura implantado em escola da rede estadual de ensino
Gestão da Política Estadual de Saúde	Ações da Escola de Formação Técnica em Saúde	Biblioteca/videoteca implantada na Escola de Formação Técnica em Saúde
Ensino, Pesquisa e Extensão da UERJ	Apoio técnico e científico	Biblioteca da UERJ com acervo ampliado
Melhoria do Atendimento ao Servidor Público	n.i.	Livro editado / publicado com textos literários de servidores estaduais
	n.i.	Premiação concedida através do Concurso Literário do Servidor Público
Nova Escola	n.i.	Biblioteca com acervo ampliado
Ensino, Pesquisa e Extensão da UERJ	n.i.	Biblioteca (da UERJ) com acervo ampliado

PPA 2008<sup>(2)</sup> a 2011

Programa	Ação	Produto
Escola Inclusiva	Estímulo à Leitura <sup>(3)</sup>	Projeto de estímulo à leitura realizado
	Incremento de Atividades Extracurriculares	Projeto de estímulo à leitura realizado
Ampliação, Melhoria e Preservação da Infraestrutura Cultural <sup>(4)</sup>	Reforma, Restauração e Reequipamento de Espaços Culturais da SEC	Biblioteca Pública restaurada/modernizada
Expansão, Reforma e Reaparelhamento da Rede de Ensino	Ampliação, Reforma e Reaparelhamento de Unidades Educacionais (Estratégico) <sup>(3)</sup>	Biblioteca Pública restaurada/modernizada
Cultura e Desenvolvimento <sup>(4)</sup>	Cultura e Cidadania	Agente de leitura treinado/qualificado
		Biblioteca municipal modernizada
		Biblioteca atendida com ações educativas / culturais <sup>(5)</sup>

PPA 2008<sup>(2)</sup> a 2011

Programa	Ação	Produto
Cultura e Desenvolvimento <sup>(4)</sup>	Operacionalização das Bibliotecas <sup>(5)</sup>	Biblioteca operacionalizada
Modernização e Preservação da Infraestrutura Cultural <sup>(4)</sup>	Implantação, Reforma, Restauração e Reequipamento de Espaços Culturais da SEC	Rede informatizada de bibliotecas implantada
		Biblioteca Pública restaurada/modernizada
		Biblioteca Parque implantada <sup>(5)</sup>

PPA - 2012 a 2015

Programa	Ação	Produto
Rio Leitor	Operacionalização das Bibliotecas	Evento de incentivo à leitura e ao conhecimento realizado
		Título adquirido
		Biblioteca mantida
	Incentivo à Leitura e Conhecimento	Biblioteca Comunitária apoiada <sup>(6)</sup>
		Biblioteca Municipal apoiada
		Evento literário apoiado
		Família atendida pelo agente de leitura <sup>(6)</sup>
		Pontinho de Cultura credenciado
		Ponto de leitura credenciado <sup>(6)</sup>
		Projeto de incentivo à leitura e conhecimento fomentado
		Exemplar adquirido <sup>(9)</sup>
		Curso de qualificação para profissionais do livro e leitura realizado <sup>(9)</sup>
		Município atendido pela Biblioteca em Movimento <sup>(9)</sup>
		Município conectado à Plataforma Intermunicipal de Acervos <sup>(9)</sup>

PPA - 2012 a 2015

Programa	Ação	Produto
Rio Leitor	Implantação de Bibliotecas Parque	Biblioteca Parque implantada
	Implantação da Biblioteca Pública Estadual-BPE <sup>(7)</sup>	Biblioteca Pública Estadual implantada
	Fomento Indireto à Projeto na Área da Leitura e do Conhecimento	Projeto na área de leitura e conhecimento fomentado através de renúncia fiscal
Rio de Janeiro em Dados	Disseminação de Inform., Difusão da Cultura e Promoção Instit. Fundação CEPERJ	Atendimento a usuários da biblioteca realizado
Modernização da Admin. das Receitas e da Gestão Fiscal, Finanças e Patrimonial	Educação Continuada na Administração Fazendária	Biblioteca virtual implantada
Qualidade no Processo Ensino-Aprendizagem	Realização de Atividades Extracurriculares	Projeto de estímulo à leitura realizado
Consolidação e Expansão do Complexo Universitário	Implantação da Biblioteca Central <sup>(8)</sup>	Projeto de estímulo à leitura realizado
	Manutenção e Melhoria da Infraestrutura dos Campi da UENF <sup>(9)</sup>	Biblioteca central construída
Assistência Jurídica Integral e Gratuita	Operacionalização do Centro de Estudos Jurídicos - DPGE	Auxílio-Livro concedido <sup>(10)</sup>

PPA - 2016 a 2019

Programa	Ação	Produto
Rio Leitor	Implantação de Biblioteca Parque	Biblioteca Parque implantada
		Exemplar distribuído
	Incentivo à Leitura	Evento realizado
		Projeto cultural fomentado <sup>(13)</sup>
		Curso realizado <sup>(13)</sup>
		Feira literária apoiada <sup>(13)</sup>
		Biblioteca municipal apoiada
Rede intermunicipal de acervo operacionalizado		

PPA - 2016 a 2019

Programa	Ação	Produto
Rio Leitor	Fomento Via Renúncia Fiscal a Projeto da Leitura e Conhecimento	Projeto cultural fomentado
	Realização de Atividades de Leitura e Conhecimento <sup>(14)</sup>	Evento realizado
		Curso realizado
		Exemplar disponibilizado
	Operacionalização de Biblioteca <sup>(15)</sup>	Biblioteca operacionalizada
	Acervo José Wilker <sup>(16)</sup>	Mostra de acervo bibliográfico José Wilker realizada
		Circuito bibliográfico itinerante e temático com acervo José Wilker realizado
		Publicação de fotobiografia realizada
		Publicação de peças teatrais inéditas realizada
		Ciclo de leituras dramatizadas realizados
Publicação de livro de entrevistas realizado		
Excelência na Qualidade no Processo Ensino-Aprendizagem	Realização de Atividades Extracurriculares	Atividade de estímulo à leitura realizada
Padrão de qualidade da infraestrutura física da rede	Aquisição de títulos para biblioteca escolar	Título novo para biblioteca disponibilizado
Desenvolvimento de recursos humanos do TCE-RJ	Capacitação e treinamento de recursos humanos do TCE-RJ	Título para biblioteca adquirido
		Periódico disponibilizado por meio eletrônico <sup>(15)</sup>
Modernização da gestão e humanização do trabalho	Implementação de ferramentas gerenciais	Biblioteca virtual disponibilizada

## PPA - 2016 a 2019

Programa	Ação	Produto
Disseminação de conhecimento de administração fazendária e educação fiscal	Educação continuada na administração fazendária	Biblioteca Virtual disponível no website da EFAZ-RJ
Investimento e expansão da educação profissional	Modernização e operacionalização das atividades das unidades da rede FAETEC	Título novo para biblioteca disponibilizado
Consolidação e expansão do complexo universitário	Expansão da infraestrutura dos campi da UENF	Biblioteca Central implantada
Incentivo ao artesanato - Artesanato em movimento	Reconhecimento e Valorização do Artesão e da Atividade Artesanal	Livro publicado
Modernização e valorização da Fundação CEPERJ	Modernização da estrutura administrativa	Biblioteca informatizada <sup>(14)</sup>
Capacitação em inteligência de segurança pública - Conhecer para Agir	Modernização das instalações da escola de inteligência de segurança pública	Biblioteca central construída <sup>(11)</sup>
Urbanização das comunidades	Urbanização do Complexo da Mangueira - PAC - RJ	Biblioteca Parque implantada <sup>(11)</sup>
Ensino, pesquisa e extensão da UERJ	Ampliação e reequipamento da UERJ	Biblioteca Central no Campus Maracanã construída <sup>(16)</sup>

## PPA - 2020 a 2023

Programa	Ação	Produto
Gestão do sistema prisional e ressocialização dos custodiados	Incentivo à Leitura aos Apenados	Livro doado
		Número de bibliotecas e salas de leitura do sistema prisional contempladas pela doação de livros da SECEC
	Realização de eventos promocionais <sup>(17)</sup>	Livro publicado - FSCABRINI
Promoção e garantia dos direitos da criança e do adolescente	Oferta de atividades culturais, desportivas e de lazer	Biblioteca do Sistema do DEGASE implementada <sup>(19)</sup>

PPA - 2020 a 2023

Programa	Ação	Produto
Educação Básica	Realização de atividades extracurriculares	Atividade de estímulo à leitura realizada
	Realização de atividades de integração curricular da educação básica/técnica	Evento de Extensão à Leitura realizado
Gestão dos Equipamentos Culturais	Operacionalização de Biblioteca - SECEC	Livro emprestado
		Título novo para biblioteca disponibilizado
		Rede de bibliotecas municipais apoiada
		Acesso à leitura - Empréstimos de livros
		Incentivo à leitura - Frequentes das bibliotecas e salas de leitura
		Livro doado <sup>(18)</sup>
		Biblioteca comunitária operacionalizada <sup>(18)</sup>
		Acesso à leitura - Bibliotecas vinculadas ao Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas (SEBP) <sup>(18)</sup>
	Biblioteca Parque Centro <sup>(19)</sup>	
Biblioteca Parque Mangueiros <sup>(19)</sup>		
Biblioteca Parque Rocinha <sup>(19)</sup>		
	Biblioteca Parque	Biblioteca implantada
Oferta de Bens Culturais e Fomento à Cultura	Libertação de Livros	Livro doado
		Eventos públicos e privados com doação de livros
		Livro redistribuído na Rota da Leitura <sup>(18)</sup>
		Academia Fluminense de Letras apoiada <sup>(19)</sup>

PPA - 2020 a 2023

Programa	Ação	Produto
Oferta de Bens Culturais e Fomento à Cultura	Valorização e difusão de bens, serviços, manifestações artístico-culturais <sup>(18)</sup>	Projeto literário em área popular apoiado
	Apoio a Projetos Literários - SECEC <sup>(18)</sup>	Festa literária apoiada
		Prêmio fluminense de literatura realizado
		Número de projetos apoiados em ações de Incentivo à leitura no Estado do Rio de Janeiro
		Produção literária em áreas populares <sup>(19)</sup>
		Apoio FLIP projetos educativos <sup>(19)</sup>
Infraestrutura das unidades educacionais	Expansão da infraestrutura dos campi da UENF	Biblioteca Central implantada
Desenvolvimento Científico, Tecnológico e Inovativo	Desenvolvimento de Estudos e Pesquisas através da FAPERJ	Livros indexados com ISBN (International Standard Book Number) publicados por pesquisadores apoiados pela FAPERJ
Fortalecimento da Gestão Pública	Disseminação e Dinamização de Atividades Acadêmicas e Culturais - CEPERJ	Número de inscritos na biblioteca digital CEPERJ
	Disseminação e dinamização de atividades acadêmicas e culturais	Biblioteca digital implantada
Gestão de pessoas no Setor Público	Educação Continuada na Administração Fazendária	Acervo da biblioteca aprimorado para suporte à capacitação
Promoção de políticas, defesa e atendimento às mulheres	Conselho Estadual da Mulher - CEDIM	Biblioteca equipada, ampliada e digitalizada <sup>(19)</sup>

Fonte: elaboração própria a partir dos Relatórios Anuais das Contas de Gestão, Relatórios de Ações Implementadas do PPA – SEPLAG-RJ e Relatórios de Acompanhamento Anual das Realizações dos Programas Finalísticos do Plano Plurianual – SEPLAG-RJ, vários anos.

Legenda: n.i. = Não informado; s.a.= sem ação ou atividade explicitada

(1) O relatório de 2004 também não traz detalhamento de ações de promoção da leitura.

(2) O relatório de 2008 também não traz detalhamento de ações de promoção da leitura.

(3) Só aparece no relatório de 2009.

(4) Não aparece em 2008 e 2009.

(5) Não aparece em 2008, 2009 e 2010.

(6) Não aparece em 2015.

(7) Não aparece em 2014 e 2015.

(8) Só aparece em 2014.

(9) Só aparece em 2015.

(10) Não aparece em 2012 e 2013.

(11) Só aparece em 2017.

(12) Só aparece em 2018.

(13) Não aparece em 2018.

(14) Só não aparece em 2016.

(15) Só aparece em 2018 e 2019.

(16) Só aparece em 2019.

(17) Só aparece em 2021.

(18) Só aparece em 2022 e 2023.

(19) Só aparece em 2023.

Em primeiro lugar, cabe ressaltar que a cultura não possuía um lugar de visibilidade nos relatórios de execução das políticas públicas estaduais no Rio de Janeiro até 2004<sup>5</sup>. A cultura aparece como “órgão de atuação setorial”, porém não é explicitada enquanto política pública – com exceção para valor de execução orçamentária da despesa por função, onde figura a cultura, todavia, sem detalhar o que estaria incluído nesse montante de recursos, em termos de programas e ações. A ausência também comunica, o não-dito (Orlandi, 1993) fala sobre o não-lugar da cultura e da falta de percepção da mesma enquanto direito de cada cidadão fluminense – apesar de estar posto na Constituição Federal de 1988. Somente a partir de 2004 há uma guinada na posição da cultura nesses relatórios. Isto pode ter advindo da influência da mudança do lugar da cultura no cenário das políticas do Governo Federal, pois com a nova gestão presidencial que assumiu em 2003 houve uma valorização tanto do órgão máximo, o Ministério da Cultura, quanto das políticas públicas para essa área.

---

<sup>5</sup> As informações obtidas a partir da pesquisa nos relatórios do Governo do Estado do Rio de Janeiro estão sistematizadas no Box III.

Aqui vale um parêntese, pois no ano de 2003 foi promulgada pelo Governo Estadual do Rio de Janeiro uma Lei que cria a Política Estadual do Livro no Estado. Este foi um ano marcado por movimentos locais e nacionais pelo livro, que culminaram também na criação da Política Nacional do Livro (Lei nº 10.753/2003). Entretanto, essa Lei Estadual tem enfrentado muitos desafios para ser devidamente implementada. Isto pode ser constatado pelo baixo desdobramento dessa Lei no desenho dos programas e ações dos PPAs de 2004-2007 e de 2008-2011. Ainda assim, ela foi reiterada e ampliada (Lei nº 5.494, de 29 de junho de 2009), não em direção a aperfeiçoamentos para sua melhor implementação, mas, na prática, mais para instituir o “Dia Estadual do Livro”, que deveria ser comemorado no dia 29 de outubro de cada ano, a partir de então.

Analisando os relatórios do PPA a partir do ano de 2004, de um modo geral, pode-se perceber uma grande dificuldade de execução das políticas culturais, tanto orçamentária quanto física, frente ao planejado. Uma quantidade significativa de iniciativas que constam em cada PPA nem chegou a ser executada, sequer parcialmente. Isto aponta para a necessidade de fortalecimento das equipes de execução das políticas culturais. Por exemplo, maior capacitação das equipes da Secretaria de Cultura ou correlata para planejar, orçar e executar os projetos.

A partir de entrevistas com gestores culturais municipais foi possível identificar que os produtores/agentes culturais também têm uma grande dificuldade para acessar os editais e demais instrumentos de fomento público para projetos na área. Isto se dá, por um lado, pelos excessos burocráticos e pelos descolamentos da burocracia daquilo que é a realidade socioeconômica e educacional desses produtores/agentes culturais. O mundo da cultura precisa ser melhor entendido e acolhido pelo poder público, principalmente no que se refere à apresentação de documentação, tanto para serem habilitados

para acessar o apoio público quanto para a prestação de contas. A habilitação e a prestação de contas se configuram como os dois maiores desafios para o acesso a recursos públicos por parte dos produtores/agentes culturais. Outro ponto importante é a capacitação desses produtores/agentes culturais para ler, entender e responder aos editais e demais formas de apoio público. Em um país com sérios problemas de letramento, exigir uma compreensão absoluta de questões, dinâmicas e termos técnicos-legais por parte desses sujeitos é um fator que tem se mostrado impeditivo.

Em termos de desenho de Programas, há muitas mudanças entre os anos, inclusive quando se trata do mesmo PPA. Há saídas e entradas de ações e produtos, além de alterações de metas e localidades a serem beneficiadas. Isto aponta para mais uma dificuldade de planejamento na área cultural. Também pode estar refletindo pressões externas e internas ao governo – principalmente quando se trata de apoio a municípios. Isto pode ser ilustrado pela disseminação maciça de atividades de estímulo à leitura realizadas em ano eleitoral. Outro exemplo neste mesmo produto está na divisão igualitária entre os municípios de determinadas regiões do Estado em dois anos consecutivos – sendo um deles ano eleitoral.

Cabe aqui chamar a atenção para alguns avanços verificados na agenda de políticas públicas para a cultura e, mais especificamente, para a leitura, ocorridos no PPA 2012-2015. O ano de 2012 marca a transição das políticas culturais no Estado do Rio de Janeiro no que diz respeito à transparência e à explicitação no PPA. A área de cultura aparece bem mais e melhor do que nos PPAs anteriores. Além disto, há um maior detalhamento, com separação de metas físicas e financeiras, uma explicitação das metas originais e revisadas, a execução do ano, bem como uma tentativa de detalhamento territorial – ainda que incipiente. Uma subárea grandemente beneficiada com essa nova forma de planejamento foi exatamente a de leitura.

A criação de um programa específico para a leitura, o “Rio Leitor”, significou um grande avanço, do ponto de vista de visibilidade para as políticas públicas de promoção da leitura. Isto representa um avanço para essas políticas, facilitando o acompanhamento das mesmas pelos grupos sociais.

Contudo, a explicitação geográfica não foi uma tônica nos PPAs do Governo do Estado do Rio de Janeiro até 2015. Mesmo as iniciativas um pouco mais detalhadas do PPA 2012-2015 não prosseguiram para além de seu primeiro ano. Esta falta de transparência das ações nos territórios provoca dificuldades para entender como se deu a dinâmica de execução das políticas, do ponto de vista geográfico, favorecendo a centralização de iniciativas em determinadas localidades. Isto é mais grave quando se considera o cenário já muito concentrado de equipamentos e políticas culturais apenas em algumas cidades da Região Metropolitana do Estado. Espera-se que a política do Governo do Estado atue sobre o território para desconcentrar as iniciativas e contrabalançar a centralização dos equipamentos culturais, de tal forma que os cidadãos de todo o Estado tenham seu direito à cultura assegurado.

O ano de 2015 também é marcado por um grande avanço na estruturação das políticas de cultura no Estado do Rio de Janeiro: a promulgação da Lei nº 7.035, de 07 de julho de 2015, que cria o Sistema Estadual de Cultura do Rio de Janeiro (SIEC-RJ). Em seu primeiro Artigo, esta Lei estabelece como seu objetivo:

promover condições para a melhor formulação e gestão da política pública de cultura no Estado do Rio de Janeiro, pactuado com a União Federal, os municípios e sociedade civil, objetivando o exercício pleno dos direitos culturais e a promoção do desenvolvimento humano.

Essa Lei define quem são os integrantes do SIEC-RJ, constituindo uma estrutura que articula poder público e instâncias de participação da sociedade civil, tais como conferências (estadual e regionais) e conselhos (estadual e municipais). Ela também institui como instrumentos de gestão desse Sistema: o Plano Estadual de Cultura (PEC), com duração de 10 anos; o Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura (PEFIC), para mobilizar e aplicar recursos, tendo como referência o PPA e o PEC; e o Programa de Formação e Qualificação Cultural (PFQ), para qualificar agentes públicos e privados, com ênfase na técnica, na arte e na gestão, no que concerne ao SIEC-RJ. Também, reformula o Fundo Estadual de Cultura, criado pela Lei nº 2.927, de 30 de abril de 1998, estabelecendo uma nova dinâmica para patrocínio, desoneração fiscal e doações, e define um conjunto de diretrizes e estratégias para o PEC. A regulamentação desse Fundo Estadual de Cultura, ocorrida em 2002 pelo Decreto nº 32.081, de 23 de outubro de 2002, foi reformulada em 2017, por meio do Decreto nº 46.012, de 01 de junho de 2017, vindo a ser alterada novamente por meio dos Decretos nº 46.356, de 11 de julho de 2018, nº 46.709, de 30 de julho de 2019, e nº 46.981, de 19 de março de 2020.

A partir do PPA 2016-2019, houve maior explicitação de onde as ações ocorreram. Em especial, a indicação do município contribui para maior acurácia das análises de distribuição espacial da promoção da leitura, clarificando que tipo de ação chega aonde. Tais detalhamentos permitem igualmente perceber onde determinadas ações chegam sem o complemento necessário, possibilitando à sociedade civil cobrar as devidas complementações, a fim de que realmente seja viabilizada uma implementação completa de ações articuladas de promoção da leitura. Este é um passo importante para se avançar na organicidade dos programas e projetos, rumo a políticas mais efetivas de mudanças e ampliações de práticas sociais de leitura.

Somando-se a isto, cabe realçar o avanço na disponibilização do detalhamento das iniciativas executadas/apoiadas pelo Governo do Estado no relatório de atividades realizadas do PPA 2012-2015 para o ano de 2015 – último ano desse PPA. O referido relatório trouxe uma explicação de quais iniciativas foram executadas/apoiadas, viabilizando, assim, a explicitação de feiras literárias e outros eventos importantes para o mundo do livro e da leitura, que não figuravam antes nesses relatórios. Isto é importante porque, para além de dar mais concretude aos relatórios, consegue dar mais visibilidade a esses eventos e atividades culturais, possibilitando o acompanhamento do apoio governamental por parte da sociedade civil e seu pleito nos novos PPAs.

O relatório de 2015 também trouxe elementos de justificativa das motivações que levaram a não atingir as metas planejadas. Mais do que execução financeira, mais do que execução física, de números agregados que não comunicam muito, a explicitação dessas atividades e ocorrências traz para o relatório oficial das iniciativas governamentais uma agenda mais explícita do que o Governo está entendendo que seriam as políticas de promoção da leitura e quais foram os desafios enfrentados na busca por implementá-las. Também contribui para que as iniciativas não se percam na invisibilidade e que a cada novo governo não se retorne ao nível zero e não se recomecem projetos do nada ou se inventem coisas mirabolantes, sem considerar o que já foi feito, o que deu errado (e porquê) e o que deu certo.

Um ponto fora do padrão são algumas pequenas ações que apareceram pontualmente em alguns anos, tais como premiações, publicações e apoio para compra de livros que não foram destinados a bibliotecas. Isto demonstra muito mais a força política dos órgãos, ao beneficiarem seus servidores, do que propriamente uma agenda articulada de iniciativas de promoção da leitura. A proposta de

atividades pontuais não é algo negativo por si só, mas deveria ser pensada dentro de uma agenda maior de promoção da leitura, principalmente quando se analisa o tipo de público favorecido. Feitas da maneira como se deram no passado, não têm poder de alterar a realidade de leitura no Estado do Rio de Janeiro. Na realidade, a probabilidade é que tenham apenas recrudescido os níveis já concentrados de acesso à leitura entre os cidadãos fluminenses.

Cabe também salientar aqui a eliminação de algumas ações relevantes, tais como “família atendida pelo agente de leitura” e “pontos de leitura credenciados” nos PPAs do Estado a partir de 2015. Isto é um ponto grave, pois há perdas no caráter estratégico do programa ao ser desidratado dessas ações. Ambas apontam para a necessidade de chegar até o cidadão, de se aproximar das pessoas por outros caminhos que não apenas a escola. Essas ações viabilizam o convite para dentro do mundo da leitura a pessoas que talvez nunca tenham tido acesso a um livro na vida. Ainda que iniciativas como os agentes de leitura tenham um custo, seus benefícios superam a conta e transbordam para outras dimensões sociais, tais como saúde e acesso a direitos, influenciando positivamente a qualidade de vida dos cidadãos atendidos.

Em termos de pontos de leitura, alguns viraram pontos de cultura, mas não há acompanhamento efetivo dessas transformações. Seria interessante que o governo mantivesse um cadastro desses pontos com detalhamento de seu escopo de atuação, explicitando com quais áreas da cultura cada um deles trabalha. Assim, seria possível elaborar um “mapa” das ações de cultura no território, possibilitando visualizar onde ocorrem atividades de promoção da leitura.

A ação “apoio às bibliotecas comunitárias” varia conforme o PPA considerado. Contudo, há grande premência de apoio público permanente às bibliotecas comunitárias. Mais do que necessárias, elas são elementos estratégicos para a promoção da leitura chegar

onde mais precisa. Primeiramente, pela capilaridade das mesmas, pois alcançam as periferias, os guetos, os lugares mais inóspitos e improváveis do Estado. Segundo, porque estão muito próximas do público – são executadas por vizinhos, gente conhecida e querida na localidade, o que facilita a atração de pessoas que talvez não adentrassem em uma biblioteca pública estatal ou municipal. Somando-se a isto, elas têm um alto potencial de continuidade, independentemente das trocas de gestão governamental, por não dependerem de qual político está assentado na cadeira liderando no momento. É a própria sociedade civil que a produz, a gere e lhe dá continuidade. Assim sendo, o apoio governamental poderá contribuir para fortalecer esses elementos e potencializar essas iniciativas da sociedade civil, fazendo aquilo que a gestão do momento no Governo do Estado não pode, não consegue ou não quer fazer.

Dois outros pontos merecem destaque no PPA 2012-2015, mais especificamente, no relatório de atividades de 2015: as atividades relativas ao Sistema Estadual de Cultura e a coordenação do governo estadual no estímulo à elaboração de Planos Municipais de Cultura. Ambas as iniciativas são claramente atribuições de governos estaduais e seu cumprimento ratifica o papel desta instância governamental na coordenação das políticas de cultura nos territórios sob sua responsabilidade. Essas iniciativas no PPA do Estado do Rio de Janeiro são reflexo das políticas do Governo Federal, que estimulou à época a constituição de um Sistema Nacional de Cultura e estabeleceu o Plano Nacional de Cultura – o qual trazia um direcionamento para que estados e municípios elaborassem seus próprios Planos de Cultura. Isto demonstra a importância das políticas públicas federais para os outros níveis de governo e apontam para a relevância de ações alinhadas entre os níveis da federação. Quanto mais a área cultural estiver organizada e articulada territorialmente,

maiores serão as possibilidades e probabilidades de avanços na área de promoção da leitura.

Por outro lado, considerando o período e, mais especificamente, os incentivos do governo federal para o desenvolvimento de Planos de Leitura municipais e estadual, pode-se perceber uma grande lacuna no Estado do Rio de Janeiro. O tema dos Planos de Leitura não aparece nos relatórios e tampouco tem alguma citação quando da explanação do Sistema Estadual de Cultura e das atividades em prol da formulação de Planos Municipais de Cultura. A área de leitura ainda permanece carecendo de reforço tanto fora quanto dentro do mundo cultural.

O Programa Rio Leitor continuou no PPA 2016-2019, o que por si só já se configura como ponto positivo, mas sofreu algumas mudanças. As principais alterações dizem respeito à saída dos produtos relativos a: biblioteca comunitária apoiada, família atendida por agentes de leitura, ponto de leitura credenciado, município atendido pela Biblioteca em Movimento. Tais alterações são resultado da mudança no desenho das iniciativas e na forma de registrar as atividades. Todavia, trata-se de perda considerável prescindir de agentes de leitura e pontos de leitura. O próprio Programa vai sobreviver até 2019, deixando de existir no PPA de 2020-2023. Estes fatos somados sinalizam que houve um período de valorização das iniciativas para leitura no PPA, que reflete muito da indução do Governo Federal. Com a mudança na gestão federal, houve extinção do Ministério da Cultura e abandono do PNLL, com desvalorização das iniciativas culturais pelos gestores públicos nacionais. Esta mudança no quadro federal repercutiu negativamente nos estados e municípios, provocando uma onda de desvalorização da cultura, a qual afetou diretamente as iniciativas de promoção da leitura.

Um ponto que foge do padrão dos PPAs é a elevação de um acervo específico, que se configura como projeto isolado, ao patamar de

ação dentro de um programa, cujas demais ações são agregações de vários projetos. Enquanto outros projetos não figuram explicitamente no programa em questão, o “Acervo José Wilker” recebe um destaque ímpar, com detalhamento de produtos maior do que as demais ações. Sem questionar o mérito de tal acervo, ainda que o mesmo não tenha sido executado, chama-se a atenção para a necessidade de método coerente na definição das ações e produtos, bem como no que será destacado, a título de valorização, no PPA e suas consequências, no tocante a visibilidade, indução e impacto em prol da promoção da leitura no Estado.

O PPA 2020-2023 traz inovações negativas no que diz respeito ao tema da leitura, mas também há alguns pontos positivos. Em primeiro lugar, explicita programa e ações de promoção da leitura para o público apenado e para os adolescentes em restrição de liberdade. Isto significa um avanço, tanto do ponto de vista da garantia do direito quanto também do simbólico. Com essas informações apresentadas, torna-se possível à sociedade civil conhecer qual é o planejamento do governo do Estado do Rio de Janeiro para a promoção da leitura em prisões e em unidades socioeducativas de restrição de liberdade, mas também possibilita o acompanhamento de sua execução ao longo da vigência do referido PPA. Esta inovação está relacionada à Lei nº 12.433, de 29 de junho de 2011, e à promulgação da Resolução nº 391 do Conselho Nacional de Justiça, de 10 de maio de 2021, que estabelece as regras para a progressão de pena baseadas em leitura, para os adultos, e em uma nova interpretação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Como o governo do Estado é o responsável pela grande maioria das prisões e pelas unidades socioeducativas de restrição de liberdade no Rio de Janeiro, cabe a este governo fazer valer essa Lei e o ECA. Como há inúmeras precariedades nos estabelecimentos prisionais e nas unidades socioeducativas, não seria diferente no tocante à existência de bibliotecas e espaços

de leitura. Outro ponto nevrálgico são os acervos disponíveis. Há carência de títulos e a possibilidade de guarda e manutenção de acervos é muito limitada nas prisões e nas unidades socioeducativas. Como há carência de recursos, a compra de livros não figura entre as prioridades do sistema prisional, tampouco do DEGASE. É de suma importância promover ações como as que figuram no PPA em questão, para viabilizar a promoção da leitura nas prisões e nas unidades socioeducativas de restrição de liberdade, propiciando desde a compra de livros até a formação e a disponibilização de mediadores.

Um ponto que merece atenção nas políticas de composição de acervos para estabelecimentos prisionais é a formação de público. Há de se consultar os apenados e os adolescentes em restrição de liberdade para ver quais são seus interesses de leitura – isto é fundamental, pois a leitura é um direito individual. Por outro lado, há de se estimular a diversidade de títulos e de gêneros literários. Se não for assim, corre-se o risco de se ter uma biblioteca especializada em direito penal – devido ao grande interesse dos apenados em lutar pela sua liberdade, e ter apenas livros didáticos nas unidades socioeducativas de restrição de liberdade, devido à compreensão equivocada de que esses adolescentes estão em idade escolar, e, portanto, teriam que estudar apenas.

Outro aspecto inovador se refere ao aparecimento do produto “Projeto literário em área popular apoiado”. A promoção da leitura em áreas consideradas “populares” é de grande importância. Estas áreas equivalem aos espaços comunitários de baixa renda, comumente denominados de “favelas”, e realmente carecem de ações mais focalizadas para a promoção da leitura. Importa também articular essas ações com o estímulo à escolarização e ao aumento da escolaridade – dado estarem historicamente concentrados nessas regiões os baixos índices de alfabetização e, em grande parte, o

percentual de analfabetos jovens e adultos. Logo, cabe igualmente articular as ações de promoção de leitura com a oferta da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no território. Em se complementando, essas ações podem ser potencializadas se houver apoio e estímulo à produção literária local, escritas por moradores da região e divulgadas com apoio público. Neste sentido, destacam-se ações de circulação literária, como as festas literárias das Periferias (FLUPs) e a Feira Literária Internacional da Rocinha (FLIR), dentre outras iniciativas.

Outra inovação do PPA 2020-2023 está na escolha de indicadores para monitoramento da execução dos programas. Esses indicadores são explicitados no documento de prestação de contas e trazem tanto a meta prevista para o ano quanto a periodicidade e um valor de linha de base para cada indicador. Isto possibilita à população conhecer como estava a realidade antes da implementação do PPA e como essa mesma realidade foi modificada após a execução dos programas. Pode-se, então, ter uma noção dos esforços empreendidos pelo governo e de como eles repercutiram em termos de mudanças na situação socioeconômica do Estado.

Todavia, o relatório anual de realizações dos programas finalísticos do PPA 2020-2023 não traz mais uma descrição/justificativa das entregas realizadas – tal como consta nos relatórios anuais do PPA anterior. Isto prejudica a leitura e a interpretação dos dados disponibilizados, uma vez que suprime informações importantes, que auxiliam na compreensão do escopo das entregas e das dificuldades enfrentadas para sua (não) realização, ainda que por vezes parcialmente.

Outro ponto desfavorável no PPA 2020-2023 foi o abandono do Programa específico de promoção da leitura, o “Rio Leitor”. Em que pese o fato de que alguns nomes de programas estão atrelados a determinadas gestões específicas, seria importante continuar a centralidade das ações de promoção da leitura em um Programa

específico, possibilitando melhor acompanhamento por parte da sociedade civil. A dispersão de ações em vários Programas é negativa, tanto do ponto de vista de monitoramento quanto de capacidade de articulação das mesmas. Tal espalhamento cria dificuldades de organizar no território e propicia que iniciativas cheguem nas localidades de forma parcial, por vezes prejudicando até sua plena execução. Por exemplo, há várias ações de apoio a bibliotecas específicas, mas elas não têm nenhuma relação com ações de estímulo à leitura. Também não há coordenação da atualização de acervos com a realização de atividades de incentivo à leitura. Além disto, a questão dos eventos literários, tais como feiras e festivais, não aparecem, voltando a ficar invisibilizados. Assim, fica difícil perceber se há integração e se existem apoio e acompanhamento de circuitos literários.

Somado ao fato de que os pontinhos de leitura não mais estejam explicitados, fica mais custoso trabalhar com territorialização e, principalmente, articular as ações a partir do local, em uma perspectiva georreferenciada, mas, principalmente, em uma visão orgânica da promoção da leitura – tal como aparece no PNLL. Daí a importância desses tipos de produtos estarem explicitados no PPA. Ainda que alguns dos pontos de leitura sejam também pontos de cultura, ou que o apoio a eventos literários esteja implícito em alguma ação genérica do PPA, mesmo assim a falta de explicitação reflete uma dificuldade na formulação das políticas culturais, que replica sobre a promoção da leitura, mais especificamente. Isto porque as ações são pensadas normalmente em termos de intervenções pontuais, para aquela atividade, aquele evento. Falta uma visão de conjunto, que compreenda e enfrente a complexidade das práticas de leitura na sociedade, a fim de atuar sobre suas causas e elevar essas práticas dentro dos diferentes grupos sociais que compõem o Estado do Rio de Janeiro.

Quando se observa a leitura pelas óticas da cultura e da educação ao longo dos PPAs analisados, fica patente a falta de relação entre os programas e ações. Falta organicidade, o que reflete uma carência de maior diálogo entre as pastas de educação e cultura, tanto em termos de planejarem juntas as políticas de leitura, quanto em termos de orquestrarem suas ações no território visando potencializar a intervenção pública para a promoção da leitura dentro e fora dos espaços de escolarização formal.

Enfim, passadas mais de 3 décadas de PPA, ainda se percebe uma carência de maturidade político-programática na confecção dos programas e ações para a cultura, fato este que se torna mais grave para a leitura. Mesmo tendo uma Política Nacional de Leitura e Escrita (Lei nº 13.696/2018) e um Plano Nacional de Livro e Leitura, o estado do Rio de Janeiro ainda não encontrou o caminho para a elaboração de Programas de promoção da leitura que atendam ao direito constitucional à cultura e à educação, permanecendo sem uma política de Estado que realmente concretize a missão de ter um Rio leitor.

## 6. SOBRE LEITURAS E PLANOS NA CONTEMPORANEIDADE

No Brasil, existe a Política Nacional de Leitura e Escrita (Lei nº 13.696/2018) e o Plano Nacional de Livro e Leitura. Todavia, ambos os normativos são genéricos, pois precisam atender a todo o país e permanecer válido ao longo do tempo. Pensar no longo prazo demanda não especificar demais as ações, assim como pensar em um país continental requer evitar detalhar demais algumas características da realidade socioeconômica que são muito localizadas. Entretanto, quando se elabora uma política estadual, há de se atinar para as especificidades do Estado em questão, buscando atender a elas, ao mesmo tempo em que se avança no delineamento territorializado.

Em um Estado como o Rio de Janeiro, que já abrigou o Distrito Federal e concentra uma grande quantidade de Universidades, era de se esperar que os níveis de leitura fossem maiores. Contudo, há carências de compreensão do fenômeno social do baixo letramento no Estado e urgência em se trabalhar com o geral ao mesmo tempo em que se trata do específico, em termos de grupos populacionais. Neste sentido, qualquer política de promoção da leitura, para ser efetiva, precisa ser bem ponderada e apresentar um desenho complexo, que se valha de Programas com ações de longo prazo, mas também de projetos de curto e médio prazos, que enfrentem pontualmente os casos mais graves. Para tal, o PPA tem suas limitações. O ideal

seria aperfeiçoar o Plano Estadual de Livro e Leitura, com políticas de longo prazo que norteassem o governo estadual na confecção de Programas de médio prazo e lançassem luz sobre as necessidades de intervenções de curto prazo.

Assim, o Estado carece de uma política de longo prazo robusta, consubstanciada em seu Plano Estadual de Livro, Leitura e Literatura (PELLLRJ), que durasse pelo menos dez anos e fosse realmente considerado como norteador para a elaboração dos planos plurianuais dos governos do Estado e dos municípios do Rio de Janeiro, e que fosse também defendido pela Câmara de Deputados Estaduais e pelas Câmaras de Vereadores municipais quando das deliberações sobre esses planos plurianuais, as Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDOs) e as Leis Orçamentárias Anuais (LOAs). A partir deste horizonte, o Governo do estado do Rio (e os governos municipais também) deveria elaborar o PPA, traduzindo o PELLLRJ em programas com metas claras, mensuráveis e de acompanhamento também da sociedade civil. Esse PPA deveria se desdobrar em projetos que atuassem na promoção da leitura nos territórios, atinando para grupos específicos e para o combate às desigualdades de acesso ao livro e à leitura.

Esta não é uma tarefa fácil. Requer uma abertura da gestão do Governo do estado do Rio para estar em permanente diálogo com a sociedade civil e com o legislativo. Também requer da Câmara de Deputados uma postura mais republicana, atinando para a necessidade de acompanhar o cumprimento do PELLLRJ e dos programas do PPA de tal modo que intervenha sempre na direção de fazer valer os objetivos e metas postos nestes planos. Igualmente, será importante institucionalizar espaços de escuta ativa da sociedade civil, a fim de que o planejado permaneça sensível às demandas sociais e às mudanças na realidade.

Para contribuir com a atualização desses planos, uma estrutura de monitoramento e avaliação precisará ser construída.

Podem-se envolver os órgãos estaduais de pesquisa e demais instituições públicas interessadas em participar deste processo. O desenvolvimento de um sistema de indicadores culturais pode auxiliar decisivamente nisto. Porém, também será necessário rever as formas de registro das atividades culturais, para que se consiga os dados imprescindíveis para realizar o monitoramento e as avaliações necessárias. Neste sentido, cabe destacar a relevância de uma correta identificação das pessoas atendidas ou beneficiadas com as ações e projetos – principalmente em termos de gênero, geração, cor/raça e território.

Em complementação, seria de suma importância um maior diálogo entre as pastas de Educação e de Cultura, para afinar as iniciativas, planejar juntas e somar forças para a atuação mais assertiva sobre as confecções dos Planos em questão. Isto se dá tanto internamente, em termos de relações com as Secretarias de Planejamento e de Fazenda, para garantir o orçamento suficiente a ser alocado e realmente disponibilizado para as iniciativas de promoção do livro e da leitura, mas também externamente, na relação com os deputados estaduais, com os prefeitos, com os vereadores, demais políticos e figuras de influência que tentem intervir na execução dos Programas e Projetos de leitura, visando garantir uma distribuição mais democrática das iniciativas pelos territórios e grupos populacionais no estado do Rio.

A análise dos dados obtidos aponta para uma primazia de atividades por vezes isoladas neste Estado, tanto em termos programáticos quanto social e geograficamente. Há boas iniciativas, mas elas não conseguiram se estabelecer enquanto políticas públicas. Por outro lado, para se estabelecer qualquer atividade como uma política, primeiro precisa ser realizada uma avaliação para verificar a pertinência, a consistência e a efetividade da referida atividade. Sem avaliações robustas, a agenda pública fica à mercê de opiniões

e impressões que não são baseadas em evidências, possibilitando que velhos discursos que retiram da pauta o tema da promoção de leitura para todos os sujeitos de direito retomem a condução não só das falas em redes sociais, mas do desenho e implementação das iniciativas públicas na prática – ainda que não consigam vencer no debate público qualificado.

Ou seja, há de se desenvolver vários projetos, mas que estejam devidamente ancorados em Programas e façam sentido para a política maior – que deveria reger todos esses Programas e Projetos. A organicidade dessas peças de planejamento é crucial para se conseguir avançar com a pauta no Estado do Rio. Para tal, aprender com as experiências anteriores, tanto do Estado quanto em outros locais do país e do mundo, mostra-se imperioso.

Por exemplo, há de se elaborar Programas que superem o isolamento das bibliotecas municipais, que consigam trazer várias delas para o século XXI e (re)qualifiquem seus profissionais. As bibliotecas municipais precisam de mais atenção, principalmente nos municípios de mais baixa renda. A campanha para que cada município tenha sua própria biblioteca é importante. Mas, como essa biblioteca funciona? Como ela atende às necessidades dos munícipes? Como ela cumpre sua função social na contemporaneidade? Essas questões precisam ser encaradas e conversadas de modo franco. Há a necessidade de mais profissionais qualificados nas bibliotecas municipais, tanto de bibliotecários quanto de mediadores de leitura. Porém, diante das realidades dos diferentes municípios, como estabelecer um padrão mínimo de qualidade a ser seguido pela administração local no tocante às bibliotecas?

O Governo do estado pode ajudar nas respostas a essas perguntas. Seu papel de coordenação de um Sistema Estadual de Bibliotecas pode impulsionar a qualidade desse serviço em cada

parte do Estado e torná-lo um diferencial para a população local, em termos de promoção da leitura.

Por exemplo, são conhecidas as questões de compra de acervos. Diante da legislação, o poder público prima pela economicidade quando compra algum acervo – o que nem sempre é a realidade dentre os governos locais. Já houve experiências de compras nacionais de acervo – por exemplo, as compras de livros didáticos e literaturas pelo FNDE. Esses estímulos nacionais são importantes e realmente apresentam vantagens em termos de preço unitário. Entretanto, até que ponto essa homogeneização de títulos é interessante e suficiente para uma política de leitura republicana?

A alternativa de compras descentralizadas já foi tentada algumas vezes. Os estudos sobre os casos demonstram que

as compras descentralizadas têm duas funções: incentivar a abertura de livrarias nos municípios e promover o escritor e o editor regionais. Para bibliotecários, significa a democratização da escolha do acervo, que seria mais condizente com os gostos ou interesses da comunidade local. (Mozer, 2006, p. 135)

Portanto, também há vantagens na descentralização de compra de acervos. A questão que se coloca não é qual das duas deveria ser adotada. Pelo contrário, o desafio é como combinar ambas, a fim de potencializar o mundo do livro e da leitura locais, ao mesmo tempo em que se garanta a coordenação de iniciativas calcadas na economicidade. Afinal de contas, o apoio do Governo Federal representa uma economia de recursos significativa para os municípios – principalmente aqueles de baixa arrecadação. Além disto, também facilita os mecanismos burocráticos de execução, ao manter a maior parte do processo licitatório na competência do Governo Federal.

Em termos de vantagens da descentralização para o município, além de fortalecer a produção literária local, contribui para o maior desenvolvimento, pois favorece a economia criativa e move recursos localmente. Também pode ser utilizada como mecanismo para aproximar os cidadãos dos espaços de leitura. A possibilidade de abrir para escolha da população, valendo-se inclusive de ferramentas de gamificação, pode tornar esse processo mais interessante e participativo, o que pode estimular o interesse na frequência dos espaços de livro e na própria leitura. Vale aqui ressaltar as experiências com bibliotecas comunitárias no próprio estado do Rio, onde a população tem atuado ativamente, tanto na composição do acervo como na circulação dos livros e na frequência a essas bibliotecas.

Em termos de circulação, urge ressaltar a importância de promoção de eventos de forma articulada com os equipamentos e produtores/agentes de leitura locais. Muitas vezes a ação figura no PPA como uma atividade isolada, sem ligação com o que acontece na localidade fora da duração e do espaço ocupado pelo evento. Por vezes, até mesmo a escolha da programação e de quem estará fazendo o quê durante o evento mais afasta do que aproxima os não-leitores. Como formular eventos mais efetivos, que tenham uma relação orgânica com as políticas de promoção da leitura, em médio e longo prazos, é uma missão complexa, que demandará diálogo franco entre governos, produtores, população e grupos de interesse, visando a adequação destes eventos aos objetivos maiores destas políticas.

Neste sentido, reafirma-se a necessidade de haver políticas mais maduras de promoção da leitura, que articulem planos territorializados de curto, médio e longo prazos, devidamente amparadas por força de Lei e que tenham um acompanhamento popular institucionalizado, na forma de conselho consultivo ou outra instância que favoreça a *accountability*. Tais políticas e instâncias precisam ser estáveis,

mas, ao mesmo tempo, flexíveis o necessário para acompanhar as mudanças e o dinamismo complexo da sociedade contemporânea.

## 6.1. CONTEXTO DAS POLÍTICAS DE LEITURA CONTEMPORÂNEAS

Para se analisar as políticas de promoção da leitura no Rio de Janeiro é necessário compreender o contexto contemporâneo das políticas públicas nas áreas educacional e cultural. Esta conjuntura explica várias dificuldades constatadas e aponta possibilidades para novas iniciativas de políticas públicas que objetivem realmente universalizar a leitura no Estado.

Os direitos à educação e à cultura estão garantidos na Constituição Federal de 1988. As políticas públicas federais, desde então, têm buscado a concretização desses direitos. Contudo, suas formulações, arcabouço legal e implementações não têm atendido adequadamente à população fluminense, principalmente no tocante à diversidade – étnico-racial, de gênero, etária, regional, econômica, etc. Isto é mais grave ainda quando se trata do direito de jovens e adultos analfabetos ou recém-alfabetizados (Brasil, 2009).

As exclusões e inclusões de segunda categoria são recorrentes para os jovens e adultos de baixa escolaridade nas políticas públicas brasileiras (Ferraro, 2009). Em relação às políticas culturais, a tradicional ênfase na promoção da leitura para o público infantil continua determinando a formulação dos programas e projetos – o que se mostra relevante, porém não suficiente. A movimentação da sociedade civil organizou uma iniciativa que pretendeu enfrentar o desafio do atendimento de todos os segmentos etários na cultura: o Plano Nacional do Livro e Leitura – PNLL (Decreto Presidencial nº 7.559/2011). Elaborado a partir de discussões que culminaram em uma portaria interministerial entre as pastas de Educação e Cultura

em 2005, este Plano avançou para virar um Decreto e, posteriormente, foi transformado na Política Nacional de Leitura e Escrita – PNLE (Lei nº 13.696/2018).

As políticas de educação promovidas no início do século XXI no Brasil conseguiram alterar os patamares do analfabetismo, porém ainda não foi lograda a universalização do acesso à leitura. As diferenças conceituais no que significa “alfabetização”<sup>6</sup> provocam divergências nas formas de mensuração do fenômeno e produzem, conseqüentemente, propostas de políticas públicas igualmente diferentes. De um modo geral, há pouco diálogo entre as pesquisas de Educação e de Cultura neste quesito, tornando os poucos estudos sobre políticas de leitura (Ferreira, 2003; Unicamp, s.d.) parciais. Ou seja, ou normalmente abordam o aprendizado da língua materna ou tratam do quantitativo e da tipificação de livros de literatura lidos pelos considerados “letrados”. Surge, então, a preocupação com as pessoas recém-alfabetizadas ou que não avançaram no processo de alfabetização, denominadas *neoleitores*, no âmbito das políticas públicas de promoção da leitura.

A escolarização no Brasil se elevou do final do século XX para os dias de hoje, segundo dados do IBGE: houve redução do analfabetismo de 17,2% em 1992 para 7,0% em 2022, e aumento da escolaridade média de 5,7 anos de estudo para o ensino básico completo. Também cresceu significativamente a quantidade de crianças matriculadas e a taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade aumentou para 99,4% em 2022. Do mesmo modo, o acesso e a permanência de

---

<sup>6</sup> Há variações que vão de definições puramente mecanicistas (assinar o nome) até letramento, tornando necessário forjar outros significantes para aprimorar o conceito – tal como “alfabetismo” (Ribeiro, 2003). Mesmo o termo “letramento”, tradução do inglês “literacy”, enfrenta dificuldades quanto à sua mensuração.

jovens nas universidades subiram consideravelmente. Estes são avanços precisam ser considerados quando da formulação de políticas de leitura.

Todavia, apesar destes avanços, os índices de leitura no país não apresentam o mesmo desempenho, permanecendo em níveis inferiores. Isto pode ser constatado pelos resultados das avaliações educacionais do Ministério da Educação, assim como em pesquisas para além da escola, como *Retratos da Leitura no Brasil* (Amorim, 2008; Failla, 2016 e 2021) e Índice Nacional de Alfabetismo (INAF)<sup>7</sup>. Segundo dados do *Retratos da Leitura*, o brasileiro lê pouco, em média – e o fluminense também (conforme visto no capítulo 1). Esta prática normalmente está associada ao período escolar, sentindo o sujeito encerrada sua “obrigação” com a leitura juntamente com a finalização desta fase escolar. Portanto, a escolarização da leitura está produzindo um efeito controverso sobre as práticas de leitura para além da escola. Esses níveis de leitura insatisfatórios se desdobram prejudicialmente sobre a qualidade da aprendizagem e o processo de inclusão social<sup>8</sup>. Isto aponta para um ponto nevrálgico para a formulação de políticas de leitura, principalmente para neoleitores.

Somando-se a isto, os desempenhos dos indicadores gerais são agravados quando se atenta para a diversidade do público. As diferenças nas taxas de analfabetismo e de níveis de instrução variam consideravelmente dependendo da região do Estado, da raça, da idade e da situação econômica, produzindo desigualdades sociais multiplicadas (Dubet, 2003). A elevação do acesso à educação

---

<sup>7</sup> O INAF mensura o grau de domínio de leitura, escrita e matemática usando avaliação cognitiva (IPM/Ibope/Ação Educativa, 2018; Ribeiro, 2003).

<sup>8</sup> Sobre os custos econômicos e sociais do analfabetismo, ver “World Literacy Foundation”, 2015.

não está adequadamente traduzida em aumento dos patamares de alfabetismo, o que tem produzido uma massa de analfabetos funcionais, em sua grande maioria afastada de práticas regulares de leitura<sup>9</sup>. Isto sinaliza fragilidades na universalização da educação e ressalta a necessidade da interação entre políticas educacionais e culturais para a promoção efetiva da leitura a cada cidadão e cidadã fluminenses, independentemente da faixa etária ou de quaisquer outras características socioeconômicas. Cabe frisar a questão: pode-se promover um Estado “desenvolvido” sem ser um Estado de leitores?

O Marco de Ação de Belém<sup>10</sup> destaca que a formação de leitores demanda um ambiente letrado. Tal constatação supera a discussão de ensino de gramática; enfocando a questão da mudança no *habitus*<sup>11</sup> de determinados grupos sociais. Questiona-se, então, a viabilidade de professores que não apresentem práticas regulares de leitura induzirem tais práticas em seus educandos. Como estes mesmos educandos desenvolverão essas práticas regulares quando

---

<sup>9</sup> Os resultados do INAF são piores para as famílias mais pobres, os negros e os moradores de áreas rurais, confirmando o agravamento das desigualdades dentro de certos grupamentos sociais.

<sup>10</sup> Pacto pela Educação de Adultos ratificado por: cento e quarenta e quatro Estados-Membros da UNESCO, representantes de organizações da sociedade civil, parceiros sociais, agências das Nações Unidas, organismos intergovernamentais e do setor privado (UNESCO e MEC, 2010).

<sup>11</sup> O conceito de *habitus* pode ser definido como “(...) um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações – e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas (...)” (Bourdieu, 1983, p. 65).

as mesmas não fazem sentido (Charlot, 2002) para eles? Como uma política de promoção da leitura deverá enfrentar este desafio?

A política de leitura tem sido insuficientemente pesquisada (Ferreira, 2003; Unicamp, s.d). As raras pesquisas sobre o tema são marcadas pelo enfoque nas dificuldades de acesso ao livro e no baixo nível de leitura. Os problemas no sistema escolar são potencializados, ao mesmo tempo em que reforçam as condições de acesso à leitura extra-escolar. Somando-se a isto, os equipamentos culturais públicos de leitura são territorialmente concentrados. Há municípios que ainda não contam com biblioteca pública, além de haver um recrudescimento da centralização territorial de pontos de venda de livros. Apesar da desoneração fiscal do mercado editorial, o preço dos livros continua alto, principalmente quando comparado com a renda média dos trabalhadores e o custo de vida nos centros urbanos, o que recrudescer tanto o nível quanto a estrutura de comercialização (Earp e Kornis, 2005). Tal realidade reflete e reforça baixos patamares de consumo, minorando incentivos a tiragens maiores e retroalimentando a espiral do preço elevado.

A situação é grave no que se refere à leitura de impressos, mas também atinge outras plataformas de leitura, guardadas as devidas especificidades. A leitura vem passando por novas dinâmicas oriundas da revolução das tecnologias de informação e comunicação, marcadas pela compressão de espaço e tempo na pós-modernidade. As mudanças nas interações sociais aportaram outros modos de alteridade e de comunicação (Augé, 1997), afetados pela proliferação e alta mutabilidade das linguagens. Isto tem causado multiplicação e diversificação dos espaços de comunicação. Frente a este *novo* mundo, muitos colocaram em questão o próprio futuro dos livros, principalmente diante do espaço virtual (Zilberman, 2009). Estes também são pontos desafiadores para a formulação e a execução de políticas de leitura.

Assim, as políticas educacionais e culturais carecem de afinação para o enfrentamento da questão da leitura para pessoas de baixa escolaridade no Rio de Janeiro contemporâneo. Contudo, as tentativas do PNLL de articular cultura e educação visam superar este descompasso (Neto, 2010; Rosa e Oddone, 2006; Santos, 2013; Silva, 2009), bem como a do PELLRRJ, pelo menos no discurso. Cabe averiguar se isto ocorre na prática. Como desdobramento desta iniciativa, foi promulgada a Política Nacional de Leitura e Escrita (PNLE), que reitera a leitura enquanto direito e reforça a meta de universalização do acesso à leitura e à literatura. Para alcançar estes objetivos, as políticas culturais e educacionais precisarão atender para esses neoleitores e para a necessidade de ambientes e de comunidades leitoras de uma forma mais específica.

## 6.2. NEOLEITORES E SOCIEDADE LETRADA

A discussão sobre o ensino de leitura entre crianças e adolescentes tem sido profícua no Brasil, principalmente no tocante ao aprendizado da gramática e à introdução ao mundo da literatura. Todavia, ainda carece de corretos estímulos, que perdurem para além do período escolar. Como as crianças que passaram pela escola também não apresentam níveis de leitura compatíveis com o que seria esperado para seu grau de educação, cabe entender melhor este fenômeno, compreendendo a relação dos egressos jovens, adultos e idosos com a leitura.

Tiepolo (s.d.) chama a atenção para o fato de que os neoleitores jovens, adultos e idosos são sujeitos que têm uma história. Eles estão inseridos socialmente e já possuem uma trajetória de vida, ou seja, diferentemente do público infantil, eles já vivenciaram muitas experiências e normalmente já tiveram contato com materiais escritos. Viveram até bem pouco tempo como analfabetos, em uma

sociedade letrada. Portanto, construíram para si estratégias de lidar com o mundo que passa por outras linguagens que não a escrita. A aprendizagem da leitura-escrita se insere em um complexo de linguagens e formas de lidar com o mundo já cristalizado. Ainda sem completo domínio da língua escrita, lendo com dificuldades, os jovens, os adultos e os idosos repensam seu mundo para inserir nele esta nova habilidade. Resta analisar, na prática, como os sujeitos mobilizam este saber, em interação com outros já existentes, para ressignificar seu mundo.

Os modos de significar deste público foram desenvolvidos com base em elementos da prática, muito relacionados à oralidade. Apesar de serem constantemente expostos a materiais de leitura e de muitas vezes até possuí-los em casa, esses sujeitos significam estes materiais de outros modos – conforme aponta Kalman (2004). Normalmente, as experiências de uso desse material escrito estão atreladas à existência de mediação do outro. A leitura, portanto, é uma experiência coletiva. Isto significa mais do que uma dependência, constituindo-se como uma forma de se relacionar com o mundo. A experiência de escolha do que consumir, neste contexto, é mediada explicitamente pelo grupo. A questão do gosto de classe e do padrão coletivo de consumo (ou não) deste tipo de arte está aflorado e facilmente perceptível neste cenário. A aprendizagem formal da escrita e da leitura funcionaria como ritos de passagem para uma vida independente no que se refere à experiência literária? Kalman (2004) demonstra que estas formas tradicionais de compartilhamento da leitura penetram as novas funcionalidades aprendidas e se perpetuam nos meandros do “novo mundo letrado”. Ou seja, mesmo com a “independência” em termos de habilidades e técnicas de leitura e escrita, o sujeito ainda é interpelado pela coletividade em suas escolhas de consumo deste tipo de arte.

Geertz (2006) aponta para a forma como os grupos locais lidam com a simbologia do texto escrito no cotidiano, como eles significam a arte literária. O exemplo levantado para a poesia cantada em grupos árabes remete à experiência com repentistas e cantadores de histórias por todo o Brasil. Esta familiaridade com a narrativa cantada por vezes facilita a transição entre oralidade e leitura, tornando mais atrativas obras como a literatura de cordel e similares, bem como tornando estas obras uma porta de entrada para o universo da literatura escrita. A forma como os grupos sociais significam a arte deve ser sempre levada em consideração quando da formulação de políticas públicas de estímulo à produção e consumo de literatura. No caso dos neoleitores, esta relação peculiar entre oralidade e escrita, entre narratividade cotidiana e proposta literária, deve ser considerada de modo específico.

Conforme aponta Tiepolo (s.d.), os neoleitores já iniciaram sua caminhada anteriormente ao processo de aprendizagem formal da escrita e da leitura. Como considerar esta caminhada na confecção de obras literárias? Esses neoleitores têm “memória desenvolvida, assim como capacidade para concentração, astúcia e inventividade, tenacidade e aguçado sentido auditivo” (Enzwenberger *apud* Tiepolo, s.d., p. 3). Como produzir literatura para um público que não é infanto-juvenil, ou seja, para sujeitos com um percurso já transcorrido de vivências, repleto de experiências, informações, valores e gostos, mas onde não havia presença da literatura?

As propostas que circulam normalmente giram em torno de três assertivas: i) não vale a pena investir em produzir literatura para esse público, pois não aprenderam a consumir arte quando criança, portanto, agora já é tarde; ii) há tanta literatura infanto-juvenil disponível que este público não precisa mais de outro tipo de obra; iii) para este público já estão disponibilizados os clássicos da literatura

universal, começando por coisa boa, aqueles inclinados para apreciar tal arte logo tomarão gosto e serão como “um de nós”, letrados.

A primeira assertiva ignora a capacidade de aprendizagem ao longo da vida, desconsiderando a plasticidade cognitiva do ser humano. Ler não é considerado uma arte por fatores congênitos. A leitura é uma convenção social, estipulada por um grupo e valorada por padrões definidos por este mesmo grupo. O que o grupo define como arte literária passa não apenas por critérios relativos à materialidade e ao conteúdo de uma determinada produção, mas também por quem é o “consumidor” desta obra. Logo, excluir sujeitos da possibilidade da fruição da literatura configura-se muito mais como uma marca de fronteira de classes, como parte de mecanismos sociais de manutenção dos lugares sociais, do que propriamente como algum tipo de preocupação biopsicológica ou com o “bem-estar” dos jovens, adultos e idosos.

A segunda assertiva toma os neoleitores como ainda “não maduros”, ou como adultos de segunda categoria, onde a leitura de um texto mais fácil é perfeitamente aplicável para seu nível de desenvolvimento para apreciação literária. Este tipo de visão tem influenciado uma postura cultural que orienta as políticas e ações nesta área para uma abordagem didatizante e infantilizada da obra literária para aqueles que não são plenamente alfabetizados. Isto conduz a um desrespeito com a trajetória do neoleitor e uma total desconsideração com as implicações que este ato apresenta frente às interações sociais deste público. Posturas como esta terminam por não contribuir para tornar a literatura significativa para os jovens, adultos e idosos nessa condição.

A terceira assertiva aponta para um elitismo forte, onde não se estabelece a fronteira excluindo *a priori*, mas facultando provações sociais além das possibilidades estimadas para aqueles que estão fora dos limites de fruição desta arte, transferindo para o sujeito a

responsabilidade por uma “incapacidade” de entrada, pela dificuldade na “degustação” da prova. Este tipo de exclusão que inverte a fonte da recusa, favorece a manutenção do “*establishment*” a partir das próprias “decisões” do candidato a “entrante”. Geraldi (*apud* Tiepolo, s/d, p. 5) afirma que: “nossa história de leitores não começou pelo ‘monumento literário’. O primeiro livro que lemos não foi aquele que lemos ontem ou aquele de que ouvimos uma conferência na semana passada”. Não respeitar o caminho trilhado pelos neoleitores para se tornarem consumidores deste tipo de arte é reforçar os mecanismos de exclusão do outro do acesso a um tipo de arte que determinadas classes sociais reclamam para si.

Pensar políticas de promoção da leitura também para este público demanda superar as três assertivas acima e pensar a partir de outras bases. Refletindo sobre esta questão a partir do pensamento de Elias (1995), em primeiro lugar, faz-se necessário compreender as formas como os neoleitores lidam com o fato de viverem em sociedades letradas. O indivíduo só existe em sociedade. Não há neoleitor isolado, solto de qualquer grupamento social. Mais ainda, não há como trabalhar de modo simplista com categorias dicotômicas como “analfabeto” *versus* “letrado”. Há um largo espectro de posições e combinações possíveis entre estes dois extremos absolutos. As pesquisas sobre o Índice Nacional de Alfabetismo Funcional demonstram claramente isto (Ribeiro, 2003; IPM/Ibope, Ação Educativa, 2018). Será mister entender o baixo nível de consumo literário (Amorim, 2008; Failla, 2016 e 2021) enquanto processo, ou seja, ele reflete transições e conflitos que permeiam a sociedade brasileira.

Pensar políticas públicas de fruição da arte literária no Brasil demanda compreender a dinâmica das condições materiais de acesso a este tipo de arte. Isto envolve considerar tanto questões mais prementes de produção, como mercado gráfico, redes de

distribuição, valores monetários e poder de compra, etc., quanto habilidades individuais de leitura, ou seja, níveis de letramento dos grupos populacionais. Literatura era considerada uma arte da elite, em parte porque a alfabetização também era restrita no Brasil colônia, Império e Primeira República (Ferraro, 2009). Analisar como a história do país foi transitando lentamente de mais de 90% de analfabetos no início do século XX para cerca de 16% de analfabetos no início do século XXI importa – principalmente quando comparada com a dinâmica de outros países altamente consumidores da arte literária, como é o caso da França (que universalizou a alfabetização já na virada para o século XX) e até a vizinha Argentina, cujo processo de universalização da alfabetização também se deu décadas antes do Brasil. Ferraro (2009) mostra que a discussão do acesso à leitura para todos perdurou até o início do século XXI – e continua hoje. Ainda ocupamos a oitava posição mundial dentre os países com o maior número de adultos analfabetos, segundo dados divulgados pela UNESCO.

De acordo com a visão de Elias (1995), esta transição vivida pelo Brasil, marcada por conflitos de padrões, de valores e de ideais, contribui para a compreensão das dificuldades ainda enfrentadas hoje para a fruição da arte literária. Os gargalos nas possibilidades materiais, associados ao não desenvolvimento de habilidades e técnicas necessárias para fruir este tipo de arte por gerações de brasileiros, aponta para a necessidade de políticas como a caracterizada pela produção e distribuição da Coleção Literatura para Todos (Brasil, 2006), voltada para jovens, adultos e idosos neoleitores.

Elias (1995) chama a atenção para o fato de que “à medida que vai mudando a relação entre os que produzem arte e os que precisam dela e a compram, muda a estrutura da arte, mas não o seu valor” (idem, p. 46). Para este autor, a direção desta mudança

“é um elemento no desenvolvimento mais amplo das unidades sociais que, num dado momento, dão a estrutura de referência para a criação artística” (ibidem, p. 47). As mudanças pelas quais o país passou nos séculos XX e XXI alteraram as relações entre produtores e compradores de arte literária. Todavia, há de se considerar, também, que outros grupamentos passaram a ser considerados sujeitos de direito no Brasil, inclusive de direito à cultura. Isto também mexeu no campo da literatura.

Pensar o neoleitor como sujeito de direito à cultura, como tendo constitucionalmente garantido seu acesso a bens culturais, envolve encarar este tipo de política pública tal qual configurado no exemplo da Coleção Literatura para Todos como um objeto cultural relevante. Isto vai além da concepção de jovens, adultos e idosos enquanto “clientes”. Rompe-se com a compreensão estritamente mercadológica e se avança rumo à assunção de cidadania. Respeitar este tipo de direito à cultura, em especial à arte literária, significa garantia do exercício do direito por parte de jovens, adultos e idosos e também abertura de espaços para outras formas de se produzir literatura. Formas estas que também tencionam por ser consideradas obras de arte.

Tiepolo cita Ana Maria Machado para reforçar a ideia de inclusão deste público no universo dos que “consomem” literatura. Machado advoga a importância de uma produção diferenciada de arte literária voltada para este tipo de público:

livros que podem ser mais simples, divertidos, mas que ao mesmo tempo garantam a exploração de certas ambiguidades de linguagem que caracterizam a literatura, apresentem empregos inusitados do idioma, tragam exemplos de recursos linguísticos criativos e carregados de invenção. Livros em que a

simplicidade não seja confundida com a facilidade superficial. (Machado *apud* Tiepolo, s.d., p. 5)

Este tipo de compreensão põe em evidência a importância que iniciativas como esta Coleção têm para a efetividade dos direitos expressos nos instrumentos legais estaduais, nacionais e internacionais. Não só está frisado na Constituição Federal de 1988, como também se reflete nos Planos Nacionais e Estaduais de Cultura e de Educação vigentes, em acordos e pactos internacionais (como o *Plan Iberoamericano de Alfabetización y Educación de Jóvenes y Adultos* – PIA, as Metas Educativas 2021 – Organização dos Estados Iberoamericanos, e o Marco de Ação de Belém – UNESCO), no PNLL de 2011 e na PELLRRJ de 2018.

A consolidação e a continuidade de políticas de fomento à leitura para crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos atende ao previsto nestes instrumentos legais e coopera para o atingimento de suas metas. Em consequência, reforça-se a relevância da retomada deste tipo de iniciativa, com os devidos aperfeiçoamentos por meio de avaliações que considerem ambas as dimensões: educacional e artística. Além disto, destaca-se a importância de articulação dessa iniciativa em um conjunto mais amplo de políticas de fomento à leitura para crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos – cujo escopo deveria seguir o que está posto nos instrumentos legais citados.

### 6.3. UNIVERSALIZAÇÃO DA LEITURA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA POLÍTICAS PÚBLICAS

A análise das políticas públicas contemporâneas para a promoção da leitura no Brasil e no estado do Rio de Janeiro possibilita inferir algumas proposições diagnósticas (Teles, 2019), a saber:

- f) A separação entre educação e cultura se reflete em programas que abordam a leitura só instrumental e operacionalmente. As ações de leitura privilegiam uma abordagem mecânica e infantilizada, na qual jovens, adultos e idosos permanecem sem tratamento adequado;
- g) Há boas iniciativas, mas não são sistêmicas, não foram institucionalizadas adequadamente ou não tiveram escala suficiente para alterar indicadores nacionais;
- h) O tratamento da leitura é politicamente inadequado e reflete certa concepção equivocada do lugar do jovem, do adulto e do idoso no processo formativo que baliza as políticas públicas;
- i) Políticas universais não promovem adequadamente a leitura, pois não dão conta da diversidade.

Qualquer proposição de execução da PNLE no estado do Rio de Janeiro deverá levar em consideração este diagnóstico e enfrentar também as dificuldades apontadas nesta seção relativas à promoção da leitura entre neoleitores em todo o estado do Rio de Janeiro. Ter uma política nacional definida em lei e refletida em um plano estadual já é um grande avanço, mas sua execução precisa avançar para alterar a realidade de muitos cidadãos, a partir de suas características socioeconômicas. Pensar em uma estratégia de execução estadual demanda encarar as diferenças locais e regionais e compreender as potencialidades e gargalos de cada grupo considerado. A diversidade permanece como desafio e como potência. Como explorá-la, do ponto de vista da execução da política de promoção da leitura?

A perspectiva de elaboração coletiva de planos municipais e estaduais de livro e leitura trazida pelo PNLL foi muito bem recebida, do ponto de vista discursivo. Porém, poucos Estados e municípios realmente efetivaram seus planos durante os dez anos de funcionamento do PNLL. O estado do Rio de Janeiro se constitui

em uma das poucas exceções. O PNLL foi empurrado para fora da pauta de políticas públicas culturais pela gestão do Governo Federal entre os anos de 2019 a 2022. Pouco debatido fora de seus círculos de interessados, esta iniciativa pública, apesar de meritória, não conseguiu abranger os outros círculos que trabalham a questão da promoção da leitura para neoleitores, principalmente no âmbito educacional. Atualmente, este plano foi retomado pela nova gestão que assumiu o Governo Federal em 2023. Espera-se que seja revigorado e incorpore a visão de comunidade de leitores, abrangendo os neoleitores enquanto cidadãos e, portanto, sujeitos de direito à educação e à cultura.

A ampliação do escopo do Plano para atender aos neoleitores, na prática, para além do desenho legal e das narrativas sobre suas possibilidades, envolve uma articulação efetiva entre as pastas que cuidam da Cultura e da Educação no Brasil, no Governo do estado do Rio e nos municípios fluminenses. Atualmente, ambas as áreas estão fora das prioridades da gestão de alguns desses governos, principalmente no tocante a pessoas com baixa escolaridade. A saída do PNLL da linha de frente das políticas do Ministério da Educação recrudescer a falta de sensibilidade das áreas da cultura e da educação na gestão anterior do Governo Federal para tratar da promoção da leitura para todos, refletindo negativamente em alguns governos locais.

Por outro lado, os grandes Planos Nacionais pactuados entre o Governo e a sociedade civil foram também alijados pela gestão federal anterior, que desconsiderou seus objetivos e metas. A retomada desses pontos dos Planos Nacionais de Educação e de Cultura poderá fortalecer a pauta de políticas de promoção da leitura para todos. Como o público de baixa escolaridade normalmente é pouco organizado e não acessa os mecanismos democráticos de pressão e influência sobre o Executivo e o Legislativo, uma

possibilidade seria os grupos organizados de promoção dos direitos à educação e à cultura passarem a adotar mais explicitamente em suas pautas de reivindicações junto ao Congresso Nacional, à Câmara de Deputados Estadual e às Câmaras de Vereadores o respeito ao direito constitucional à cultura e educação e, conseqüentemente, à leitura para todos. Contudo, normalmente estes grupos de pressão são formados por sujeitos “letrados” que não atentam plenamente para o significado de uma política de leitura realmente para todos, que inclua com dignidade os neoleitores, em suas especificidades e respeito ao próprio neoleitor, quanto a suas práticas e seus “gostos”.

Como apontado, o “gosto” pela leitura, ou seja, o consumo de obras literárias por parte dos neoleitores tem relação complexa e dinâmica com a tradição oral, bem como com hábitos das classes às quais pertencem. Isto acarreta conflitos de padrões relacionados ao consumo de literatura pelas classes dominantes e regras do que é literatura/arte “exportada” dessas classes para as classes “inferiores”. Portanto, a relação entre neoleitores, não-leitores e leitores em uma sociedade letrada é marcada por tensionamentos que envolvem não apenas habilidades relativas ao domínio gramatical da língua, mas abarca gestos de classe, revelando uma cisão social em torno da leitura, que reflete divisão mais ampla entre consumidores e não-consumidores de arte. Ser neoleitor não significa necessariamente se tornar um novo consumidor regular de arte literária. A transição não está garantida. Além das habilidades com o idioma, há de se analisar as relações sociais nas quais estes sujeitos estão imbricados.

Em suma, enfocou-se nesta parte da seção alguns pontos que tornam complexo o desenho e a execução de uma política de promoção da leitura para não leitores e neoleitores, considerando todas as idades, ao mesmo tempo em que se enfatiza sua necessidade e crucialidade em um contexto de garantia dos direitos à educação

e à cultura, mas também de uma cidadania plena. Para fazer valer o previsto no §2 do Art. 2º da PNLE:

o reconhecimento da leitura e da escrita como um direito, a fim de possibilitar a todos, inclusive por meio de políticas de estímulo à leitura, as condições para exercer plenamente a cidadania, para viver uma vida digna e para contribuir com a construção de uma sociedade mais justa.

Pensar políticas de leitura neste âmbito significa muito mais do que incentivar o letramento, abarca a formação de um estado igualitário e de um projeto de desenvolvimento fluminense que seja realmente republicano e democrático.

#### 6.4. CAMINHOS PARA A PROMOÇÃO UNIVERSAL DA LEITURA

Esta seção do capítulo visa refletir sobre a promoção da leitura a partir da educação enquanto modo de ser e estar no mundo, articulando as dimensões de educação e cultura, em uma perspectiva de direito e de liberdade. O propósito é provocar na direção de uma visão integral e articulada dessas dimensões e perspectiva, em prol de se repensar a agenda pública de promoção da leitura – não apenas a política formalizada, o texto das normas, mas também o fazer cotidiano desta política, sua implementação na prática. Quais os seus desafios e suas oportunidades no tempo presente? As provocações pretendem trazer o debate para fora daquilo que se coloca normalmente como limites para a educação atuar e para a cultura lidar, tanto no contexto fluminense quanto brasileiro.

Neste sentido, em primeiro lugar, será provocado sobre o lugar da leitura, desde subjetivamente até a relação com o outro. Depois

será ponderada a dinâmica na comunidade, desde os lugares consagrados para a leitura até as relações sociais não enxergadas ou até desprezadas. Por fim, será ressaltado o lugar das pessoas não apenas como público, mas também como autores e coautores de suas leituras e de suas práticas sociais, enquanto elementos fundamentais para o fortalecimento da política de educação desses sujeitos.

#### 6.4.1. Sentidos da leitura

O valor da leitura não é algo intrínseco ao ser humano. Ele é um fato social, ou seja, não está dado na natureza, pelo contrário, é construído pela interação entre as pessoas (Coulangeon, 2014; Street, 2019). Portanto, há necessidade de incorporar o valor da leitura no cotidiano das pessoas e das comunidades, de forma proativa. Não apenas porque eles são obrigados a ler os documentos, cartazes, etc., mas porque há interesse em fazer da lectoescritura uma forma diferenciada de atuar no mundo e de interagir. Esta forma de linguagem tem que ser ressignificada pela comunidade, para as crianças, adolescentes e para todo mundo, passando a ser (re) valorizada pelos próprios jovens, adultos e idosos desse grupamento social. A política precisa ser desenhada de tal modo que afete as motivações para leitura (Teles, 2018 e 2020). O que está em jogo é promover uma leitura que faça sentido para todas as pessoas, independente de idade, de tal modo que isto mude a forma como se comunicam, como se expressam e como leem o mundo.

A experiência de Paulo Freire em Angicos aponta para o alicerce desta perspectiva: partir do que circula na comunidade para promover a leitura (Freire, 1989 e 2009; Freire e Macedo, 2011). É do universo de sentidos para aquela comunidade específica que devem ser buscados os pontos de contato e construídas as pontes para novos

usos e sentidos para a leitura dos sujeitos que a compõem. Os usos sociais da leitura e da escrita correntes naquela comunidade precisam ser considerados. Eles serão a base para iniciar o trabalho. Mas não podem se tornar limitadores deste trabalho. Novos cosmos precisam ser estimulados a partir deste universo. Será necessário alimentar o entorno com mais provocações de leitura, mas estas precisam fazer sentido para aqueles membros da comunidade, ao mesmo tempo em que terão que provocar outros (e novos) sentidos.

No mundo contemporâneo precisamos lançar mão das redes sociais. Elas já se constituem de fato como uma provocação e um desafio para leitura (OECD, 2021). As políticas não podem temê-las, como destruidoras da leitura, como roubadoras do tempo para ler, como buracos-negros que sugam a vida da leitura, mas, sim, tratá-las como terreno fértil para o surgimento de novos sentidos e de novos usos da leitura. O potencial destas redes precisa ser aproveitado e explorado ao máximo em prol da leitura de todos, sem preconceitos. Há de se afetar as pessoas presencialmente ou à distância. Disto é que sempre tratou a lectoescritura: afetar a outros, distantes ou não.

#### 6.4.2. Leitura e escrita

A leitura e a escrita são duas dimensões de um mesmo fenômeno complexo: relacionar-se com o outro e com o mundo, em uma sociedade letrada. Ambas as dimensões precisam ser consideradas em qualquer política de promoção da leitura ou da escrita para todos (Teles, 2018). Os trabalhos de Emília Ferrero e várias outras pesquisas (Mortatti, 2000) comprovam a importância estratégica de alinhar estas duas dimensões. O grande desafio está em articular ambas nas políticas. Os Planos de Leitura nacional, estaduais e municipais existentes no Brasil focam a leitura especificamente em uma abordagem mais cultural. Os Planos de Educação nacional,

estaduais e municipais estavam muito voltados para o ensino da alfabetização em si e para o aumento da escolaridade estrito senso. Há urgente necessidade de articular a todos, bem como fazê-los enxergar as diferentes necessidades de letramento e de leitura literária de crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos. Não enfrentar o desafio da universalização do letramento é manter grandes contingentes de pessoas à margem em sociedades cada vez mais mediadas pela lectoescritura. Mas abandonar a perspectiva literária é fadar o processo de escolarização a um pragmatismo que limita o desenvolvimento social e cultural das sociedades.

### 6.4.3. Papel da oralidade

As comunidades fluminenses são marcadas pela oralidade. Portanto, há a necessidade de aproveitar essa potência para articular o oral, o escrito e a leitura. Podem ser promovidos concursos, como de contação de histórias, não apenas as dos livros, mas das próprias vidas dos membros da comunidade (e por que não os estimular a escrevê-las?), leituras coletivas de poesia, rodas de cantigas, de rap, hip-hop, etc. A própria divulgação dessas atividades também precisa lançar mão da potência da oralidade para sensibilizar e envolver os membros da comunidade. Vale reiterar que há de se contemplar as diferenças geracionais quando da promoção de atividades, buscando sempre uma variedade de escolhas, a fim de alcançar e mobilizar o maior número possível de crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos da comunidade – não necessariamente na mesma atividade. As políticas de educação precisam considerar estas questões e trabalhá-las na perspectiva do direito de todos, conforme preconizado em vários acordos e documentos internacionais (Paiva, 2005).

#### 6.4.4. Leitura individual e leitura coletiva

Não há oposição ou dicotomia entre leitura individual e leitura coletiva. Pelo contrário. Há a necessidade de se transformar a leitura em prática social em toda a comunidade, para tal, ela precisa ser desenvolvida enquanto prática particular e, ao mesmo tempo, pública (Petit, 2001). Isto envolve apoio mútuo no processo de leitura: ler e continuar lendo, em um movimento espiral, apoiando e sendo apoiado, estimulando e sendo estimulado, provocando e sendo provocado. Alimentando-se da leitura e alimentando a outros (Petit, 2009). Quando se trata de afetar crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos, esta perspectiva da rede de solidariedade e apoio mútuo se torna ainda mais estratégica.

As pesquisas de Judith Kalman (2003a; 2003b; 2004) mostram a importância de se mobilizar para uma cultura comunitária lectoescritora. A leitura individual se beneficia muito da leitura coletiva. Ela é um esteio para muitos durante seu desenvolvimento de uma leitura individual autônoma. E continua sendo fonte de estímulo após o sujeito conquistar sua autonomia leitora.

Um dos objetivos de qualquer política de promoção da leitura para todos deveria ser propiciar os elementos para fermentar comunidades de leitura. Isto é mais do que comunidades “que sabem ler” estrito senso, pois não se trata apenas de “competências”, mas de práticas sociais correntes de tal forma que seja uma marca estruturante e identitária dessas comunidades.

#### 6.4.5. Os equipamentos e o público-alvo

Quando se pensa em leitura na comunidade, os equipamentos tradicionais que logo vêm à mente são a escola e a biblioteca. Qual o lugar de cada um na promoção da leitura no século XXI?

A escola normalmente está voltada para dentro, mais especificamente, para seus alunos – muitas vezes esquecendo até dos professores e dos demais profissionais que a compõem. Por sua vez, as bibliotecas também costumam se voltar para si mesmas, atentando apenas para os seus usuários. Logo, ambas são centrípetas por natureza. Porém, para promover realmente a leitura neste século, ambas terão que se transformar, que assumir uma postura centrífuga.

As escolas terão que enxergar os pais dos alunos, os profissionais e a comunidade do entorno. As bibliotecas terão que fazer “busca ativa” de público e se reformatar, incorporando festas literárias, tertúlias, etc. Isto significa mais do que abrir uma porta, demanda atuar na e com a comunidade e se deixar envolver e desfrutar pela comunidade. Tanto as escolas quanto as bibliotecas precisarão abrir mão de controlar suas fronteiras para se fazer parte orgânica da comunidade na qual estão inseridas. Mais especificamente, as bibliotecas precisam se tornar visíveis para além dos vizinhos dos lados. Elas têm que entrar na ordem do dia da comunidade. Para tal, terão que enxergar os jovens, adultos e idosos não apenas como canais de promoção da leitura para crianças, mas eles mesmos como detentores do direito de ler (Teles, 2019); ler o que, como e quando quiserem (Pennac, 2020). Eles precisam ser enxergados por estes equipamentos como público-alvo também das atividades de leitura.

#### 6.4.6. Articulação com expressões culturais da comunidade

Como as bibliotecas atuam nas festividades locais? Qual o diálogo com datas importantes para a comunidade? A biblioteca precisa se fazer presente e visível nestes momentos. Mas também precisa enxergar as reentrâncias do viver desses sujeitos, precisa olhar

de forma mais acurada para seu cotidiano. Como se expressam? Como se comunicam? Como dialogam? Como estabelecem os sentidos nas trocas, mediadas não apenas pela escrita, mas por outras linguagens também? Entendendo esta vida que pulsa fora delas, as bibliotecas poderão se repensar e se reinventar, a fim de atender às demandas da comunidade, mas também provocar novas necessidades de leitura pela e na comunidade.

Neste sentido, qual a relação com as artes? Como entram a música, a dança, o canto, etc., nas atividades da comunidade? E qual a relação dessas manifestações culturais com a biblioteca? E como a biblioteca se faz presente nas atividades dessas outras expressões artísticas? Há de se construir pontes, vias de mão dupla onde cada uma enxergue a outra e todas elas se imbriquem, construindo a muitas mãos outro lugar para a lectoescritura na vivência comunitária.

#### **6.4.7. Reconhecimento e articulação com sujeitos leitores da comunidade e lideranças locais**

Há de se deixar o indivíduo e a comunidade se expressarem, dizerem sua própria palavra, como diria Paulo Freire. A palavra lida e escrita liberta os sujeitos. As escolas e as bibliotecas têm um papel cívico neste processo (Castrillón, 2011). Uma ótima forma de trabalhar isso é estimulando aqueles que já têm uma trajetória de lectoescritura a sensibilizarem os demais para usufruírem desta mesma liberdade. Como convocá-los se não há interesse expresso nas políticas e nesses equipamentos em ir ao encontro dos anseios leitores de crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos?

Que protagonismo estes sujeitos possuem na elaboração da agenda de atividades de promoção da leitura? Esses sujeitos são tomados como exemplo e fonte de mobilização? Como reconhecer

e movimentar estes potenciais para envolver toda a comunidade na promoção da leitura?

Neste sentido, há de se desenvolver um trabalho de “escuta ativa”, onde os atores já envolvidos com as políticas públicas de promoção da leitura se abram para ouvir atentamente o que os diferentes membros daquela comunidade estão desejando, mas também falando (e fazendo). Ou seja, há de se desenvolver a capacidade de ouvir (e ver), mas também de “ler nas entrelinhas” o que os sujeitos daquela comunidade estão pensando sobre leitura – não apenas os estudantes e os frequentadores de bibliotecas. A comunidade não é um todo uniforme, ela é um ser vivo, composto de muitos seres que pensam, sentem e agem de formas diferentes. Contemplar esta diversidade só é viável quando se abre para escutar os outros. Escutar os pais, os demais trabalhadores da escola e também o público que não frequenta a escola e nem a biblioteca. Isto demanda reconhecimento de suas diversidades, tanto em termos geracionais, quanto de gênero, étnicas e territoriais. As políticas de promoção da leitura precisam ser fortalecidas nestes aspectos, a fim de atenderem realmente às necessidades de todos e de cada um.

A política mais longeva no campo da leitura nos últimos 33 anos foi o PROLER, exatamente porque partiu de uma escuta ativa da comunidade local. O protagonismo do Programa não estava em seu gabinete gestor, mas na ponta, nessas comunidades. Elas se apresentavam como pontos focais de promoção da leitura em seu território, elas se organizavam, apresentando-se para fora de seu grupo de influência. O programa as estimulava a avançar no território, alcançando outros espaços e contagiando outros sujeitos. Com isto, o PROLER se instalou em todo o país e se fez rede de promotores de leitura. Gestão após gestão do Governo Federal o Programa sobreviveu. E até hoje seus comitês sobrevivem, a despeito do

arrefecimento da ação governamental, justamente pela potência do local reconhecida e valorizada pelo desenho do PROLER.

Sem a escuta ativa dos sujeitos que promovem a leitura nos territórios, qualquer política pública já nascerá estrangulada. Caso reconheça e valorize o protagonismo local, a política será empoderada e ganhará capilaridade que poderá definir sua continuidade e seus benefícios duradouros na e com as populações imbricadas.

#### 6.4.8. Lendo além

Leitura não é só cultura e leitura não é só educação. Ambas são imprescindíveis para promover a leitura. Ignorar esta necessidade de articulação é incorrer no recrudescimento do custo social da não-leitura (World Literacy Foundation, 2015). Os planos estaduais e municipais de alfabetização e educação normalmente não trabalham bem com a dimensão cultural, por vezes “escolarizando” demais a leitura. Esses planos precisam enxergar as bibliotecas e envolvê-las ativamente, para além do âmbito escolar. Por outro lado, os planos estaduais e municipais de livro e de leitura, na grande maioria das vezes, desconsideram a massa de analfabetos e ignoram o fato de que a leitura depende vitalmente da alfabetização (Teles, 2018). Fazer conversar e convergir os Planos estaduais e municipais de educação e os Planos estaduais e municipais de leitura é um desafio para as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação e de Cultura no Estado do Rio de Janeiro e em todos os municípios fluminenses. Este desafio deve ser enfrentado juntamente pelas áreas de Educação e de Cultura. A realidade mostra que, efetivamente, não estão articuladas, a começar pela própria redação de cada um desses Planos.

Por fim, uma comunidade leitora envolve todas as gerações. Não há como pensar em promoção da leitura sem considerar todos os sujeitos da comunidade – crianças, adolescentes, jovens, adultos e

idosos. Isto significa, em primeiro lugar, contemplá-los também como público que receberá as obras, que lerá os livros e outros materiais de leitura, que deverá ser considerado nas escolhas de conteúdos e na organização das atividades de promoção da leitura. Pensar uma comunidade leitora é pensar a todos, mas também considerar as necessidades e interesses de cada um. O que as crianças, os adolescentes, os jovens, os adultos e os idosos daquela comunidade gostam de ler, escrever, ouvir? Do que gostariam (ou poderiam vir a gostar)? Como chegar até eles e estabelecer um diálogo frutífero para a construção coletiva de uma agenda cultural de promoção da leitura naquela comunidade, envolvendo escolas, bibliotecas e outros equipamentos?

Em segundo lugar, crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos precisam ser considerados em sua potência de autoria. O que eles querem fazer? O que produzem no campo da lectoescritura e da oralidade que possa ser reconhecido e mobilizado para a promoção da leitura naquela comunidade? A prerrogativa de decidir não pode ser só de quem vem de fora, só do poder público ou só dos “letrados”. Todos devem ter direito à voz. Isto demanda uma capacidade mediadora que muitas vezes é menosprezada no desenho das políticas públicas.

Também devem ser considerados os aspectos relativos aos direitos à educação e à cultura das pessoas com deficiências, das pessoas em situação de privação de liberdade, dos povos indígenas e das comunidades quilombolas. Qualquer política fluminense de promoção da leitura precisa enxergar cada um desses sujeitos de direito e incluí-los com dignidade e respeito à sua cidadania plena.

Pensar a mediação não é só pensar quem pode ler para os outros; a mediação é muito mais do que isto: são os conectores e provocadores de expressão, de comunicação, de diálogo entre leitura, escrita e oralidade. Estes sujeitos precisam ser formados para isto,

mas também deve-se atentar às capacidades locais, aos membros da comunidade que podem, de alguma forma, também atuar neste sentido. Trazer de fora da comunidade não deve ser a única resposta. Quanto mais a própria comunidade for se apropriando da agenda de promoção da leitura e for incorporando-a em seu viver diário, mais autônoma será esta agenda e mais efetivamente será transformada em práticas sociais enraizadas nesta comunidade. Enxergar estes sujeitos, em sua diversidade, e abrir espaços para sua atuação é estratégico em qualquer política de promoção da leitura.

Somente quando todos estes sujeitos de direitos forem reconhecidos e mobilizados para o centro do palco, independentemente de seu grau de letramento, é que realmente se estará trabalhando com uma perspectiva de leitura que se proponha a respeitar os direitos e promover a liberdade. Mas não há como oportunizar esta liberdade sem garantir o alcance do letramento. Portanto, qualquer política de promoção da leitura libertária tem que considerar o letramento, reconhecer e trabalhar com o protagonismo de crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos, ao mesmo tempo em que aproveita cada oportunidade para provocar novas formas de ser e de estar no mundo a partir da leitura nessas comunidades, afetando práticas individuais e coletivas neste processo. Este é um desafio incontornável para os governos, que demanda a participação de todos, tanto daquela localidade quanto do diálogo e do apoio mútuo dos territórios fluminenses. A construção de um futuro decente para todos passa pela garantia e pela promoção do direito à leitura no presente.

A liberdade, a prosperidade e o desenvolvimento da sociedade e dos indivíduos são valores humanos fundamentais. Só serão atingidos quando os cidadãos estiverem na posse da informação que

lhes permita exercer os seus direitos democráticos e ter um papel ativo na sociedade. A participação construtiva e o desenvolvimento da democracia dependem tanto de uma educação satisfatória, como de um acesso livre e sem limites ao conhecimento, ao pensamento, à cultura e à informação. (IFLA, UNESCO, 1994, p. 1)

## 7. O QUE CONTAM OS SUJEITOS QUE ATUAM COM POLÍTICAS DE LEITURA?

Neste capítulo são analisadas as respostas dadas pelos entrevistados e pelos que preencheram o questionário online, à luz dos conteúdos analisados anteriormente. Há convergência nas respostas, o que aponta para um acúmulo de conhecimento na área. Contudo, esse acúmulo não tem se manifestado na forma de políticas públicas de Estado para a leitura. Segue abaixo uma sistematização das principais questões e sugestões fornecidas para a elaboração de políticas públicas de leitura.

### 7.1. ENFRENTAR OS PRINCIPAIS PROBLEMAS IDENTIFICADOS NO RIO DE JANEIRO

Quando perguntados sobre quais seriam os principais desafios para a promoção da leitura hoje no estado do Rio de Janeiro, as respostas foram variadas. Os principais pontos levantados estavam muito relacionados ao lugar de fala de cada entrevistado. Mas as respostas podem ser sistematizadas e estruturadas em três eixos: i) problemas de política; ii) problemas no sistema escolar; iii) problemas no sistema cultural.

Em relação aos problemas de política, em primeiro lugar aparece a questão de falta de política para a promoção da leitura que seja permanente e que tenha orçamento assegurado. A questão do fomento

foi ressaltada, mas também houve destaque para a fragmentação das ações públicas e sua descontinuidade – principalmente quando ocorrem mudanças de gestão no Poder Executivo e o grupo que entra não faz uma avaliação do que deu certo e do que precisa melhorar. Foi igualmente apontada a falta de cumprimento do que estabelece a PELLRJ.

Em relação ao sistema escolar, houve muitas críticas, a começar pela forma como os currículos são implementados, sem tomar a leitura como estruturante e esvaziando o conceito, para tomá-lo apenas como ferramenta para desempenho em provas padronizadas. As grades de horários carecem de reorganização, para abordar a fruição artística de forma adequada, não só a literária, mas a estética e a criativa também. Mesmo os projetos de educação “integral” se tornam “mais do mesmo”, sem realmente oferecerem um contraturno diferenciado, que amplie os horizontes dos estudantes. Isto prejudica o trabalho com a leitura, mas afeta negativamente até o próprio projeto escolar, pois reduz a experiência escolar, desidratando-a exatamente naquilo que é o grande diferencial para a formação humana e social dos estudantes, independentemente da faixa etária atendida.

Também houve críticas quanto à atuação do corpo docente, pois raramente é composta de leitores – ou nem sempre tem projetos adequados de leitura. Isto foi relacionado ao baixo nível de formação inicial dos educadores em questões de promoção da leitura, mas também às condições de trabalho desses sujeitos. Os entrevistados ressaltaram o baixo investimento na formação continuada dos professores para serem mediadores de leitura.

Por fim, foi criticada a composição dos acervos nas bibliotecas escolares, que carecem de acervo rico e diversificado. Mas não basta comprar quaisquer livros. Até porque, por vezes, o próprio material comprado pelo MEC fica encaixotado nas escolas e não é

disponibilizado para acesso aos estudantes. Não raro, os próprios professores não conhecem a composição do acervo da biblioteca da escola e, conseqüentemente, não trabalham com eles em seu planejamento, tampouco levam seus alunos a interagirem com os livros nesses espaços. O problema se agrava, pois o peso das amarras disciplinares coíbe projetos transdisciplinares que promovam a leitura no contraturno – e até mesmo no turno. Muitas vezes não há tempo para a leitura na própria escola.

Segundo uma das entrevistadas, seria necessário “desescolarizar” a leitura para depois reintroduzi-la na escola a partir de outro paradigma. Para tal, é imperativo um trabalho dialogado, franco e íntimo com o mundo da cultura – que aparece em alguns discursos e documentos públicos escolares, mas que na prática não se manifesta.

Em relação ao sistema cultural, as críticas giraram em torno da falta de ações e, quando existem, são fragmentadas e desconectadas umas das outras. Ou seja, falta uma abordagem de política pública nas ações dos poderes públicos. Há a necessidade de aumento dos espaços voltados para a leitura, mas também a ampliação de contadores de história, nas escolas e também em outros espaços, tais como hospitais e asilos. O número de bibliotecas existentes no estado do Rio de Janeiro foi avaliado como pequeno e, onde existem, elas não estão adequadas – no que se refere a pessoal e acervo. Por exemplo, onde existem salas de leitura, normalmente elas não abrem nos finais de semana, deixando de atender a comunidade do entorno. Outra questão apontada foi o elevado custo dos livros e o pouco número de livrarias existentes no Estado. Quando se sai da Região Metropolitana, o quadro apontado se agrava.

Portanto, os principais problemas do estado do Rio de Janeiro em relação à leitura podem ser enfrentados por uma política que alie educação e cultura na prática, com infraestrutura e fomento

adequados. Como fazer isto? Algumas pistas foram fornecidas pelos entrevistados, as quais serão exploradas a seguir.

## 7.2. CONHECER AS DIFERENTES REALIDADES LOCAIS

O ponto principal, onde houve concordância dos entrevistados, é que a primeira providência a ser tomada para que se elabore uma política de promoção da leitura é conhecer a realidade do município ou do Estado – dependendo da abrangência da política pretendida. Este conhecimento da realidade envolve três aspectos: conhecer a realidade dos níveis de letramento da população; conhecer as práticas de leitura que ocorrem no território considerado e conhecer quem são os sujeitos que já atuam em atividades de promoção da leitura nesse território.

O primeiro aspecto envolve conhecer os níveis de alfabetização e compreensão de leitura-escrita dos moradores do município ou do Estado. Isto envolve conhecer as taxas de analfabetismos absoluto e funcional nos diferentes territórios que compõem o município ou Estado. Deve-se atentar para conhecer essas diferenças também em termos de grupos socioeconômicos – por exemplo, diferenças entre rural e urbano, por gênero, faixa etária, cor/raça, dentre outros. Uma atenção especial deve ser dada para comunidades indígenas e quilombolas. Será necessário investigar as habilidades de leitura e compreensão de texto desses grupos populacionais, pois nem sempre os anos de escolaridade informados realmente equivalem ao domínio da leitura esperado.

O segundo aspecto se refere às práticas de leitura desses grupos populacionais. Quais são os materiais de leitura que circulam nesses grupos? Quais tipos de suporte mais estão presentes? Se e como a literatura aparece na vida da comunidade? Quais são os interesses desses grupos em termos de leitura? Que gêneros literários mais

procuram? Existem equipamentos de acesso ao livro e à leitura nesse território? Esses equipamentos são públicos? Quais os horários e formas de funcionamento desses equipamentos? A quais grupos sociais esses equipamentos atendem? Essas e outras perguntas visam obter um panorama das práticas de leitura nesses grupos e da relação dessas práticas com os equipamentos disponíveis.

Neste ponto também importa conhecer o comportamento daqueles que são considerados “não leitores” e entender as dificuldades e desafios para afetar as práticas culturais desses sujeitos. Assim, será de grande valia procurar saber quais são os impedimentos colocados ou enfrentados por essas pessoas que as impedem ou desestimulam de ler (mais). Seriam fatores sociais, culturais, econômicos? Como se dá as dinâmicas de trabalho e deslocamento no município ou Estado considerado? Elas são um impeditivo para a leitura, devido à sobrecarga do tempo e ao cansaço que geram? Isto ocorre para quais grupos sociais? Outra questão relevante é se há concentração territorial dos equipamentos culturais de acesso ao livro e leitura. Isto pode causar dificuldades para a utilização desses espaços – principalmente para os grupos que vivem nas periferias ou em locais de acesso mais difícil.

Uma observação deve ser feita para que se evite projetar práticas e valores de determinados grupos sociais sobre outros. Por exemplo, a percepção de que a leitura é algo prazeroso pode estar relacionada a alguns valores que nem sempre são compartilhados por toda a população do território considerado. Outras vezes o imaginário de alguns grupos sociais relaciona leitura ao período escolar. Também podem ocorrer sobrevalorização do digital em contraposição a determinados grupos sociais que preferem ler em suporte impresso. O mesmo ocorre quando se trata de gênero literário e de circulação dos best-sellers das grandes livrarias. Ouvir os sujeitos é base

para desenhar políticas de promoção da leitura que tenham maior probabilidade de serem efetivas.

### 7.3. PRÁTICAS DE LEITURA E NOVAS TECNOLOGIAS

Em termos de efetividade para todos os grupos sociais, vale a pena refletir sobre como as tecnologias estão impactando o mundo da leitura, mas considerando as realidades dos territórios a serem contemplados pelas políticas. Há casos de localidades onde nem há acesso à internet banda larga. Os equipamentos onde as pessoas de classes de menores rendas *per capita* mais acessam o mundo virtual é o telefone celular – cujo pacote de dados, por vezes, tem que atender a toda a família. O período de pandemia deixou patente que a inclusão digital ainda é um desafio em um país que figura entre os países do mundo com maior número de telefones celulares por habitante do mundo. Portanto, mostra-se como primordial e urgente considerar o acesso e os usos que os grupos sociais nas localidades fazem do mundo virtual, para poder compreender como a leitura entra nessa dinâmica – muitas vezes de “excluídos no interior”, ou seja, de pessoas que acessam a internet, mas basicamente para trocar mensagens curtas em aplicativos como WhatsApp, ou ver vídeos curtos em aplicativos como o TikTok.

Esses diferentes níveis e formas de acesso à internet pelos diversos grupos sociais que compõem os territórios demandam formas mais amplas e complexas de respostas a perguntas sobre o impacto das novas tecnologias sobre as práticas de leitura. Os reais efeitos das redes sociais e das plataformas digitais (tais como Kindle, Audible, etc.) precisam ser conhecidos, considerando a diversidade dos sujeitos que compõem a população do município ou do Estado. Como o acesso à internet e os usos das tecnologias não são igualmente distribuídos pela população, haverá diferenças

de seu impacto potencializadas pelas diferentes práticas existentes nas comunidades às quais esses sujeitos pertencem e nas quais circulam – quando se trata, por exemplo, de comunidades virtuais, redes sociais, etc.

Tendo conhecimento dessas diversas formas de interagir (ou não) com as novas tecnologias por parte dos diferentes grupos, será possível traçar algumas estratégias. Dentre as listadas pelos entrevistados está a escuta ativa dos adolescentes e jovens, buscando entender suas relações com essas tecnologias e construindo juntos formas de promover a leitura utilizando-as. As novas tecnologias podem ajudar também na difusão da literatura, levando autores, livros e gêneros para mais perto das pessoas. Não apenas em termos de informações, mas também de acessibilidade – pensando principalmente nas pessoas com deficiências de visão e audição – e de experiências mesmo. Uma das entrevistadas citou a possibilidade de contação de histórias pelas redes sociais para aproximar as pessoas da leitura. Também foi ressaltada a possibilidade de tornar os livros mais acessíveis, em termos de custo, pois e-books são mais baratos (ou até gratuitos, em alguns casos). Acervos públicos são pouco divulgados, como os casos do Domínio Público e da Biblioteca Nacional.

As novas tecnologias também podem ajudar a colocar pessoas que leem em contato umas com as outras. Podem ser realizados clubes de leitura, elaborados boletins sobre o que está acontecendo em termos de leitura na região, trocadas experiências, etc. Também podem ajudar a divulgar a produção literária local e na popularização de outros textos. Podem ser valorizadas e reproduzidas experiências de plataformas como Quindim e Arvore.

Um destaque foi dado para experiências concretas de usos de tecnologia digital para a promoção do acesso ao livro. Estas experiências estão relacionadas a projetos de bibliotecas digitais em

escolas públicas e em outros ambientes comunitários. As questões de espaço e acesso às bibliotecas escolares podem ser enfrentadas por meio de bibliotecas que tenham também uma dimensão digital. As propostas não foram de substituir o presencial pelo virtual, mas em integrá-los, para aproximar ambos da vida das pessoas, tanto da comunidade escolar quanto do entorno da escola. As sugestões enfatizaram que o Projeto não deve se resumir a colocar o equipamento em alguma sala da escola, por exemplo, “que não se produza numa mera incorporação de artefatos tecnológicos” (Santos e Amaral, 2006, p. 79). O principal é entender que o digital deve ser incorporado ao projeto, ao mesmo tempo em que esse projeto é revisado à luz das novas potencialidades trazidas pelo digital, em termos de acesso ao livro e promoção da leitura.

**Sugestões de consulta:** uma orientação sobre como desenvolver bibliotecas digitais pode ser encontrada em Procópio (2004). Uma proposta prática sobre biblioteca digital em escola municipal pode ser encontrada em Novo (2023). Celesnah (s.d.) traz algumas indicações de experiências disponíveis de bibliotecas digitais, onde a biblioteca escolar ou comunitária pode se integrar, em uma concepção de rede de bibliotecas digitais (Santos e Amaral, 2006).

De um modo geral, todos foram favoráveis ao uso dessas novas tecnologias. Houve apenas algumas ressalvas, que alertaram para a necessidade desses usos estarem também articulados com projetos de leitura. Os livros cabem em qualquer tecnologia, afirmou uma das entrevistadas, mas o que realmente faz a diferença, segundo ela, é a mediação. É a experiência de alguém que é leitor que irá contagiar os não leitores. Precisa de “encantamento” com o livro, de “brilho nos olhos”, segundo ela. Para quem já é leitor, o suporte não é tão importante – apesar do destaque que deram ao “prazer

do livro impresso”. Um dos grandes desafios está exatamente em como incorporar o celular enquanto instrumento de promoção da leitura de livros.

#### 7.4. PROJETOS DE LEITURA PREEXISTENTES

O terceiro aspecto a ser investigado pelos formuladores de políticas públicas para a leitura é tão ou até mais importante que os dois anteriores, pois o conhecimento de quem está atuando em atividades de promoção da leitura e quais são estas atividades que já ocorrem nesses territórios são chaves fundamentais para se estruturar políticas efetivas de promoção da leitura. As práticas se formam, são fortalecidas, começam e terminam muito em função das relações sociais. Entender o que já está ocorrendo de promoção da leitura em meio a essas teias de pessoas e atividades sociais é encontrar o fio da meada para começar a tecer, a partir dele, possibilidades de fortalecimento, complementação e ampliação dessas iniciativas privadas, utilizando o apoio público e também do próprio setor privado para potencializá-las. Isto deve ser feito de forma a reconhecer e respeitar o protagonismo desses sujeitos e fortalecer os vínculos desses com a política a ser criada, valorizando essas e novas iniciativas que venham a ocorrer por parte da sociedade civil, quer sejam espontâneas, quer sejam incentivadas pela própria política implementada.

Neste sentido, deve-se começar pelo básico: os dois principais equipamentos públicos de promoção da leitura. O que está sendo feito nas escolas e nas bibliotecas nos territórios considerados, em termos de promoção da leitura? Este mapeamento deve primar pelos equipamentos públicos, mas deve igualmente incluir os privados e comunitários.

Em primeiro lugar, é muito importante mapear as bibliotecas que existem no município e Estado, quer sejam públicas, comunitárias ou privadas. O Sistema de Bibliotecas Públicas pode ajudar nisto. Mas é importante que os promotores da política conheçam estes equipamentos, não apenas de um documento formal, mas presencialmente, inclusive – por meio de visitas especiais, mas também comparecendo a atividades promovidas nesses equipamentos. O fundamental é conhecê-los, em seus detalhes – tamanhos, espaços, acervos, profissionais, funcionamentos, horários, atividades complementares, etc. Cabe aqui destacar duas características importantes: o equipamento oferece acessibilidade? Isto tanto em termos de infraestrutura quanto de acervos. Outro detalhe relevante: o equipamento está à disposição da comunidade? Ou seja, os horários de funcionamento, a localidade e as regras de frequência aproximam ou afastam os cidadãos? A quem eles acolhem e quem eles repelem – ainda que seja de forma sutil? Conhecer quem frequenta essas bibliotecas, o que fazem nelas, se consideram que ela tem infraestrutura e acervos adequados para atendê-los, se são acessíveis, etc. As respostas a essas perguntas fornecerão um maior conhecimento desses equipamentos e permitirão maior acurácia no desenho da política de promoção da leitura – tanto em termos do que pode ser esperado desses equipamentos para implementação dessa política, mas também em que esta política pode melhorar esse equipamento e seu funcionamento.

O outro equipamento a ser priorizado é a escola. Ela deveria funcionar como promotora da leitura, inclusive para além do período escolar. Porém, isto está muito longe das realidades de inúmeras escolas pelo Estado. Contudo, faz-se necessário conhecer o que está sendo feito para promover a leitura nas escolas do município e do Estado. Só assim será possível saber o que não está, mas deveria ser feito, para gerar leitores para a vida. Portanto, conhecer como as

escolas abordam a questão da leitura, tanto em seu currículo quanto em seu cotidiano, é fundamental. Como aparece a promoção da leitura nos Planos Político Pedagógicos das escolas? O que acontece, de fato, no cotidiano de cada escola para promover a leitura? Essa promoção é pragmática, para atender a um sistema de avaliação, ou realmente segue uma abordagem para a vida? Existem atividades elaboradas intencionalmente para que os alunos permaneçam lendo, mesmo depois de saírem da escola? Existem Projetos de promoção da leitura que dialoguem com o ambiente fora da escola?

Um destaque deve ser dado ao papel dos professores. Normalmente espera-se deles que sejam promotores da leitura natos, mas, muitas vezes, eles não receberam formação em mediação de leitura, e nem sempre a leitura de livros é algo frequente em seu cotidiano, para além dos deveres de ofício, que se vale de livros didáticos e referências por vezes de forma pragmática, para dar conta do programa, até mesmo de forma automatizada. Estes movimentos, quase mecanizados, são causados em grande parte pelas situações de precariedade da profissão docente – jornadas de trabalho exaustivas, falta de tempo para planejamento, dupla jornada das mulheres, dificuldades com o comportamento dos alunos, turmas muito grandes, presença de pessoas com deficiência na classe sem que esses professores tenham recebido qualquer formação para lidar com esses casos, tampouco o apoio necessário, dentre outros fatores que põem em risco a figura de mediador de leitura esperada dos docentes. Paiva e Berenblum (2009) já apontavam que os próprios professores se ressentem de não terem mais tempo e mesmo condições físicas para eles mesmos lerem mais. Um cenário desafiador, que exigirá um (re)posicionamento por parte das redes escolares, a fim de propiciar condições dignas de trabalho docente que resgatem e viabilizem a esses professores (re)assumirem seu papel de protagonismo na promoção da leitura a partir das escolas.

Portanto, uma ação indispensável e impreterível é reunir as pastas de Educação e de Cultura e repensar os papéis da escola e da biblioteca enquanto equipamentos sociais de promoção da leitura. Mas não apenas escola e biblioteca. Precisamos igualmente refletir sobre outros espaços e iniciativas sociais de promoção da leitura. Os equipamentos religiosos, os espaços comunitários, tais como praças e quadras, além de equipamentos privados de acesso público (ou que venham a facultá-lo), podem fazer parte desse georreferenciamento de potenciais locais de exercício e promoção da leitura no município ou no Estado.

Com esse mapa nas mãos, ficará mais fácil tecer caminhos e elaborar estratégias para promover a leitura no e a partir do território, considerando as diversidades de públicos e práticas inicialmente levantadas. Nesta etapa de conhecimento das pessoas e atividades que existem no território, fica mais fácil construir uma política de comunicação que esteja em sintonia com aquilo que se quer promover, mas que também dialogue com essas realidades mapeadas. Assim, será mais fácil fugir dos clichês e dos motes de campanhas já desgastados, que reforçam negativamente a escolarização e a infantilização da leitura, elitizam-na e não reconhecem o que já se faz naqueles territórios, invisibilizando e desvalorizando os reais protagonistas da promoção da leitura.

Experiências de outros territórios também podem e devem ser consultadas, mas sempre ponderando as especificidades de cada território. Dentre as experiências citadas pelos entrevistados estão a FLIM, realizada pela Prefeitura de Maricá, o Programa de Salas de Leitura das escolas municipais de São Paulo, as formações de contação de histórias e as Gelotecas (geladeiras velhas, que são customizadas e deixadas em locais de movimentos nos bairros) também de São Paulo, e os projetos de leitura de escolas em Belo Horizonte – que envolvem atividades criativas, visitas guiadas

a equipamentos culturais (editoras, livrarias e até a gráficas, por exemplo) e feiras de livros comentados pelos próprios estudantes, que também expõem suas produções literárias. Também foram destacadas as diretrizes para planejamento de políticas de leitura que podem ser extraídas do PNLL e da PNLE.

Em termos de fontes de informação para conhecimento de outras experiências, foram citados os casos da pesquisa “O Brasil que lê”, que mapeou projetos de leitura em todo o país, e também dos concursos promovidos pelo PROLER, onde as melhores experiências de promoção da leitura eram premiadas com acervos de livros. Iniciativas como estas servem não apenas para identificar casos de sucesso, mas também para divulgar iniciativas locais de promoção da leitura para além do território onde ocorrem.

**Sugestão de consulta:** o site do **Mapa da Cultura** foi desenvolvido pelo MinC para disponibilizar informações de editais e oportunidades do próprio Ministério, mas também contém um repositório de projetos, espaços e eventos que podem ser cadastrados por qualquer cidadão. Neste site podem ser consultados outros projetos de promoção da leitura. <<https://mapa.cultura.gov.br/projetos/#list>>

## 7.5. COMUNICAR PARA PROMOVER A LEITURA

Um dos grandes desafios que se coloca para uma política de leitura efetiva é exatamente pensar em uma política de comunicação que articule organicamente ferramentas (tais como eventos, publicidade, promoções, etc.) em torno de atrair e afetar os sujeitos e suas práticas culturais, tendo como base o que já ocorre no território e valorizando as pessoas já mobilizadas e suas experiências na promoção da leitura. Essa política não é única, pois os grupos devem

ser reconhecidos em suas especificidades e ela precisa dialogar com todos eles, a partir de suas próprias realidades e interesses. Logo, seus públicos-alvo deverão ser delineados a partir dos processos de conhecimento dos cidadãos enfatizados aqui anteriormente. Quais são os perfis que mais carecem de ser provocados por campanhas de comunicação? Quais estratégias adotar para cada um deles? Estas perguntas devem ser respondidas não apenas por empresas de comunicação, mas devem ter a participação de representantes desses sujeitos. Ao ouvir suas vozes, ficará mais fácil os mesmos se reconhecerem nessas campanhas e se identificarem com elas. Só assim será possível elaborar estratégias para integração da leitura no cotidiano das pessoas, sem depender da forma da escolarização pragmática e utilitarista.

A política de comunicação terá que lidar com os valores da leitura expressados pelos grupos sociais – daí mais uma vez ressalta-se a importância das pesquisas prévias. As campanhas e demais ferramentas publicitárias deverão dialogar com a relação entre leitura e sucesso escolar, mas também com leitura e mundo do trabalho. Será importante explorar a dimensão de desenvolvimento pessoal, tanto em termos de habilidades cognitivas quanto em termos de saúde mental – que está tão em voga. Mas também será estratégico provocar uma reflexão sobre a potência da leitura para colaborar no desenvolvimento coletivo, social, e na redução das desigualdades, tanto no município quanto no Estado. Os vínculos da leitura com o cotidiano vão desde resolução de questões corriqueiras até qualidade de vida e exercício da cidadania, favorecendo uma participação ativa na vida social e política local, regional e até nacional. Na sociedade do conhecimento e da informação, a plena cidadania passa necessariamente pela leitura.

Para alcançar o que se está pretendendo será crucial o envolvimento de todos na promoção da leitura. Os diferentes atores

sociais precisam ser tocados e mobilizados para esta política. Os parceiros tradicionais precisam estar juntos, tais como escritores, livreiros, editores, membros de ONGs, dentre outros, porém, novos atores precisam ser atraídos para essa política. Como outras entidades que não fazem parte do universo cultural podem ser mobilizadas para a promoção da leitura? A Lei Rouanet traz uma pista de como envolver o setor privado no apoio a iniciativas de leitura, por meio de fomento.

Mas outras formas podem ser pensadas. O diálogo local é fundamental para ativar a criatividade e explorar as possibilidades a partir da realidade de cada município. Há experiências nacionais exitosas, tais como a parceria entre o Instituto C&A e a FNLIJ (Serra e Guedes, 2011). Outras podem ser levantadas, não apenas em relação ao grande empresariado. Os formuladores e implementadores de políticas de leitura precisam estar atentos ao engajamento dos próprios cidadãos na localidade, favorecendo sua participação e criando mecanismos para incentivá-los tanto a apoiarem quanto a eles mesmos se tornarem agentes promotores da leitura em seus grupos sociais e nas comunidades.

Vale a pena lembrar que esses formuladores e implementadores das políticas de leitura não estão sós. Existem outros defensores da fruição do direito à leitura, tanto dentro de seu próprio território quanto fora dele – inclusive em outros países. Olhar para o que está sendo feito é muito importante. Isto ajuda a fortalecer as experiências, além de acelerar os processos de aprendizagem e minorar os erros e equívocos. Aprender com o outro é uma atitude sábia na política pública e na vida. Tomar conhecimento do que já foi feito semelhante ao que está se pretendendo fazer facilita muito e eleva as possibilidades de a iniciativa ser bem-sucedida. Neste sentido, será salutar procurar outras experiências similares que tenham logrado êxito e que possam aportar aprendizados

ou trazer algumas boas sugestões para o que se quer fazer no município ou no Estado. Lembrando sempre que as especificidades devem ser consideradas e respeitadas. O que funciona em um determinado grupo ou território pode não emplacar em outro. Por vezes, os gestores só olham para a atividade em si (como projetos de leitura compartilhada, feiras de livros, clubes de leitura, tertúlia literária, biblioteca parque, dentre outros) mas esquecem de ampliar a visão para enxergar as redes sociais, as pactuações, os apoios, as infraestruturas e os protagonistas envolvidos nessa mesma atividade e que, não raras vezes, são o real motivo de seu sucesso. Outras experiências podem e devem ser consultadas, mas sempre com um olhar sensível e ampliado.

Essa visão mais acurada precisa ser igualmente aplicada ao Programa ou Projeto que está sendo desenvolvido no território. Seu acompanhamento deve ser feito não apenas em termos de produtos e entregas de PPA. A dimensão socioafetiva também deve ser levada em consideração. Que laços estão sendo criados e como eles se entretecem nas redes de sociabilidade existentes? Isto é um dos aspectos fundamentais para ser averiguado, a fim de se atuar para aperfeiçoar a experiência e contribuir para sua continuidade mesmo após o fim do programa ou projeto. Ou seja, o monitoramento e a avaliação devem ser pensados e realizados tendo como objetivo maior a promoção de práticas de leitura que perdurem para além da existência do programa ou projeto que a propiciou.

Este é um desafio, principalmente quando se trata de resultados que se pretendem para a vida toda. A mensuração do impacto das políticas de promoção da leitura é uma tarefa complexa. Envolve tanto os indicadores mais tradicionais, tais como livros comprados, número de visitas à biblioteca, número de livros lidos, etc., quanto outras dimensões, tais como o valor social da leitura expresso pelos grupos sociais que participam da política. Algumas questões são levantadas:

a leitura entrou na agenda social do município ou do Estado? Os representantes do Poder Legislativo estão realmente considerando a promoção da leitura quando discutem e aprovam as LDOs e as LOAs? Estas e outras perguntas deveriam entrar em um plano de monitoramento e avaliação de políticas de promoção da leitura. Os indicadores precisam ser quanti e qualitativos, contemplando também a percepção das pessoas sobre as atividades de leitura promovidas e sobre as próprias práticas de leitura. Assim, será possível avaliar a política e ajustar as estratégias para realmente impactar a vida dos diferentes cidadãos.

Enfrentar o desafio de responder às perguntas aqui levantadas é fundamental a fim de se ter um panorama que sirva não apenas de diagnóstico claro e detalhado, mas também como um painel atualizado periodicamente, que mostre em que direção a sociedade está indo e como a política contribuiu e pode continuar contribuindo para acertar a navegação, rumo ao pleno exercício da cidadania.

## 7.6. GARANTIR A COMPLETUDE DA POLÍTICA

Em primeiro lugar, é imprescindível que exista a política de promoção da leitura. Em existindo, ela demandará uma boa campanha de divulgação, que aponte para realizações concretas, que estão realmente ocorrendo no território abrangido. Além de existirem, elas precisam continuar. Também será necessário se aproximar das pessoas, estar presente no cotidiano, por onde as pessoas circulam. Será primordial que a política promova encontros, entre pessoas e livros, entre leitores e escritores, entre população e artistas da própria localidade. Estes encontros precisam ser presenciais e virtuais também. É indispensável que os formadores de opinião sejam mobilizados, a fim de atuarem em favor da difusão da importância da leitura para a vida de cada cidadão e cidadã, tanto no campo

simbólico quanto nas tarefas do cotidiano. Será muito proveitoso oferecer mostras dos conteúdos dos livros e também dar exemplos do que ocorre nos espaços de leitura. Boa literatura deve circular, ser distribuída, por meio de feiras, concursos, doações, eventos, etc., mas também através de vale-livros e outras formas de fazer o livro chegar nas mãos das pessoas.

Os eventos foram frequentemente citados, principalmente os grandes, como exemplos de sucesso – principalmente quando relacionam leitura a outras atividades culturais mais próximas do grande público. Apesar desse destaque dado aos grandes eventos, também houve ressalvas. Alguns entrevistados destacaram a importância de eventos nos bairros e das boas experiências de festivais realizadas pela própria comunidade – portanto, menos mercadológicos e mais próximos da população. Também foram lembrados os programas de agentes de leitura e os clubes de leitura. Uma das entrevistadas frisou a importância de se ter uma política, mais do que um programa de leitura, e que essa política deveria conter o mais variado conjunto de atividades possível, visando alcançar a todos os públicos, considerando seus interesses e seus contextos sociais. A completude dessa política só seria alcançada se fossem realmente ouvidas essas diferentes pessoas, segundo essa entrevistada.

Somando-se a isto, elaborar uma política de leitura realmente completa requer os conhecimentos discutidos na seção anterior. De posse destes conhecimentos, pode-se desenhar uma política que seja realmente integrada e adequada para as diversas realidades e diferentes grupos locais. Porém, este conhecimento deve ser complementado com a elaboração de uma política completa, que contenha todos os elementos necessários para interagir e afetar essas realidades e esses públicos.

O primeiro elemento é o diagnóstico das realidades locais, que já foi devidamente explorado nas seções anteriores. Esse diagnóstico deve ser o ponto de partida para se escolher quais ações realizar, para quem, quando e onde. Por exemplo, ao saber da situação das bibliotecas em seu município, o gestor local deverá analisar se ela consegue atender a todos os públicos e grupos sociais. Ela é acessível? Tem bibliotecários com formação para mediação de leitura? Cada uma destas questões, quando respondida, irá apontar para demandas de ações públicas.

Outro exemplo são os eventos: existem feiras de livros ou bibliotecas móveis no município? Elas conseguem atender a todos os grupos sociais? Elas chegam nas áreas mais carentes ou mais distantes do município? Como o poder público pode fortalecer essas feiras e bibliotecas móveis, para promover o acesso aos livros e atividades de leitura em bairros da periferia, no meio rural ou com difícil acesso? Nos casos de alguns municípios do estado do Rio de Janeiro isto envolve, inclusive, muitas questões de segurança pública.

Os livros e outros materiais de leitura têm que chegar até as pessoas, tanto fisicamente quanto digitalmente. Experiências como o Programa Arca das Letras mostram que é possível chegar até lugares mais afastados dos grandes centros, sem abrir mão da intenção maior e da qualidade da política, que é incentivar a leitura. Atualmente, há projetos que se preocupam com inclusão digital, mas que primam por criar ilhas de excelência em termos de infraestrutura e maquinário, mas que pecam pela falta de visão prospectiva sobre a leitura e, conseqüentemente, pela falta de mediadores preparados para a promoção da leitura nesses espaços. Tais equipamentos poderiam promover a leitura, facilitando o acesso a plataformas digitais e programas de empréstimos de e-books e audiolivros – principalmente em regiões e para grupos com baixo acesso à banda

larga, ou seja, com pouca ou nenhuma conectividade, quando se trata de leitura digital.

O mercado editorial também precisa ser mobilizado para participar ativamente das políticas de promoção da leitura. Projetos de venda de livros a baixo custo, com descontos, ou mesmo distribuição gratuita podem ser engendrados com essas parcerias. Uma possibilidade seria também incluir livros nos programas de moeda social. Lembrando que vale a pena ter mecanismos de valorização dos pequenos produtores, em prol de apoio às livrarias de bairros, muitas delas familiares, que estão sendo tragadas pelo grande capital dos mega-sites de vendas online, muitos deles estrangeiros, que vendem de tudo, desde produtos de limpeza até peças de carro, passando por ração, roupas e medicamentos. Os livros ficam perdidos neste mar de produtos, sem uma identidade de livraria ou qualquer preocupação que vá além do consumismo por parte dos detentores desses sites. O fechamento de livrarias também significa perda de postos de trabalho locais. O apoio às pequenas livrarias é uma questão de desenvolvimento local, fundamental em um cenário de desigualdades sociais como o enfrentado pela população fluminense.

## 7.7. ESCOLAS PELA LEITURA

Uma unanimidade foi reconhecer na escola um grande potencial para a promoção da leitura. Outra unanimidade foi que esse potencial não está mobilizado pela leitura. A mobilização das escolas, por sua vez, precisa abranger desde um lugar da leitura no currículo que realmente se reflita no cotidiano escolar, até projetos integrados que promovam a leitura, em especial, a literatura. A leitura pode ser trabalhada a partir das perspectivas de aprendizagem, mas não só. Ela também precisa ser abordada considerando as perspectivas de

desenvolvimento pessoal e, mais importante ainda, de fruição de direitos.

Conhecer os diferentes gêneros literários, por exemplo, não é só uma questão de “gosto”, mas precisa ser encarado como um direito de cada cidadão e cidadã. Eles lerão o que escolherem, independentemente das motivações que os levaram a tomar essa decisão. Mas, devem ter o direito de escolher e, para tal, necessitam entrar em contato com o saber, ter o conhecimento. Esta é uma das funções do processo educativo que a escola não pode abrir mão.

Em relação aos projetos, a escola pode promover clubes de leitura, rodas de leitura, contação de histórias, conversas com autores locais, etc. A biblioteca escolar também pode ser reestruturada, a fim de atender melhor a comunidade escolar, podendo, inclusive, ter seu público expandido, para atender também aos moradores do entorno da escola. Isto fortalece o papel social da escola na comunidade e aumenta os vínculos dessa comunidade com a escola, favorecendo ambas. Outra possibilidade interessante é a parceria com bibliotecas públicas ou comunitárias, promovendo visitas guiadas, intercâmbios e atividades conjuntas. A articulação desses equipamentos no território propicia a ampliação do alcance dos projetos de promoção da leitura, podendo favorecer uma abordagem mais completa dos grupos sociais que habitam o entorno desses equipamentos, caso as atividades considerem a diversidade desses grupos e os contemplem em suas programações, integrando não apenas os territórios, mas também as populações que os habitam.

Quanto à diversidade de grupos a serem atendidos, as escolas precisam ampliar sua visão, para enxergar os outros componentes da própria comunidade escolar, para além dos alunos crianças e adolescentes. Será necessário pensar também nos pais e responsáveis, assim como nos docentes e demais profissionais que trabalham na escola – inclusive aqueles mais penalizados com

a invisibilização, tais como merendeiras e profissionais de limpeza e de segurança. Vale destacar aqui os estudantes jovens, adultos e idosos, que normalmente são preteridos das atividades de leitura, porque elas acontecem em turnos em que eles não estão na escola, porque a biblioteca fica sempre fechada no turno em que estão estudando e porque as atividades são infantilizadas, por focar nas crianças e adolescentes apenas. Estes estudantes são sujeitos de direito e devem ser respeitados enquanto tal. Para isto, as escolas precisam pensar nesses jovens, adultos e idosos também como público alvo de suas atividades de promoção da leitura, respeitando suas especificidades e interesses.

Ainda no tocante às escolas, os professores necessitam estar preparados para atuar como mediadores de leitura, o que demandará formação continuada. Porém, precisam igualmente de condições de trabalho dignas, com remunerações, jornadas de trabalho e tempo para planejamento que possibilitem tempo livre para que eles mesmos leiam, para além das obrigações pedagógicas. Um dos objetivos é que sejam desenvolvidas habilidades de leitura crítica e reflexiva na escola, a começar pelos professores. Para tal, será necessária uma formação conjugada com trabalho docente e tempo livre de qualidade. Afinal, o direito à leitura dos professores também deve ser respeitado.

Outro ponto importante é o funcionamento das bibliotecas ou salas de leitura. A presença de um bibliotecário é importante, mas este profissional precisa ter formação como mediador de leitura e conhecer e utilizar o acervo para a promoção da leitura, para além das tradicionais funções de guarda e conservação. Segundo uma das entrevistadas, tanto bibliotecários quanto professores devem “amar livros e gente”. Mas a coordenação escolar também deve compartilhar dessa compreensão mais estratégica e cidadã da leitura, e atuar em prol de a escola ter seu potencial plenamente mobilizado

para a promoção da leitura enquanto direito, tanto dos componentes da comunidade escolar quanto da população do entorno da escola.

Para atender às recomendações acima, será importante que as escolas trabalhem em rede, que as Secretarias de Educação apoiem as atividades e que promovam elas mesmas ações, projetos e programas de promoção da leitura para suas redes de ensino. Também será de grande valia a articulação institucional entre as pastas de Educação e de Cultura, promovendo e fortalecendo a atuação conjunta entre redes escolares e redes de bibliotecas para potencializar o acesso a livros e o incentivo à leitura.

## 7.8. LENDO PARA ALÉM DA ESCOLA

As pessoas entrevistadas consideraram que as bibliotecas e outros espaços podem e devem promover a leitura – cabendo aqui um destaque para as bibliotecas comunitárias. Para tal, ressaltaram alguns pré-requisitos. O mais citado foi a existência de profissionais do mundo do livro e da leitura que planejem e executem ações que promovam a leitura. Também, a questão da qualidade do acervo e da continuidade dessas ações igualmente apareceram. Outro ponto frisado foi a divulgação das programações e orientações para as pessoas de como acessá-las – principalmente no que se refere a horários de funcionamento nos finais de semana e feriados, de forma “convidativa”.

Outros espaços também precisam ser enxergados como propícios para serem transformados em ambientes de promoção da leitura – tais como praças, postos de saúde, salões de igrejas, templos religiosos, salas de associações de moradores, salão de festas de condomínios, salas de reuniões, abrigo de menores, instituições de longa permanência, prisões, shoppings ou mercados (com áreas para as pessoas lerem), academias de ginástica, quadras de esportes,

dentre outros espaços coletivos. A leitura tem que ser posta em evidência nestes espaços, e ser alvo de conversas e ter livros à disposição. Segundo uma das entrevistadas, qualquer espaço pode ser transformado em “polo formador de leitores”, se houver interesse.

As Secretarias de Cultura, por sua vez, poderiam incentivar ações e projetos de promoção da leitura fora dos espaços escolares, levando para dentro dos grupos sociais atividades de leitura que os aproximem dos livros e dos diferentes gêneros literários, contribuindo para criar, fortalecer e ampliar as suas práticas de leitura. Por exemplo, podem organizar e apoiar eventos literários (saraus, feiras etc.), ações em espaços públicos (tais como praças literárias, distribuição de livros gratuitos ou a baixo custo, e sessões de leitura pública em parques, praças e centros comunitários, dentre outras) e grupos e clubes de leitura (tais como círculos de leitura, clubes de troca de livros, etc.), principalmente em áreas mais distantes (física ou socialmente) das bibliotecas públicas – tais como comunidades carentes, periferias e zonas rurais. Mas também podem inovar, atuando em espaços não convencionais – por exemplo, as experiências de acervos em pontos de transporte público (ônibus, metrô e trens), em estabelecimentos comerciais, em galerias comerciais de lojas populares, etc. O mais importante é aproximar os livros das pessoas, pensando não apenas em expô-los, mas também em distribuição de livros, leitura de obras em coletividade, contação de histórias, dentre outras formas de apresentar a leitura de modo mais descontraído e participativo.

Em todas essas alternativas, que não são concorrentes, pelo contrário, devem ser cumulativas, será importante averiguar a possibilidade (e o interesse dos partícipes) de que aqueles locais onde floresceu a experiência de leitura venham a se tornar “pontos de leitura”. Todas essas iniciativas precisam estar alinhadas com uma política maior de promoção da leitura, para que não se caia no ativismo de ter várias pequenas atividades que só dialogam com

alguns daqueles que já leem e não conseguem afetar novos leitores nem produzir algum impacto sobre novos grupos sociais. Para tal, será necessário orquestrar as iniciativas a partir da política, a qual precisa de um eixo de comunicação potente. Esse eixo deverá abranger campanhas de promoção da leitura que atuem desde a divulgação das atividades que estão acontecendo até a disputa pelo valor e lugar social da leitura na agenda pública.

Em termos de divulgação, seria importante os municípios criarem um “calendário de promoção da leitura”, onde haja informações sobre tudo o que está acontecendo relativo a livros e à leitura na cidade. Os eventos literários devem estar presentes, tais como bienais do livro, salão do livro, feiras literárias, encontro com autores, eventos de editoras, etc. A forma de apresentação desses eventos deve ser a mais convidativa possível, colaborando para estimular o interesse pela leitura. Essas informações precisam ser acessíveis, tanto do ponto de vista de pessoas com deficiências, quanto de diversidade de suportes, para que qualquer cidadão e cidadã possa ter acesso às mesmas, independentemente de possuir smartphone ou acesso à internet de banda larga.

Também é necessário haver esforços para incentivar a leitura nos ambientes domésticos. Ou seja, a criação de campanhas de promoção da leitura no ambiente familiar, que estimulem os moradores do domicílio a ler – todos eles, independente de faixa etária, e a compartilhar o que leem com os demais familiares ou moradores. As campanhas também podem anunciar onde estão as bibliotecas comunitárias e onde podem ter acesso a livros que possam ser compartilhados entre as famílias – tanto emprestados quanto recebidos por doação ou comprados a baixo preço.

Nesse quesito, a abordagem deve contemplar a diversidade, preocupando-se também com a inclusão social por meio da leitura. Para tal, será necessário pensar em atividades específicas para

peessoas com deficiências, como livros em Braille, audiolivros, livros digitais acessíveis, dentre outros. Mas também nas questões referentes a gênero, geração, cor/raça e etnia, bem como a classe social e os migrantes. Garantir o respeito e a valorização da diversidade também deve ser pensado nos eventos, equipamentos e acervos de leitura. Estes temas devem ser trabalhados também em seu aspecto de cidadania. A leitura é um elemento fundamental para a cidadania plena e deve propiciar conhecimento e reflexão sobre o mundo contemporâneo, seus problemas e seus desafios.

No que se refere ao valor social, a política de comunicação precisa dialogar com os valores e interesses dos diferentes grupos sociais que compõem o município ou o Estado. Isto demandará um portfólio de campanhas que envolvam conscientização e valorização da leitura. Para tal, a estratégia precisa ser multimídia, ou seja, abarcar rádios (principalmente as comunitárias), TVs, redes sociais e outros canais de comunicação, visando sensibilizar os diferentes grupos sociais sobre a importância da leitura – variando as abordagens para falar com todas as faixas etárias e públicos, incluindo povos tradicionais e populações do campo.

Essas peças de comunicação podem (e devem) também reconhecer e valorizar a produção de literatura local. Ao verem as obras de seus concidadãos, os munícipes podem ficar mais interessados em ler, bem como em se tornar escritores. A valorização da literatura local e regional é uma tônica que precisa estar presente não apenas nas campanhas de comunicação, mas em todas as ações das políticas de leitura – ou seja, na compra de livros, no apoio a encontro com leitores, nas feiras e eventos literários, dentre outras. As editoras e livrarias locais também devem ser alvo de ações de apoio, visando a valorização da leitura e também o fortalecimento do desenvolvimento local, por meio da economia criativa. Algumas ações que podem ser utilizadas para tal se referem aos prêmios

literários, aos concursos e colunas, em jornais locais, blogs ou spots para rádios e redes sociais, de promoção da literatura local e participação especial nos eventos culturais do município ou do Estado.

Tanto essas estratégias de comunicação quanto as demais ações das políticas de promoção da leitura precisam mobilizar parcerias e incentivar o envolvimento da sociedade civil. Reitera-se, então, a importância do mapeamento de quem está envolvido com leitura no território. Mas, também, novas parcerias podem e devem ser buscadas. Neste sentido, despontam as organizações não governamentais e os movimentos culturais e sociais que já atuam em prol da educação e da cultura nesse município ou Estado enquanto potenciais parceiros. Indo além, visando ampliar o alcance das ações de promoção da leitura, pode-se igualmente buscar apoio no setor privado. Essas empresas privadas poderão se dispor a financiar projetos literários, eventos e iniciativas de promoção da leitura, através de patrocínios ou doações de livros, mas também poderão colaborar cedendo espaços, auxiliando na organização das feiras e demais eventos, divulgando o calendário de atividades de leitura dos municípios em suas listas de colaboradores e de clientes, apoiando com transporte e alimentação, dentre outras formas. O principal é haver diálogo e essas formas de apoio se integrarem no plano maior da política de leitura municipal ou estadual.

## **7.9. ACOMPANHANDO E SUSTENTANDO A LEITURA**

Qualquer política de promoção da leitura que seja de Estado deve ter duas características desde seu desenho: sistema de monitoramento e avaliação, para conhecer o que está ocorrendo de fato e corrigir rumos durante o percurso, e formas de sustentabilidade, para elevar a viabilidade e a durabilidade desta política. Em relação

ao monitoramento e à avaliação, o primeiro desafio é a memória – devem-se criar registros de tudo o que está sendo feito, juntamente com as características de quem está participando e de quem está sendo beneficiado, a fim de averiguar se as sugestões a respeito de diversidade de iniciativas, parcerias e públicos estão sendo seguidas e respeitadas. O acompanhamento deve ser contínuo, para evitar os problemas identificados com a memória dos programas e as ações públicas do Governo do estado do Rio de Janeiro, apontados em capítulo anterior neste Guia.

Nas entrevistas foi sugerida a formação de grupos que incluam especialistas nas áreas, mas, também, representantes das comunidades. Esses grupos teriam a função de acompanhar essas políticas, as pesquisas quanti e qualitativas que forem realizadas (antes, durante e depois de cada programa) e as suas avaliações. Devem ser elaborados indicadores que sejam “eficientes”, segundo um dos entrevistados. Os critérios para monitoramento e avaliação precisam ser discutidos de forma “aberta, transparente e democrática”. Para tal, esses grupos necessitam contar com a participação também dos parceiros dos projetos e de seus usuários.

Uma ressalva importante se refere ao estabelecimento de mecanismos de monitoramento e avaliação das iniciativas implementadas. As formas e o processo de mensuração dos resultados dessas iniciativas precisam ser feitos com embasamento técnico-metodológico, mas também com participação social dos sujeitos que são os beneficiários dos programas e ações, pois são eles os principais interessados. Eles podem colaborar, principalmente, na dimensão qualitativa, fornecendo mais subsídios para outros modos de avaliar as experiências, para além dos tradicionais indicadores de aumento no número de leitores, na frequência de visitas às bibliotecas e na compra de livros. A participação desses sujeitos poderá favorecer o sistema de feedback, colaborando nas

avaliações contínuas para que os ajustes sejam tempestivos, visando o aperfeiçoamento das políticas de forma mais apropriada.

A criação de canais de comunicação perenes com os grupos sociais envolvidos, com os gestores e os partícipes, facilita a compreensão dos efeitos da política e na verificação de suas potências e fragilidades, bem como na correta reação a cada uma dessas identificações, agilizando redesenhos e novas iniciativas. Tais elementos visam fortalecer a política de promoção da leitura enquanto um mecanismo orgânico e dinâmico, tornando-se parte da vivência dos grupos sociais envolvidos e permitindo que essa política pública cumpra seu papel social. Assim, ela realmente se constituirá como política de Estado.

Neste quesito, a sustentabilidade da política é um desafio a ser enfrentado. Em primeiro lugar, deve-se procurar fontes de financiamento estáveis. Alguns municípios do estado do Rio de Janeiro não possuem arrecadação suficiente para fazer frente a seus gastos obrigatórios, fazendo-os dependentes de transferências dos governos Estadual e Federal. Mas há aqueles municípios que possuem verba suficiente e outros que contam com royalties do petróleo. Cada um desses deve pensar em como tornar suas políticas de leitura sustentáveis. Daí depreende-se a importância de os governos Estadual e Federal terem ações de apoio às políticas de promoção da leitura locais. Um caminho interessante pode ser percorrido via confecção de fundo específico, financiamento coletivo ou mesmo incentivos fiscais para empresas que sejam parceiras de ações que constem das políticas de leitura locais.

O desenvolvimento de parcerias institucionais também tem se mostrado uma possibilidade – mediante acordos, convênios e termos de parceria, dentre outros (desde que deixem claro os papéis de cada integrante, com metas claras). Pode-se formar redes de colaboração, as quais abrangem outras esferas de governos executivos, Poderes

Legislativo e Judiciário, mas também redes escolares, Universidades, organizações não governamentais, instituições religiosas e privadas. O mais importante é a formalização dessas parcerias e a articulação das mesmas dentro da política maior, para que faça sentido e realmente contribua para uma política de promoção da leitura longa, mas, ao mesmo tempo, plástica, ou seja, que se renova e se adapta à contemporaneidade.

Uma das entrevistadas destacou que a busca por participação deve ser pensada não apenas em termos de apoio financeiro, mas em real parceria, desde o desenho da política. Outra lembrou o papel estratégico dos planos estadual e municipais de livro, leitura, literatura e bibliotecas. O estado do Rio de Janeiro já teve uma ação específica para apoiar o desenvolvimento desses planos nos municípios. As novas gestões poderiam retomar essa iniciativa. Também, devem buscar apoio técnico e participação social, a fim de elaborarem bons planos de leitura, com propostas e metas claras e investimento explicitado (e garantido). As parcerias podem ajudar nisto também. Outra sugestão foi realizar campanhas específicas para esclarecer e mobilizar essas parcerias.

## 7.10. CONSELHOS DE QUEM CONHECE O CAMPO DA LEITURA

Em suma, as recomendações dos entrevistados vão desde iniciativas mais abrangentes, que dependeriam de política nacional, até questões mais pragmáticas, que podem ser executadas localmente com facilidade, passando por mudanças sociais profundas nos valores e crenças. Em relação às questões pertinentes ao Governo Federal, já existem a PNLE e o PNLL, cabe fazer pressão social para que eles sejam efetivamente implementados. Quanto às mudanças sociais mais amplas, elas dependem das políticas bem desenhadas,

com escala, escopo e perenidade, para poderem ser provocadas à mudança. No que se refere a questões pragmáticas locais, vale retomar alguns pontos.

Primeiro, ouvir as pessoas que estão atuando na promoção da leitura no território, reconhecê-las, valorizá-las, apoiá-las e chamá-las para montar a política juntos. Segundo, formação permanente de mediadores e agentes de leitura. Terceiro, acervos de qualidade que sejam acessíveis e estejam disponíveis para a população. Quarto, atuar com a rede escolar, a rede de equipamentos e projetos culturais e outros espaços, mobilizando-os para integrarem a política de promoção da leitura. Quinto, monitorar, avaliar e dar respaldo institucional para o que funciona, principalmente no tocante à continuidade. Sexto, considerar a política de leitura uma prioridade de Estado, mobilizando governo e sociedade civil para que assim seja. Sétimo, ter acervo e livro barato próximo das pessoas, com mediação de leitura e farta informação sobre livro e leitura.

Em relação a chegar mais perto dos cidadãos e cidadãs, a estratégia de apoio a bibliotecas públicas e comunitárias se sobressai. Mas precisa ter recursos, infraestrutura, atualização permanente de acervo e pessoal formado para trabalhar com mediação e promoção cultural. Também, precisam estar articuladas com a rede escolar – em especial, suas bibliotecas e salas de leitura. Mais especificamente em relação a pessoal, a criação de apoio para a realização de estágios para graduandos de licenciaturas nesses espaços públicos de leitura foi uma sugestão de uma das entrevistadas. Também foi destacado por outro entrevistado a necessidade de apoiar os contadores de história e os escritores locais. A estratégia de concursos e premiações foi vista com bons olhos – desde que faça parte de uma estratégia maior: a política de promoção da leitura. Porém, o principal, ressaltou um dos entrevistados, é que as medidas tomadas saiam do campo discursivo e sejam realmente praticadas.

Também foi sublinhada a necessidade urgente de maior interesse do poder público no tema. As boas ideias precisam ser transformadas em política pública de Estado, completa e com sustentabilidade, ancoradas em um compromisso real de toda a sociedade. E precisa haver cobrança por parte dessa mesma sociedade diante do poder público no tocante à execução dessa política. Sua implementação depende de vontade política, mas também de mobilização permanente da sociedade civil.

Todas essas sugestões visam provocar e colaborar principalmente com os gestores públicos do estado do Rio de Janeiro, com o intuito de (re)desenharem uma política de promoção da leitura que seja de Estado, que atenda às especificidades e interesses de suas populações, compostas por diferentes grupos, respeitando suas diversidades, e que crie um ambiente propício à leitura, ativando todo seu potencial para colaborar com o desenvolvimento cultural, educacional e social do Estado.

## 8. LENDO O FUTURO: POR POLÍTICAS PÚBLICAS DE LEITURA

**A**s informações e reflexões trazidas neste Guia servem de provocação para que se pense melhor a leitura, a partir de iniciativas públicas que a promovam enquanto direito de cada cidadão e cidadã fluminense. A urgência de políticas públicas de leitura fica patente ao longo do Guia, bem como a necessidade de se formular políticas de Estado que sejam realmente perenes e que trabalhem na perspectiva de afetar as práticas sociais, considerando e valorizando a diversidade social no Estado e em cada município do Rio de Janeiro.

Também fica claro que qualquer iniciativa só colherá bons frutos se realmente considerar a base social da construção das práticas de (não) leitura. As motivações dos sujeitos precisam ser levadas em consideração e há de se dialogar com esses mesmos sujeitos, a partir de suas diferentes realidades, em busca de um desenho dialogado de política pública, onde as várias vozes sejam ouvidas, respeitadas e atendidas. Só assim a política pública realmente ganhará um caráter republicano.

Igualmente clara fica a necessidade de se pensar qualquer política de leitura a partir da base comunitária. É na localidade que a vida acontece. É a partir dos sujeitos locais que as práticas sociais se constroem e são exercitadas. As experiências com programas de

leitura ao longo do tempo deixam evidente que a participação popular é o elemento chave para seu sucesso. Participação esta que não pode ser pensada de forma passiva. Pelo contrário, é o protagonismo dos agentes do território que torna qualquer programa de promoção da leitura bem-sucedido. Neste sentido, a primeira e principal ação governamental para se pensar política pública para leitura é conhecer as iniciativas existentes, reconhecendo e valorizando-as, ao trabalhar a partir delas e com elas, enquanto vozes ativas de todo o processo de elaboração e implementação da política pública.

Outro aspecto relevante para o desenho de políticas de leitura é o conhecimento dos perfis dos moradores, por território. Eles leem? O que leem? Quando leem? Por que leem? Por que não leem? Estas e outras perguntas precisam ser feitas aos cidadãos, para que se entendam as potencialidades e as dificuldades que a política pública irá enfrentar ou se valerá para promover a leitura. Contudo, conhecer o público vai além, pois se trata de conhecê-los para reconhecer seu protagonismo na confecção da política, na sua implementação e também na sua avaliação e aperfeiçoamento. Qualquer ação governamental que se descole dos perfis dos cidadãos, dos territórios e de suas especificidades, das atividades e iniciativas já existentes, não dando voz àqueles que já promovem a leitura, ainda que de forma micro, em sua localidade, está fadada ao fracasso.

A leitura é um fator chave na sociedade contemporânea, dita a informação e o conhecimento, mas ela vai além, pois é um fator sem o qual nenhum desenvolvimento social será realmente efetivo. Pensar um município, um estado ou um país desenvolvido requer atuar para que cada cidadão seja um leitor pleno. E, claro, deixar a ele a escolha de como exercitar essa capacidade de leitura. A leitura nunca deve ser abordada como uma obrigação a ser imposta ao sujeito, de cima para baixo. Porém, sem ela, não há como se pensar em cidadania plena.

Cabe aos governos cumprir o texto constitucional e garantir os direitos à educação e à cultura, de forma plena, a cada cidadão e cidadão. A sociedade civil, por sua vez, também possui um papel neste processo, que deve ser ativo, propondo, participando de cada fase da política pública, avaliando-a e dando retorno aos governos sobre o que está dando certo, o que está faltando e o que pode ser melhorado. Diante do enorme desafio das realidades do país, será preciso que todos atuem juntos pela promoção da leitura, de forma orquestrada e harmoniosa. Sem competições ou partidarismos, mas tendo em mente o dever constitucional de promoção da leitura, de forma democrática e republicana.

Este primeiro volume traz contribuições para a construção de políticas de leitura que atendam a essas necessidades, tanto do ponto de vista de garantia de direitos quanto de desenvolvimento social. Para tal, focou em políticas públicas, em especial aquelas que figuraram no principal instrumento de planejamento governamental das últimas décadas no Brasil: os planos plurianuais. A análise foi realizada com foco no Estado do Rio de Janeiro, mas pode ser transposta para municípios, respeitadas as devidas especificidades.

Este é o volume I. Haverá continuidade da pesquisa e outro volume será produzido, com detalhamento de projetos, editais e outras iniciativas realizados no Estado do Rio de Janeiro, a fim de complementar as informações e propiciar mais contribuições para a elaboração, o desenvolvimento e o aperfeiçoamento das políticas públicas de leitura no Rio de Janeiro.

Continue lendo!

## 9. ONDE SABER MAIS?

### REFERÊNCIAS

AMBIENTEBRASIL. **Arca das Letras**. S.d. Disponível em: <[https://ambientes.ambientebrasil.com.br/educacao/programas\\_ambientais/arca\\_das\\_letras.html](https://ambientes.ambientebrasil.com.br/educacao/programas_ambientais/arca_das_letras.html)>. Acesso em: 25 mai. 2022.

AMORIM, G. **Retratos da leitura no Brasil**. São Paulo: Instituto Pró-Livro e Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2008.

AMORIM, S. R. **A abordagem da cidadania cultural na formulação do Plano Nacional do Livro e Leitura – PNLL**. Dissertação (Mestrado Profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais). Programa de Pós-graduação em História, Política e Bens Culturais da Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2009.

ANJOS, G.; PASSIANI, E.; e SALOM, J. S. Para um país de leitores: uma análise do Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL). **Indic. Econ. FEE**, Porto Alegre, v. 43, n. 3, pp. 97-110, 2016.

ARRETCHE, M. Federalismo e políticas sociais no Brasil: problemas de coordenação e autonomia. **São Paulo em Perspectiva**, v. 18, n. 2, pp. 17-26, 2004.

AUGÉ, M. **Por uma Antropologia dos mundos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

BALL, S.; MAGUIRE, M.; and BRAUN, A. **How Schools do Policy: Policy Enactments in Secondary Schools**. London: Routledge, 2012.

BALL, S.; MAINARDES, J. (Orgs.). **Políticas Educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2011.

BATISTA, A.; GALVÃO, A. **Leitura: práticas, impressos, letramentos**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

BOURDIEU, P. **Pierre Bourdieu**: Sociologia. Renato Ortiz (Org.). São Paulo: Ática, 1983.

BOURDIEU, P. & CHAMPAGNE, P. Os excluídos do interior. *In*: Pierre Bourdieu (Org.). **A Miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1999.

BRASIL, FBN – Fundação Biblioteca Nacional. **Buriti** - Revista PROLER – Programa Nacional de Incentivo à Leitura. Rio de Janeiro, FBN, Ano 1, n. 1. 2009.

BRASIL, FBN – Fundação Biblioteca Nacional. **Buriti** - Revista PROLER – Programa Nacional de Incentivo à Leitura. Rio de Janeiro, FBN, Ano 1, n. 2. 2009.

BRASIL, FBN – Fundação Biblioteca Nacional. **Casa da Leitura**. Presença de uma ação. Rio de Janeiro: FBN, 2009.

BRASIL, FBN – Fundação Biblioteca Nacional. **Coleção Cursos da Casa da Leitura 1**. Rio de Janeiro: FBN, 2009.

BRASIL, FBN – Fundação Biblioteca Nacional. **Coleção Cursos da Casa da Leitura 2**. Rio de Janeiro: FBN, 2009.

BRASIL, FBN – Fundação Biblioteca Nacional. **Coleção Cursos da Casa da Leitura 3**: práticas leitoras. Rio de Janeiro: FBN, 2009.

BRASIL, FBN – Fundação Biblioteca Nacional. **Coleção Cursos da Casa da Leitura 4**: métodos de leitura. Rio de Janeiro: FBN, 2009.

BRASIL, FBN – Fundação Biblioteca Nacional. **Coleção Cursos da Casa da Leitura 5**: gêneros e leituras da literatura. Rio de Janeiro: FBN, 2009.

BRASIL, FBN – Fundação Biblioteca Nacional. **Coleção Cursos da Casa da Leitura 6**: desafios na formação de mediadores de leitura. Rio de Janeiro: FBN, 2010.

BRASIL, FBN – Fundação Biblioteca Nacional. **Coleção Cursos da Casa da Leitura 7**: mediação e leituras literárias do Brasil. Rio de Janeiro: FBN, 2010.

BRASIL, FBN – Fundação Biblioteca Nacional. **Coleção Cursos da Casa da Leitura 8**: biblioteca e mediação da leitura. Rio de Janeiro: FBN, 2010.

BRASIL, FBN – Fundação Biblioteca Nacional. **Coleção Cursos da Casa da Leitura 9**: leitura, memória e cidadania. Rio de Janeiro: FBN, 2010.

BRASIL, FBN – Fundação Biblioteca Nacional. **Programa Nacional de Incentivo à Leitura**. Projeto. Rio de Janeiro: FBN, junho, 1991.

BRASIL, INEP. Educação de Jovens e Adultos. **Em Aberto**, Brasília, INEP, v. 22, n. 82, 2009.

BRASIL. MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Reordenamento Agrário. **Programa de Bibliotecas Rurais Arca das Letras**: manual. Brasília: MDA/Secretaria de Reordenamento Agrário, 2013.

BRASIL, MEC – Ministério da Educação. **Coleção Literatura para Todos**. Brasília: MEC, 2006.

BRASIL, MEC – Ministério da Educação. **Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE)**: leitura e bibliotecas nas escolas públicas brasileiras. Secretaria de Educação Básica, Coordenação-Geral de Materiais Didáticos; elaboração Andréa Berenblum e Jane Paiva. Brasília: MEC, 2008.

BRASIL, MINC – Ministério da Cultura. **Mapa da Cultura**. Plataforma livre, colaborativa e interativa de mapeamento cultural brasileiro. Brasília: Ministério da Cultura, s.d. Disponível em: <<https://mapa.cultura.gov.br/projetos/#list>>. Acesso em: 22 nov. 2024.

BRASIL; MINC – Ministério da Cultura; MEC – Ministério da Educação. **Caderno do PNLL** – Estado e sociedade atuando pelo desenvolvimento da leitura no Brasil. Edição atualizada 2010. Brasília: MinC, MEC, 2010.

BRASIL. PROLER. **Estrutura política e funcional**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1995. *mimeo*

CASTRILLÓN, S. **O direito de ler e de escrever**. Rio de Janeiro: Pulo do Gato, 2011.

CELESNAH, X. **Biblioteca Digital nas Escolas: um Novo Horizonte para o Conhecimento**. S.d. Disponível em: <<https://www.edukante.com/sistemas-gestao-escolar/biblioteca-digital-nas-escolas.aspx>>. Acesso em: 25 out. 2024.

CHARLOT, B. Relação com a escola e o saber nos bairros populares. **Perspectiva**, v. 20, n. Especial. Florianópolis, pp. 17-34, jul./dez. 2002.

CHARTIER, A. Leitura escolar entre pedagogia e sociologia. **Revista Brasileira de Educação**, nº 0, pp. 17-52, set./out./nov./dez. 1995.

CHARTIER, A. Os modelos contraditórios da leitura entre formação e consumo. Da alfabetização à cultura de massa. **História da Educação**. ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, n. 13, pp. 35-49, abr. 2003.

CHARTIER, A.; HÉBRARD, J. **Discursos sobre a leitura – 1880-1980**. São Paulo: Ática, 1995.

CHARTIER, R. **A Aventura do livro - do leitor ao navegador**. São Paulo: UNESP, 1998.

CHARTIER, R. (Org.). **Práticas de leitura**. São Paulo: Estação da Liberdade, 2011.

CORSINO, P.; VILELA, R.; TRAVASSOS, S. Reflexões sobre políticas de livro e leitura de secretarias municipais de educação do Estado do Rio de Janeiro. **Estudos de literatura brasileira contemporânea**, n. 50, pp. 351-377, jan./abr. 2017.

COSTA, A. F. (Coord). **Avaliação do Plano Nacional de Leitura: os primeiros cinco anos**. Avaliação Externa do Plano Nacional de Leitura. CIES – Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa. Lisboa: CIES-ISCTE, 2011.

COSTA, A. F.; PEGADO, E.; ÁVILA, P. **Avaliação do Plano Nacional de Leitura**. CIES-ISCTE, Ministério da Educação. Lisboa: Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação (GEPE), 2008.

COULANGEON, P. **Sociologia das práticas culturais**. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2014.

COUTINHO, M. J. V. **Crises Institucionais e Mudança Política na América do Sul**. Tese (Doutorado em Ciências Políticas). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro – IUPERJ, Rio de Janeiro: 2005.

DARNTON, R. **O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DATAANGEL. Policy Research Incorporated. Ministério da Educação de Portugal. **A dimensão económica da literacia em Portugal: uma análise**. Lisboa: Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação (GEPE), 2009.

DERY, D. Agenda Setting and Problem Definition. **Policy Studies**, v. 21, n. 1, pp. 37-47, 2000.

DUBET, F. **As desigualdades multiplicadas**. Ijuí/RS: Unijuí, 2003.

EARP, F. S.; KORNIS, G. **A economia da cadeia produtiva do Livro**. Rio de Janeiro: BNDES, 2005.

ELIAS, N. **Mozart: sociologia de um gênio**. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

FAILLA, Z. (Org.). **Retratos da leitura no Brasil 3**. São Paulo: Instituto Pró-Livro e Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2012.

FAILLA, Z. **Retratos da leitura no Brasil 4**. Rio de Janeiro: Sextante, 2016.

FAILLA, Z. **Retratos da leitura no Brasil 5**. Rio de Janeiro: Instituto Pró-Livro, Sextante 2021.

FERRARO, A. **História inacabada do analfabetismo no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.

FERREIRA, N. **A Pesquisa sobre leitura no Brasil - 1980-1995**. Campinas: Komedi, 2003.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 23 ed. São Paulo: Cortez, 1989.

FREIRE, P. **La educación como práctica de la libertad**. España: Siglo XXI, 2009.

FREIRE, P.; MACEDO, D. **Alfabetização**: leitura do mundo, leitura da palavra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

GEERTZ, C. Arte como um sistema cultural. *In*: GEERTZ, C. **O saber local**. Petrópolis: Vozes, 2006. pp. 142-181.

HENRIQUES, R.; BARROS, R.; AZEVEDO, J. (Orgs.). **Brasil alfabetizado**: caminhos da avaliação. Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad/MEC), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2006.

IFLA & UNESCO. **Manifesto da IFLA/UNESCO sobre bibliotecas públicas**. Paris: IFLA/UNESCO, 1994. Disponível em: <<https://repository.ifla.org/items/5d91650a-6289-478f-bc3b-02782c66b67d>>. Acesso em: 12 mar. 2022.

IPM/IBOPE; AÇÃO EDUCATIVA. **INAF BRASIL 2011** Principais resultados. São Paulo: IPM/IBOPE, Ação Educativa, 2013.

KALMAN, J. Cultura escrita – el aprendizaje de la lectura y la escritura para su uso en la vida cotidiana. **Decisio**. pp. 3-9. Invierno, 2003a.

KALMAN, J. El acceso a la cultura escrita: la participación social y la apropiación de conocimientos en eventos cotidianos de lectura y escritura. **Revista Mexicana de Investigación Educativa**, Consejo Mexicano de Investigación Educativa, v. VIII, n. 17, pp. 37-66, enero-abril, 2003b.

KALMAN, J. **Saber lo que es la letra**, una experiencia de lectoescritura con mujeres de Mixquic. México: Siglo XXI Editores, Secretaría de Educación Pública de México, DF, 2004.

LAGES, M. F.; LIZ, C.; ANTÓNIO, J. H. C.; CORREIA, T. S. **Os estudantes e a leitura**. Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação (GEPE). Lisboa: Ministério da Educação, 2007.

MACIEL, I. Resenha da Coleção Literatura para Todos. **Revista Brasileira de Educação** v. 12, n. 36, pp. 537-540, set./dez. 2007.

MAGALHÃES, S. Bibliotecas rurais Arca das Letras: proposta de reflexão sobre o programa. **Repositório FEBAB**, 2015. Disponível em: <<http://repositorio.febab.org.br/items/show/1369>>. Acesso em: 24 mar. 2022.

MAINARDES, J.; e MARCONDES, M. I. Entrevista com Stephen J. Ball: um diálogo sobre justiça social, pesquisa e política educacional. **Educ. & Soc.**, Campinas, vol. 30, n. 106, pp. 303-318, jan./abr. 2009.

MINAYO, M. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

MOREIRA, M.; PETRY, O. Políticas públicas para biblioteca escolar na educação infantil: uma análise. **Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional**, Curitiba, v. 17, n. 45, pp. 126-148, 2022.

MORTATTI, M. **Os sentidos da alfabetização**: São Paulo 1876/1994. São Paulo: UNESP; Brasília: MEC, INEP, COMPED, 2000.

MOZER, J. **Gestão Pública em Livro e Leitura**: revisitando o projeto Uma Biblioteca em cada Município. Dissertação (Mestrado em Administração Pública). Escola de Administração de Empresas, Fundação Getúlio Vargas. São Paulo, 2006.

NETO, J. (Org). **PPLL: textos e história – 2006-2010**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

NEVES, J. S. A leitura em Portugal: perfis e tipos de leitores. *In*: Congresso Português de Sociologia, 6, 2008. **Anais [...]**. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 25 a 28 de junho de 2008.

NOVO, A. **Um modelo prospectivo da primeira biblioteca digital escolar do município do Rio de Janeiro**: reflexões, proposições e desafios. Dissertação (Mestrado Profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais). Escola de Ciência Sociais, Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2023.

OECD. **21st-Century Readers: Developing Literacy Skills in a Digital World**, PISA. Paris: OECD Publishing, 2021.

OECD. **Education at a Glance 2017: OECD Indicators**, OECD Publishing, Paris: 2017.

OECD. **PISA em foco**. OCDE, n. 8, set., 2011. Disponível em: <[http://download.inep.gov.br/acoes\\_internacionais/pisa/pisa\\_em\\_foco/2011/pisa\\_em\\_foco\\_n8.pdf](http://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/pisa/pisa_em_foco/2011/pisa_em_foco_n8.pdf)>. Acesso em: 05 jan. 2022.

OECD. Reading Framework. *In*: OECD. **PISA 2012 Assessment and Analytical Framework: Mathematics, Reading, Science, Problem Solving and Financial Literacy**. OECD Publishing, 2013. pp. 59-95.

OLIVEIRA, A. Burocratas da linha de frente: executores e fazedores das políticas públicas. **Rev. Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 6, pp. 1551-1573, nov./dez. 2012.

ORLANDI, E. **As formas do silêncio**. Campinas: Unicamp, 1993.

ORLANDI, E. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2005.

PAIVA, J. **Educação de Jovens e Adultos: direito, concepções e sentidos**. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense (UFF). Niterói, 2005.

PAIVA, J.; BERENBLUM, A. Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) uma avaliação diagnóstica. **Pro-Posições**, Campinas, v. 20, n. 1 (58), pp. 173-188, jan./abr. 2009.

PENNAC, D. **Como una novela**. Barcelona-España: Anagrama, 2020.

PERROTI, E. **Confinamento cultural, infância e leitura**. São Paulo: Summus, 1990.

PETIT, M. **El arte de la lectura en tiempos de crisis**. México: Oceano Travesía, 2009.

PETIT, M. **Lecturas**: del espacio íntimo al espacio público. México: Fondo de Cultura Económica, 2001.

PORTUGAL; PLANO NACIONAL DE LEITURA. **Relatório de Atividades** – 3.º Ano. 2008-2009. Lisboa: Plano Nacional de Leitura, 2009.

PROCÓPIO, E. **Construindo uma Biblioteca Digital**. São Paulo: El - Edições Inteligentes, 2004.

RAMOS, R. Culturas da alfabetização e culturas do analfabetismo em Portugal: uma introdução à história da alfabetização no Portugal contemporâneo. **Análise Social**, v. XXIV, n. 103-104, v. 4º, 5º, pp. 1067-1145, 1988.

RIBEIRO, V. (Org). **Letramento no Brasil**. São Paulo: Global, 2003.

RIO DE JANEIRO (Estado). Secretaria de Estado de Finanças, Controladoria Geral do Estado. **Contas de Gestão de 2002**. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Finanças, Controladoria Geral do Estado, 2003.

RIO DE JANEIRO (Estado). Secretaria de Estado de Finanças, Controladoria Geral do Estado. **Contas de Gestão de 2003**. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Finanças, Controladoria Geral do Estado, 2004.

RIO DE JANEIRO (Estado). Secretaria de Estado de Finanças, Controladoria Geral do Estado. **Contas de Gestão de 2004**. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Finanças, Controladoria Geral do Estado, 2005.

RIO DE JANEIRO (Estado). Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG. **Relatório dos produtos das ações 2005**. PPA – Plano Plurianual 2004-2007. Rio de Janeiro: SEPLAG, 2006.

RIO DE JANEIRO (Estado). Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG. **Relatório dos produtos das ações realizadas 2006**. PPA – Plano Plurianual 2004-2007. Rio de Janeiro: SEPLAG, 2007.

RIO DE JANEIRO (Estado). Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG. **Relatório das realizações dos programas fina-**

**Índices do PPA em 2007.** PPA – Plano Plurianual 2004-2007. Rio de Janeiro: SEPLAG, 2008.

RIO DE JANEIRO (Estado). Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG. **Relatório das realizações dos programas finais do PPA em 2008.** PPA – Plano Plurianual 2008-2011. Rio de Janeiro: SEPLAG, 2009.

RIO DE JANEIRO (Estado). Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG. **Relatório das Ações Realizadas em 2009.** PPA – Plano Plurianual 2008-2011. Rio de Janeiro: SEPLAG, 2010.

RIO DE JANEIRO (Estado). Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG. **Relatório das Ações Realizadas em 2010.** PPA – Plano Plurianual 2008-2011. Rio de Janeiro: SEPLAG, 2011.

RIO DE JANEIRO (Estado). Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG. **Relatório das Ações Realizadas em 2011.** PPA – Plano Plurianual 2008-2011. Relatório 3º quadrimestre de 2011. Rio de Janeiro: SEPLAG, 2012.

RIO DE JANEIRO (Estado). Secretaria de Planejamento e Gestão – SEPLAG. **Relatório das Ações Realizadas.** PPA – Plano Plurianual 2012-2015. Relatório anual 2012. Rio de Janeiro: SEPLAG, 2013.

RIO DE JANEIRO (Estado). Secretaria de Planejamento e Gestão – SEPLAG. **Relatório das Ações Realizadas.** PPA – Plano Plurianual 2012-2015. Relatório anual 2013. Rio de Janeiro: SEPLAG, 2014.

RIO DE JANEIRO (Estado). Secretaria de Planejamento e Gestão – SEPLAG. **Relatório das Ações Realizadas.** PPA – Plano Plurianual 2012-2015. Relatório anual 2014. Rio de Janeiro: SEPLAG, 2015.

RIO DE JANEIRO (Estado). Secretaria de Planejamento e Gestão – SEPLAG. **Relatório das Ações Realizadas.** PPA – Plano Plurianual 2012-2015. Relatório anual 2015. Rio de Janeiro: SEPLAG, 2016.

RIO DE JANEIRO (Estado). Secretaria de Fazenda e Planejamento – SEPLAG. **Relatório das Ações Realizadas**. PPA – Plano Plurianual 2016-2019. Relatório anual de 2016. Rio de Janeiro: SEPLAG, 2017.

RIO DE JANEIRO (Estado). Secretaria de Fazenda e Planejamento – SEPLAG. **Relatório das Ações Realizadas**. PPA – Plano Plurianual 2016-2019. Relatório anual de 2017. Rio de Janeiro: SEPLAG, 2018.

RIO DE JANEIRO (Estado). Secretaria da Casa Civil e Governança. **Relatório das Ações Realizadas**. PPA – Plano Plurianual 2016-2019. Relatório anual de 2018. Rio de Janeiro: Secretaria da Casa Civil e Governança, 2019.

RIO DE JANEIRO (Estado). Secretaria da Casa Civil e Governança. **Relatório das Ações Realizadas**. PPA – Plano Plurianual 2016-2019. Relatório anual de 2019. Rio de Janeiro: Secretaria da Casa Civil e Governança, 2020.

RIO DE JANEIRO (Estado). Secretaria de Planejamento e Gestão – SEPLAG. Relatório de acompanhamento anual de 2020. PPA – Plano Plurianual 2020-2023. *In*: RIO DE JANEIRO (Estado). Secretaria de Fazenda. **Contas de Governo Exercício de 2020**. v. 9. Relatório de realizações dos programas finalísticos do Plano Plurianual. Rio de Janeiro: Secretaria da Fazenda, 2021.

RIO DE JANEIRO (Estado). Secretaria de Planejamento e Gestão – SEPLAG. Relatório de acompanhamento anual de 2021. PPA – Plano Plurianual 2020-2023. *In*: RIO DE JANEIRO (Estado). Secretaria de Fazenda. **Contas de Governo Exercício de 2021**. v. 9. Relatório de realizações dos programas finalísticos do Plano Plurianual. Rio de Janeiro: Secretaria da Fazenda, 2022.

RIO DE JANEIRO (Estado). Secretaria de Planejamento e Gestão – SEPLAG. Relatório de acompanhamento anual de 2022. PPA – Plano Plurianual 2020-2023. *In*: RIO DE JANEIRO (Estado). Secretaria de Fazenda. **Contas de Governo Exercício de 2022**. v. 8. Relatório de realizações dos programas finalísticos do Plano Plurianual. Rio de Janeiro: Secretaria da Fazenda, 2023.

RIO DE JANEIRO (Estado). Secretaria de Planejamento e Gestão – SEPLAG. Relatório de acompanhamento anual de 2023. PPA – Plano Plurianual 2020-2023. In: RIO DE JANEIRO (Estado). Secretaria de Fazenda. **Contas de Governo Exercício de 2023**. v. 6. Relatório de realizações dos programas finalísticos do Plano Plurianual. Rio de Janeiro: Secretaria da Fazenda, 2024.

RIO DE JANEIRO (Estado). Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro – TCE-RJ. **Contas de Gestão do Governador 1996**. Rio de Janeiro: TCE-RJ, 1997.

RIO DE JANEIRO (Estado). Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro – TCE-RJ. **Contas de Gestão do Governador 1997**. Rio de Janeiro: TCE-RJ, 1998.

RIO DE JANEIRO (Estado). Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro – TCE-RJ. **Contas de Gestão do Governador 1998**. Rio de Janeiro: TCE-RJ, 1999.

RIO DE JANEIRO (Estado). Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro – TCE-RJ. **Contas de Gestão do Governador 1999**. Rio de Janeiro: TCE-RJ, 2000.

RIO DE JANEIRO (Estado). Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro – TCE-RJ. **Contas de Gestão do Governador – Exercício de 2000**. Rio de Janeiro: TCE-RJ, 2001.

RIO DE JANEIRO (Estado). Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro – TCE-RJ. **Contas de Gestão do Governador – Exercício de 2001**. Rio de Janeiro: TCE-RJ, 2002.

ROSA, F.; ODDONE, N. Políticas públicas para o livro, leitura e biblioteca. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 35, n. 3, pp. 183-193, set./dez. 2006.

ROJO, R. **Letramentos múltiplos, escola e inclusão social**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

SANTOS, A. A nova perspectiva para as bibliotecas públicas, o livro e a leitura: discutindo as políticas públicas culturais no Brasil. **XXV**

**Congr. Bras. de Bibliot., Doc. e Ciência da Inf.** – Florianópolis, SC, 07 a 10 de julho de 2013.

SANTOS, G.; AMARAL, S. Rede de conhecimento digital (BEDNet): metodologia para a construção da rede de bibliotecas escolares digitais. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, Nova Série, São Paulo, v. 2, n. 1, pp. 57-82, jan./jun. 2006.

SANTOS, M. (Coord). **A leitura em Portugal**. Ministério da Educação. Lisboa: Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação (GEPE), 2007.

SERRA, E.; GUEDES, A. **A Formação de Leitores Literários na Escola Pública Brasileira**. São Paulo: Instituto C&A e Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil (FNLIJ), 2011. Disponível em: <<https://sinapse.gife.org.br/download/a-formacao-de-leitores-literarios-na-escola-publica-brasileira>>. Acesso em: 23 abr. 2022.

SHIROMA, E.; CAMPOS, R.; GARCIA, R. Decifrar textos para compreender a política: subsídios teórico-metodológicos para a análise de documentos. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 23, n. 2, pp. 427-446, jul./dez. 2005.

SILVA, A. G. Bibliotecas parque no Rio de Janeiro: breve histórico. **Ponto de Acesso**, Salvador, v.10, n.1, pp. 32-45, abr. 2016.

SILVA, R. Leitura, biblioteca e política de formação de leitores no Brasil. **Brazilian Journal of Information Science**, v. 3, n. 2, pp. 75-92, jul./dez. 2009.

SOARES, C. Arca das Letras: bibliotecas públicas rurais no Brasil. *In: Congresso Internacional La Biblioteca Pública: un continente entre los continentes*, 2007. Medellín: Bibliotextos, 2007. Disponível em: <<http://bibliotextos.files.wordpress.com/2012/03/programa-arca-das-letras.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2022.

SOARES, M. **Alfabetização e Letramento**. São Paulo: Contexto, 2008.

SOARES, M. **Letramento**: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

SOARES, M. Novas práticas de leitura e escrita: letramento na cibercultura. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 81, pp. 143-160, dez. 2002.

SORJ, B.; GUEDES, L. Exclusão digital: problemas conceituais, evidências empíricas e políticas públicas. **Novos Estudos Cebrap**, n. 72, pp. 101-117, jul. 2005.

STREET, B. **Letramentos Sociais**. Abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação. São Paulo: Parábola, 2014.

SUISSO, C.; GALIETA, T. Relações entre leitura, escrita e alfabetização/letramento científico: um levantamento bibliográfico em periódicos nacionais da área de ensino de ciências. **Ciênc. Educ.**, Bauru, v. 21, n. 4, pp. 991-1009, 2015.

TELES, J. Onde estão os jovens e adultos nas políticas de leitura? *In*: Reunião Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd, 39, 2019. **Anais [...]**. S.l.: ANPEd, 2019.

TELES, J. Políticas de leitura e os jovens e adultos neoleitores: desafios e possibilidades. *In*: Seminário Internacional de Políticas Culturais, 11, 2020. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa-UNESCO, 2020.

TELES, J. Aspectos sociais da motivação para leitura entre jovens e adultos. **Revista Internacional de Educação de Jovens e Adultos**, v. 01, n. 02, pp. 77-88, jul./dez. 2018.

TELES, J. **O ciclo de políticas de leitura e os jovens e adultos no Brasil do século XXI**. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense (UFF). Niterói, 2018.

TFOUNI, L. **Letramento e Alfabetização**. São Paulo: Cortez, 2010.

TIEPOLO, E. V. **Neoleitores no Brasil alfabetizado**. S.l., s.d. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=751-neoleitor-resumido-elisiani1&category\\_slug=documentos-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=751-neoleitor-resumido-elisiani1&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em: 19 jan. 2022.

UNESCO; MEC. **Marco de Ação de Belém**. Brasília: UNESCO, MEC, 2010.

UNICAMP. **Levantamento de pesquisas sobre leitura no Brasil de 1980 a 2000**. S.l., s.d. Disponível em: <[http://www.fe.unicamp.br/alle/catalogo\\_on-line/abrir.swf](http://www.fe.unicamp.br/alle/catalogo_on-line/abrir.swf)>. Acesso em: 03 fev. 2022.

VERSIANI, D.; YUNES, E.; e CARVALHO, G. **Manual de reflexões sobre boas práticas de leitura**. São Paulo: Unesp. Rio de Janeiro: Cátedra Unesco de Leitura. 2012.

VINUTO, J. A Amostragem em Bola de Neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, v. 22, n. 44, pp. 201-218, ago./dez. 2014.

WEIERS, D. **Políticas Públicas de Fomento à Leitura**: política nacional, agenda governamental e práticas locais. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo). Escola de Administração de Empresas, Fundação Getúlio Vargas. São Paulo, 2011.

WORLD LITERACY FOUNDATION. **The Economic & Social Cost of Illiteracy**: a Snapshot of Illiteracy in a Global Context. Final Report. 24 august 2015.

WU, X.; RAMESH, M.; HOWLETT, M.; FRITZEN, S. **Guia de políticas públicas**: gerenciando processos. Brasília: ENAP, 2014.

YUNES, E. (org.). **Pensar a leitura**: complexidade. Rio de Janeiro: PUC-RIO, Edições Loyola, 2002.

YUNES, E.; **Tecendo um leitor**, uma rede de fios cruzados. Curitiba: Aymar, 2009.

YUNES, E. **Professor leitor**: uma aprendizagem e seus prazeres. Curitiba(PR): Hum. Publicações, 2016.

ZILBERMAN, R. **Fim do livro, fim dos leitores?** São Paulo: SENAC, 2009.

## BOX I

### LISTAGEM DE DOCUMENTOS LEGAIS NACIONAIS DO BRASIL E ESTADUAIS DO RIO DE JANEIRO RELATIVOS À POLÍTICA DE LIVRO E LEITURA ENTRE 1990 E 2024

Peça legal	Objetivo
Decreto nº 99.492, de 03 de agosto de 1990	Constitui as Fundações Instituto Brasileiro de Arte e Cultura IBAC, Biblioteca Nacional (BN), e a Autarquia Federal Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural IBPC.
Decreto nº 99.603, de 13 de outubro de 1990	Aprova o Estatuto da Biblioteca Nacional e dá outras providências.
Lei nº 8.313, do dia 23 de dezembro de 1991	Restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências.
Decreto nº 519, de 13 de maio de 1992	Institui o Programa Nacional de Incentivo à Leitura – PROLER e dá outras providências.
Decreto nº 520, de 13 de maio de 1992	Institui o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas e dá outras providências.
Portaria nº 584, de 28 de abril de 1997	Instituir o Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE
Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998	Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências.
Lei Estadual nº 2.927, de 30 de abril de 1998	Autoriza o Poder Executivo a criar o Fundo Estadual de Cultura do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.
Lei nº 10.403, de 08 de janeiro de 2002	Institui o Dia Nacional do Livro Infantil.
Decreto Estadual nº 32.081, de 23 de outubro de 2002	Dispõe sobre a regulamentação do Fundo Estadual de Cultura do Rio de Janeiro e dá outras providências
Lei Estadual nº 4.077, de 07 de janeiro de 2003	Dispõe sobre a criação da Política Estadual do Livro e dá outras providências.
Portaria nº 2.922, de 17 de outubro de 2003	Institui o Programa Nacional do Livro do Ensino Médio – PNLEM.
Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003	Institui a Política Nacional do Livro.

Peça legal	Objetivo
Portaria nº 234, de 16 de agosto de 2004	Institui o Grupo de Trabalho do Livro e Leitura para formular a política nacional do livro, leitura e bibliotecas e coordenar a gestão de projetos e ações a ela relativos.
Lei nº 10.944, de 14 de dezembro de 2004	Dispõe sobre o depósito Legal de publicações, na Biblioteca Nacional, e dá outras providências.
Lei nº 11.264, de 02 de janeiro de 2006	Confere ao município de Passo Fundo o título de “Capital Nacional da Literatura”.
Portaria nº 40, de 31 de maio de 2006	Institui as Câmaras Setoriais de Artes Visuais, do Circo, da Dança, do Livro e Leitura, do Teatro e da Música.
Portaria Interministerial MEC/MinC nº 1442, de 10 de agosto de 2006	Institui o Plano Nacional de Livro e Leitura – PNLL.
Lei nº 11.899, de 08 de janeiro de 2009	Institui o Dia Nacional da Leitura e a Semana Nacional da Leitura e da Literatura.
Lei Estadual nº 5.494, de 29 de junho de 2009	Acrescenta dispositivos à Lei nº 4.077, de 7 de janeiro de 2003, e institui o Dia Estadual do Livro.
Lei nº 12.192, de 14 de janeiro de 2010	Dispõe sobre depósito legal de obras musicais na Biblioteca Nacional.
Decreto nº 7.084, de 27 de janeiro de 2010	Dispõe sobre os programas de material didático e dá outras providências.
Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010	Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País.
Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010	Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC e dá outras providências.
Lei nº 12.388, de 03 de março de 2011	Confere ao Município de Taubaté, no Estado de São Paulo, o título de Capital Nacional da Literatura Infantil.
Lei nº 12.433, de 29 de junho de 2011	Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para dispor sobre a remição de parte do tempo de execução da pena por estudo ou por trabalho.
Decreto nº 7.559, de 01 de setembro de 2011	Dispõe sobre o Plano Nacional do Livro e Leitura – PNLL e dá outras providências.
Decreto nº 8.297, de 15 de agosto de 2014	Altera os Decretos nº 519 e nº 520, ambos de 13 de maio de 1992, que tratam, respectivamente, do Programa Nacional de Incentivo à Leitura e do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas.
Lei Estadual nº 7.035, de 07 de julho de 2015	Institui o Sistema Estadual de Cultura do Estado do Rio de Janeiro, O Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura, e apresenta como anexo único as Diretrizes e Estratégias do Plano Estadual de Cultura.

Peça legal	Objetivo
Decreto Estadual nº 46.012 de 01 de junho de 2017	Regulamenta o Fundo Estadual de Cultura, revoga o Decreto nº 32.081 de 23 de outubro de 2002, e dá outras providências.
Decreto nº 9.099, de 18 de julho de 2017	Dispõe sobre o Programa Nacional do Livro e do Material Didático.
Portaria nº 16, de 27 de fevereiro de 2018	Institui GT Permanente de Internacionalização da Literatura Brasileira.
Lei 13.696, de 12 de julho de 2018	Institui a Política Nacional de Leitura e Escrita.
Portaria nº 75, de 24 de julho de 2018	Institui GT com vista a estimular o desenvolvimento do mercado editorial no Brasil.
Decreto Estadual nº 46.356, de 11 de julho de 2018	Regulamenta o Fundo Estadual de Cultura, e dá outras providências.
Lei Estadual nº 8.246, de 10 de dezembro de 2018	Dispõe sobre a criação do Plano Estadual de Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca - PELLB-RJ no Estado do Rio de Janeiro.
Decreto Estadual nº 46.709 de 30 de julho de 2019	Revoga o Decreto nº 46.356, de 11 de julho de 2018, regulamenta o Fundo Estadual de Cultura, e dá outras providências.
Decreto Estadual nº 46.981 de 19 de março de 2020	Revoga o Decreto nº 46.356, de 11 de julho de 2018 e o Decreto nº 46.709, de 30 de julho de 2019, regulamenta o Fundo Estadual de Cultura, e dá outras providências.
Resolução nº 391 do Conselho Nacional de Justiça, de 10 de maio de 2021	Estabelece procedimentos e diretrizes a serem observados pelo Poder Judiciário para o reconhecimento do direito à remição de pena por meio de práticas sociais educativas em unidades de privação de liberdade.
Lei nº 14.837, de 8 de abril de 2024	Altera a Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010, que “dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País”, para modificar a definição de biblioteca escolar e criar o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE).
Decreto nº 12.021, de 16 de maio de 2024	Altera o Decreto nº 9.099, de 18 de julho de 2017, que dispõe sobre o Programa Nacional do Livro e do Material Didático.
Decreto nº 12.166, de 5 de setembro de 2024	Regulamenta a Política Nacional de Leitura e Escrita, instituída pela Lei nº 13.696, de 12 de julho de 2018, e altera o Decreto nº 519, de 13 de maio de 1992, e o Decreto nº 520, de 13 de maio de 1992.

Fonte: elaboração própria/o autor.

## BOX II

SISTEMATIZAÇÃO DO LEVANTAMENTO DE PROGRAMAS E AÇÕES DE PROMOÇÃO DO LIVRO E DA LEITURA DO GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO CONFORME RELATÓRIOS DE EXECUÇÃO ANUAIS E PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS – 1996 A 2023

### BASE DE DADOS

<https://pesquisapoliticasdeleitura.bn.gov.br>

## BOX III

### COMO A PESQUISA FOI FEITA

Para lograr o alcance dos objetivos propostos para a pesquisa em foco, a análise das políticas de promoção da leitura no Estado do Rio de Janeiro foi realizada de modo contextualizado, à luz da situação diagnóstica da leitura neste Estado que se configurou a partir da década de 1990, com foco na atualidade.

Foram priorizados os aspectos da política de leitura relacionados à promoção da leitura, considerando os desafios gerados pelos analfabetismos absoluto e funcional ainda em graus significativos no Estado, tendo o contexto nacional como pano de fundo. Também foi considerada a influência das políticas educacional e cultural sobre a leitura no Estado, com enfoque nas questões relacionadas ao acesso e à democratização do livro e à leitura.

O trabalho englobou pesquisa bibliográfica e de documentos oficiais do poder público no Rio de Janeiro, prioritariamente estaduais, mas também nacionais que afetassem as dinâmicas culturais e educacionais locais, promulgados entre os anos de 1990 e 2023, tendo como metodologia para os instrumentos de coleta e para a análise de dados fundamentalmente a análise documental (Shiroma *et al*, 2005).

Foram analisados documentos relacionados a: políticas de promoção de alfabetização e de leitura literária no Rio de Janeiro; legislações sobre livro, leitura, literatura e bibliotecas no Estado; e dados sobre leitura e perfil socioeconômico dos brasileiros e dos moradores do Rio de Janeiro no tocante às práticas de leitura, conforme disponibilizados por pesquisas demográficas.

A análise documental abrangeu pesquisas, estatísticas e índices consultados nos documentos e nas páginas eletrônicas de: Ministérios da Educação e da Cidadania; Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP); Secretarias de Planejamento, Fazenda, Educação e de Cultura ou correlatas nos governos do Estado do Rio de Janeiro e Federal (basicamente Ministérios da Educação e da Cultura); institutos de pesquisa como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); relatórios e artigos disponíveis sobre leitura no Rio de Janeiro; dentre outros.

Em um trabalho de arqueologia do conhecimento sobre políticas de incentivo à leitura no Rio de Janeiro, buscou-se traçar o perfil destas políticas, explicitando seus escopos e analisando os contextos nos quais foram formuladas, implementadas e avaliadas, objetivando, com isto, contribuir para o aperfeiçoamento das políticas públicas de fomento à leitura e, conseqüentemente, a promoção do letramento e da produção e difusão de tecnologias e inovação no país.

A partir dos marcos conceituais e metodológicos adotados, foram realizadas várias atividades no período considerado para esta pesquisa, as quais são apresentadas de forma sistematizada a seguir.

Em primeiro lugar, foram executados levantamento de bibliografia, legislação e leituras sobre o tema abordado nesta pesquisa – os livros, artigos e demais documentos estão listados no capítulo “Onde saber mais” do presente Guia.

Conforme pode ser constatado, há pouca produção acadêmica sobre políticas e programas públicos de leitura. A grande maioria dos materiais identificados versam sobre questões teóricas ou tratam especificamente de algum projeto de pequeno porte e localizado – normalmente em um equipamento público ou em seu entorno, com destaque para escolas e bibliotecas. Também foram identificadas experiências em equipamentos de organizações não governamentais dentre estes projetos de promoção da leitura. A grande maioria

era voltada para crianças, normalmente em idade escolar. Poucos foram os casos de projetos para adultos. Quando abarcava este grupo etário, normalmente era para mobilizá-los enquanto leitores e mediadores de leitura para as crianças.

Os poucos documentos referentes a políticas públicas estavam relacionados às políticas educacionais, com destaque para aspectos ligados à obtenção das competências de leitura e escrita. O peso da escolarização da leitura na visão do senso comum sobre o tema pode estar na base desse viés nos objetos de pesquisa. Esta característica detectada aponta para a necessidade de se promover mais pesquisas com abordagens ligadas a uma visão mais ampla de leitura, com abordagem mais cultural.

Os principais Programas que apareceram na pesquisa bibliográfica foram: programas de promoção da leitura relacionados à alfabetização infantil; programas de bibliotecas escolares, com ênfase no aspecto complementar dessas bibliotecas para o aprendizado da língua oficial do país; programas de compra de livros didáticos e, em menor medida, compra de acervos para bibliotecas escolares. Outros mais rarefeitos estavam relacionados a programas de apoio a projetos culturais, com ênfase no local, onde a leitura normalmente aparece de forma complementar a outras atividades culturais.

Diante dessa amostra bibliográfica, um tema que surge de modo recorrente é a relação da produção de pesquisa com a implementação de documentos legais – desde aqueles que instituem programas públicos até aqueles que estabelecem diretrizes para atividades escolares e culturais. Frente à importância dessa legislação, foi necessário fazer um levantamento específico sobre esses marcos legais – até para saber se a produção acadêmica realmente responde à essa produção normativa. Assim sendo, foram levantados e organizados em uma lista as legislações nacionais identificadas

que tivessem relação com o tema, emitidas no período entre 1990 e 2023 – conforme consta no BOX I.

Também foram realizados levantamentos junto às Secretarias de Fazenda e de Planejamento do Estado do Rio de Janeiro, para obter informações sobre Programas voltados para a promoção da leitura. Foram feitas buscas nos relatórios anuais de produtos e atividades relativos aos Planos Plurianuais (PPA) vigentes à época de cada relatório. O PPA reúne todos os programas oficiais do governo e lista seus orçamentos e produtos esperados. Esse plano foi instituído pela Constituição Federal de 1988, em seu Art. 165, e pela Constituição Estadual do Rio de Janeiro de 1989, Art. 209, mas só passou a ser adotado na década de 1990, inicialmente pelo Governo Federal. O PPA apresenta o planejamento governamental de médio prazo e tem duração de quatro anos, iniciando no segundo ano do chefe do Poder Executivo em exercício e indo até o primeiro ano do próximo mandato, independente se trata-se do mesmo chefe do Poder Executivo ou não. O PPA é elaborado pelo Poder Executivo no primeiro ano do mandato do chefe do Poder Executivo eleito e remetido à Câmara de Deputados para aprovação. Depois ele é publicado em forma de Lei e pode ser acompanhado pela população.

O PPA explicita as diretrizes e realizações que o Governo pretende executar no período de quatro anos, trazendo os programas, ações, previsões orçamentárias e metas esperadas para cada ano, orientando, assim, o funcionamento das ações governamentais, e pautando as Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDOs) e as Leis de Orçamento Anuais (LOAs). Anualmente o governo é obrigado, por força de lei, a produzir um relatório para os órgãos de controle para explicitar a execução do PPA no ano anterior – denominado de relatório de ações e produtos realizados. A Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro disponibiliza esses relatórios a partir do ano de 2005.

Para tentar obter informações sobre os anos anteriores, foram realizadas buscas nos sites do Governo do Estado do RJ, na parte de Contabilidade Geral. Foram encontrados relatórios de prestação de contas do governador desse Estado para o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ), disponibilizados desde 1990. Todavia, não foram obtidas informações sobre Programas de leitura do governo estadual para os primeiros anos nesses documentos. Os relatórios para os anos anteriores a 2002, inclusive, não detalham as despesas a ponto de se poder identificar como foram utilizados os orçamentos da Educação e da Cultura (isto quando aparece cultura), em termos de iniciativas de promoção da leitura.

No que se refere à temporalidade, inicialmente, os anos de 2019 a 2023 não estavam abarcados no período delimitado para a presente pesquisa. Contudo, vale ressaltar que este período oferece desafios importantes para esta pesquisa: em primeiro lugar, devido ao “apagão” de políticas culturais realizado pela gestão do Governo Federal entre os anos de 2019 e 2022. Houve cancelamento da estratégia de promoção de políticas públicas de livro, leitura, literatura e bibliotecas neste quadriênio. Os recursos foram contingenciados ou cortados e o PNLL descontinuado. Em segundo lugar, pelas poucas tentativas de sobrevivência das políticas de leitura nos âmbitos estadual e municipal, muito em reflexo ao cenário federal e à onda de desvalorização das ações do Estado no campo cultural no ideário social, com grande repercussão nas redes sociais. Por fim, pela retomada das discussões nacionais sobre estas políticas, com a mudança ocorrida no Governo Federal a partir de 2023 – o que já apresentou reverberações positivas nos âmbitos estadual e municipal. Portanto, houve pertinência de incorporar a abrangência deste período, proporcionando ganhos para a pesquisa aqui enfocada.

Frente ao peso das ações do Governo Federal e à indução constatada pela Política Nacional de Leitura (ou sua ausência),

considerou-se como oportuno sistematizar essa discussão específica, organizando-a na forma de um capítulo, onde fossem comparadas a experiência brasileira com outra experiência similar (para fins de comparabilidade, o outro país foi Portugal, escolhido devido à mesma língua). Ou seja, o capítulo compara o Plano Nacional de Livro e Leitura do Brasil (PNLL) com o Plano Nacional de Leitura de Portugal (PNL), na busca por apreender as especificidades, potencialidades, dificuldades e soluções características de cada um e, assim, gerar mais subsídios para políticas públicas de promoção da leitura nacionais e regionais.

Para melhor compreensão do que estava exposto na bibliografia encontrada sobre Políticas públicas de leitura e de Programas de leitura para o Estado do Rio de Janeiro – principalmente para suprir falta de informações e entender processos complexos a partir da vivência de quem tomou parte neles, considerou-se pertinente a escuta ativa de atores chave que tivessem participado de alguma maneira nas Políticas e Programas de leitura no Rio de Janeiro – esta escuta se mostrou uma opção enriquecedora da pesquisa, tanto do ponto de vista de acesso a informações quanto de compreender os silêncios e lacunas documentais sobre os mesmos (Orlandi, 1993, 2005).

O procedimento adotado para identificar esses sujeitos foi a triangulação de três estratégias: identificação dos atores relevantes que constam na bibliografia mapeada; levantamento de todos os coordenadores e conselheiros do PROLER no período considerado; e solicitação de indicações de nomes para a FBN e a Casa da Leitura. A base deste procedimento foi o método de Amostragem Bola de Neve, onde os atores relevantes identificados indicam outros atores importantes dentro do campo que se está pesquisando, os quais indicam outros e assim por diante, até a amostra ficar saturada ou as novas entrevistas não acrescentarem informações novas

ou relevantes (Vinuto, 2014). Essa metodologia permite identificar atores que possuem a memória do que foi realizado para promover a leitura pelo poder público no período, mas permite também acessar as impressões destes mesmos atores sobre o que funcionou e o que não deu certo, bem como recolher sugestões desses atores sobre como formular e implementar Programas de promoção da leitura por parte do poder público.

Em paralelo às entrevistas, foi confeccionado um formulário online para que aqueles que não pudessem atender à solicitação de entrevista também conseguissem participar da pesquisa. Este formulário foi montado no Google Forms e enviado por e-mail ou por WhatsApp para figuras chave da área de livro e de leitura identificadas conforme os métodos explicitados aqui anteriormente. O modelo de formulário segue o roteiro de entrevista semiestruturado utilizado. As respostas obtidas foram sistematizadas e incorporadas na análise dos dados desta pesquisa, pela triangulação de métodos (Minayo, 2003).

Também foi elaborado um segundo formulário para recolher informações junto a outros atores diretamente envolvidos com projetos de promoção de leitura em andamento no Rio de Janeiro. Esse formulário consistia em uma “descrição do projeto de promoção de leitura”. Essa mudança se deu, em primeiro lugar, pela alteração do foco de Programa para Projeto, diante da raridade de Programas estruturados. Outro ponto que contribuiu significativamente para essa alteração foi o diálogo com a metodologia do NEPP/Ence sobre documento-memória a respeito de políticas públicas.

O número de retornos obtidos foi muito pequeno, porém, quem respondeu enviou uma breve descrição do Projeto no qual estava envolvido. Essas informações foram consideradas juntamente com os demais materiais para análise das iniciativas de leitura no Estado e para a elaboração deste Guia.

Na tentativa de obter acesso a mais dados, também foram solicitadas informações à Secretaria de Cultura do Governo do Estado do Rio de Janeiro. Mas não houve retorno.

Para tentar avançar com a obtenção de informações sobre políticas públicas de promoção da leitura, também foi solicitado ao Ministério da Cultura (MinC) a obtenção da listagem e acesso aos planos estaduais e municipais de livro e leitura existentes no país. Também não houve retorno.

Um agradecimento especial é feito à FBN e à Casa da Leitura, pelo apoio para a realização da pesquisa aqui apresentada.

As informações obtidas por todas essas diversas formas de levantamento e captação foram organizadas e analisadas à luz dos marcos conceituais e metodológicos desta pesquisa. Os resultados se encontram sistematizados no presente Guia.

## BOX IV

### CASA DA LEITURA 32 ANOS: 1993 - 2025



- 1- Fachada
- 2- Hall
- 3- Sala de Cursos
- 4- Biblioteca Infantil Monteiro Lobato
- 5- Sala de Estudos
- 6- Entrada
- 7- Letreiro

A Casa da Leitura da Biblioteca Nacional foi inaugurada em 13 de agosto de 1993, numa bela edificação de 1925, cercada por um gracioso jardim, formando um elegante conjunto arquitetônico inspirado no palácio francês *Petit Trianon*. Situado no tradicional bairro das Laranjeiras, na Zona Sul do Rio de Janeiro, o prédio foi durante muitos anos a residência de uma família abastada e influente na sociedade daquela época.

A partir de 1947, passou a ser propriedade do Governo Federal. Desde então, serviu como sede de várias instituições, dentre elas, a Escola de Comando do Estado Maior da Aeronáutica e a Fundação das Pioneiras Sociais - FPS. Nos anos 1980, a FPS deixou de funcionar no local, que ficou sem uso definido até 1991, quando o prédio foi cedido à Fundação Biblioteca Nacional (FBN) com o objetivo de abrigar a sede do PROLER - o Programa Nacional de Incentivo à Leitura, instituído oficialmente em 13 de maio de 1992.

Ao longo dos anos, o PROLER consolidou-se como a principal política pública de promoção do livro e da leitura a nível federal. O alcance, a popularidade e o êxito do PROLER em todo o País resultaram não somente na enorme visibilidade do Programa em si, mas também do seu então prédio-sede, a Casa da Leitura, firmando-se ela própria como um equipamento cultural de grande importância e referência no contexto local da cidade e do Estado do Rio de Janeiro, refletindo seu papel estratégico como sede nacional de formulação das políticas públicas federais de promoção do livro e da leitura.

Este amálgama feliz e bem-sucedido entre “espírito” – o PROLER – e “corpo” – a Casa da Leitura – perdurou até agosto de 2014, quando o PROLER foi transferido para o Ministério da Cultura (MinC), em Brasília, e a Casa da Leitura foi mantida sob a responsabilidade da Fundação Biblioteca Nacional (FBN), no Rio de Janeiro, iniciando um novo capítulo da sua história de mais de três décadas de atuação.

Nos últimos 11 anos, a Casa da Leitura atendeu um público de aproximadamente 18 mil pessoas, num processo consistente de reinvenção enquanto um equipamento cultural público multiuso, implementando intensa programação de atividades dedicadas à promoção do livro e da leitura, com foco no público infanto-juvenil. Realizamos cursos, palestras, oficinas, saraus, lançamentos de livros, clubes de leitura, encenação de peças teatrais, exibição de filmes, leituras dramatizadas, encontros entre autores e leitores, rodas de conversa, encontros virtuais transmitidos para todo o País, etc.

Além de acolhermos o público leitor do próprio bairro de Laranjeiras e arredores, recebemos estudantes, professores, mediadores de leitura, escritores, contadores de histórias, pesquisadores e vários outros integrantes do mundo do livro e da leitura.

Para atender à sempre crescente demanda do público, a Casa da Leitura conta com duas bibliotecas demonstrativas: a Biblioteca Monteiro Lobato, dirigida ao público infantil, e a Biblioteca Adélia Prado, dirigida aos públicos juvenil e adulto. Conta, ainda, com o Centro de Referência e Documentação em Leitura (CRDL), que reúne livros, teses, artigos, entrevistas e periódicos sobre o tema. Atualmente, o acervo total desses três segmentos chega a aproximadamente 10.700 exemplares.

Enquanto as duas bibliotecas demonstrativas desempenham o papel fundamental de proporcionar ao público um espaço amigável ao leitor, com livre acesso aos livros em um ambiente estimulante, o CRDL, por sua vez, tem como objetivo difundir as experiências e conhecimentos produzidos não só durante a época em que a Casa da Leitura atuou como sede do PROLER, mas também na área da leitura de modo geral. A Casa dispõe, também, de um auditório para 74 pessoas, salão de eventos, sala de estudos com wi-fi e outros espaços confortáveis e climatizados de utilização gratuita.

Desde julho de 2018, a Casa da Leitura abriga a sede da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil - FNLIJ. Tal proximidade física e conceitual, consolidada pelo histórico comum de envolvimento com o PROLER, vem estimulando a realização de parcerias, dentre as quais destacam-se a realização anual das comemorações pelo “Dia Internacional da Doação de Livros” e a implantação do “Clube de Leitura ODS – Casa da Leitura/FNLIJ”. Além da parceria estratégica com a FNLIJ, a Casa da Leitura desenvolve ações em conjunto com a administração pública municipal do Rio de Janeiro, por meio da 2ª Coordenadoria Regional de Educação – CRE.

Por ocasião do significativo aniversário de 30 anos, comemorado com festa, alegria e muita emoção em agosto de 2023, foi produzido um folheto digital no formato de “clipping”, reunindo uma seleção de publicações retratando as três décadas de funcionamento da Casa da Leitura. Para consultar a publicação, acesse: <https://heyzine.com/flip-book/a246da82c2.html>.

Para fazer parte da nossa história, seja realizando atividades, eventos, projetos continuados ou parcerias institucionais, entre em contato conosco: Rua Pereira da Silva, 86, Laranjeiras, Rio de Janeiro, telefone: (21) 3166-9900, e-mail: [casadaleitura@bn.gov.br](mailto:casadaleitura@bn.gov.br).

Nossa programação é divulgada regularmente no site e nas redes sociais da Fundação Biblioteca Nacional (FBN). Acompanhe: <https://www.gov.br/bn/pt-br/central-de-conteudos/eventos/eventos>.

**Ministério da Cultura**  
**Fundação Biblioteca Nacional**  
**Centro de Cooperação e Difusão**  
**Casa da Leitura**

Rua Pereira da Silva, 86, Laranjeiras - Rio de Janeiro - RJ

Aberta de segunda a sexta-feira, das 10h às 17h

(21) 3166-9900 | [casadaleitura@bn.gov.br](mailto:casadaleitura@bn.gov.br)

## BOX V

### COLEÇÃO CURSOS DA CASA DA LEITURA

A Casa da Leitura desenvolveu uma coleção de livros cujo objetivo maior é promover a formação continuada em promoção da leitura. Para tal, reúne conteúdos que foram ministrados em alguns dos vários cursos oferecidos por meio do PROLER-FBN. Esses livros são compostos por artigos que foram redigidos com o propósito de municiar os comitês do PROLER e demais instituições promotoras da leitura com informações e provocações que propiciassem insumos para a elaboração de iniciativas estratégicas para a valorização, o acesso e a promoção da leitura, em uma abordagem prática e objetiva.

A coleção é formada por nove livros ao todo. O primeiro deles trata de temas pertinentes à promoção da leitura enfocando literatura infantil, biblioteca escolar e círculos de leitura, dentre outros assuntos. O segundo aborda questões relativas à formação do leitor, deixando patente a proposta de variedade e de praticidade, características essas que marcam esta coleção. O terceiro discute temas e problemas relacionados às práticas leitoras no país. O quarto discorre sobre diferentes métodos de enxergar e trabalhar com a leitura. O quinto irá focar diferentes abordagens metodológicas para trabalhar com gêneros de leitura e literatura na mediação de leitura. O sexto reúne olhares sobre as experiências de leitura discutidos no XIV Encontro do PROLER. O sétimo livro reúne textos para estimular a reflexão da cidadania brasileira a partir da literatura. O oitavo livro traz artigos que pensam sobre como formar leitores conscientes de seu papel em uma sociedade da informação. E, por fim, o nono e último irá tratar de refletir sobre formação de gestores e mediadores

de leitura, a partir das vivências dos comitês do PROLER, objetivando estimular práticas sistemáticas e contínuas de mediação de leitura, com ênfase na formação.

Estes livros são uma fonte relevante de informações e aprendizados a partir da prática cotidiana em diferentes localidades do país. Eles abordam temas que serão enfrentados por promotores da leitura e podem contribuir para ajudar a superá-los com maestria. Seus insumos favorecerão aos que desejam desenvolver políticas públicas de leitura que sejam permanentes e de qualidade, com perspectiva cidadã e de valorização da participação social.

### Coleção Cursos da Casa da Leitura



O *Guia de Políticas Públicas de Promoção da Leitura no Rio de Janeiro Contemporâneo*, de Jorge Teles, é uma obra essencial para compreender os desafios e avanços das políticas públicas voltadas à leitura no estado do Rio de Janeiro. Ele oferece uma análise detalhada das iniciativas realizadas entre 1990 e 2023, destacando programas, ações e projetos que buscaram democratizar o acesso ao livro e fomentar práticas leitoras.

Entre os pontos principais, o livro aborda:

- Diagnóstico da leitura no Brasil e no Rio de Janeiro, com dados sobre analfabetismo e práticas de leitura, evidenciando a necessidade de políticas mais inclusivas e eficazes.
- Comparação entre políticas de leitura nacionais e locais, trazendo aprendizados e reflexões sobre estratégias bem-sucedidas.
- Análise de programas como PROLER, PNLL e Rio Leitor, destacando suas contribuições e limitações.
- Recomendações para políticas futuras, enfatizando a importância de articulação entre cultura e educação, inclusão social e valorização da diversidade.

O diferencial da obra está em sua abordagem prática e estratégica, que combina pesquisa documental, entrevistas com especialistas e análise de dados. Além disso, o livro oferece sugestões concretas para gestores públicos, como a necessidade de políticas permanentes, formação de mediadores de leitura e integração entre escolas e bibliotecas.

Com linguagem acessível e conteúdo rico, o guia é um convite para refletir sobre o papel da leitura na construção de uma sociedade mais justa e democrática. Ele não apenas informa, mas inspira ações transformadoras. Boa leitura!